

Julho 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 A protecção obrigatória inclusiva	6
1.2 Execuçãpo de políticos do Governo gerou mais de 490 mil empregos	6
1.3 PIIM investe 238 mil milhões de kwanzas para construir 290 infra-estruturas no país	7
1.4 CASA – CE planeia abolir exigências de anos de experiência	8
1.5 MPLA promete reduzir taxa de desemprego para no mínimo 25 %	8
1.6 Um olhar à pobreza e à desigualdade de género	9
1.7 UNITA promete dinamizar cidades industriais e de serviços para reduzir desemprego	10
2. MICROFINANÇAS	12
2.1 Recredit encaixou 37 dos 288 mil milhões de kwanzas por reembolsar	12
2.2 Três mil postos de trabalho são criados em Luanda	12
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Fiscais continuam a extorquir as vendedoras nos mercados de Luanda	16
3.2 215 mil operadores registados pelo PREI	17
3.3 Mais de 17 mil inseridos no mercado formal	17
3.4 PREI: Da previsão de 2 mil ao resultado de 218 mil operadores formalizados	18
3.5 250 Famílias vão beneficiar de projecto de pesca artesanal	19
3.6 Cooperativa de Cacuo eleva níveis de captura	19
3.7 Roboteiros de Luanda contra a concorrência e a criminalidade	20
3.8 Zungueiras aprendem a Bê, á, Bá com projecto Okutanga	21
3.9 Mototaxistas mais aptos para exercer a actividade	22
3.10 Mercado do São Paulo oferece mais comodidade e dignidade aos utentes	23
3.11 Vendedores ambulantes em Cacuo insistem em vender nas pedonais	24
3.12 O informal e por vezes ilegal negócio da intermediação continua rentável	25
3.13 Vendedoras sensibilizadas sobre higiene alimentar	26
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	28
4.1 Comités de Gestão Participativa querem mais dinheiro para obras	28
4.2 PIIM gastou 50 mil milhões de kwanzas em 120 projectos na província do Huambo	29
4.3 Dívida pública angolana cai para 66%do PIB	29
4.4 Promessas de campanha: O papel dos orçamentos públicos	30
5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	32
5.1 Cabinda espera por mais investimentos com o novo pacote.	32
5.2 Governo prevê realizar censo piloto da população	33
5.3 Comités de Gestão Participativa querem mais dinheiro para obras	33
5.4 CASA-CE propõe realização das autárquicas em 2024	35
5.5 PIIM investe 238 mil milhões de kwanzas para construir 290 infra-estruturas no país	35
5.6 População angolana estimada em 33.097.671 habitantes	36
5.7 PIIM gastou 50 mil milhões de kwanzas em 120 projectos na província do Huambo	38
5.8 Sobas: Autoridades Tradicionais ou Autoridades das Comunidades	38

6. URBANISMO E HABITAÇÃO	40
6.1 Bancos unem – se às imobiliárias para “ vender” crédito à habitação	40
6.2 O juro de 7 por cento é uma medida de temperatura	40
6.3 Complexo residencial em construção no Rivungo	42
6.4 Casa própria é um sonho de muitos já realizados	42
6.5 Especialistas defendem regulamentação do seguro de habitação	43
6.6 Sonho da casa própria: O legado para a classe média	44
6.7 Centralidade de Tucuve construída em 14 meses	45
6.8 Cidade de Ondjiva tem nova centralidade	46
6.9 Conheça as 10 reformas para a melhoria do ambiente de negócios	47
6.10 Centralidade do Bucula já tem 100 apartamentos	49
6.11 Mais de 15 mil casas construídas na Matala	49
6.12 Mulheres bombeiras reforçam o Banco de Leite	50
6.13 Preços dos materiais de construção aumentam e gestores falam em escassez	51
7. TERRA	52
7.1 Desapossamento de terras dos Camponeses em Angola	52
7.2 Cinquenta jovens no Lucala recebem terras para o cultivo	53
8. SERVIÇOS BÁSICOS	54
8.1 Luanda ainda vai esperar por mais três anos pela solução do défice de água potável	54
8.2 Construção de barragem é lançada hoje na Cahama	54
8.3 Água potável chega a sete mil casas da periferia do Luena	55
8.4 Gestão de lixo é reforçada com novos aterros sanitários	56
8.5 Plano Director de Saneamento vigora a partir do próximo ano	56
8.6 Águas malcheirosas inundam Kilamba	57
8.7 Lixo nas ruas do Uíge com os dias contados	57
8.8 Administração quer gestão de aterro sanitário de Ondjiva	58
8.9 Elisal teve prejuízo financeiro de 273 milhões kz	58
8.10 Luanda sem balneários públicos funcionais, munícipes urinam e defecam ao ar livre	59
8.11 Correções fiscais causam resultado negativo à Elisal, diz firma	60
9. GÉNERO E VIOLENCIA	61
9.1 Crimes de abuso sexual a menores em Luanda chocam a sociedade	61
9.2 Balanço do segundo trimestre do corrente ano: Acima de 400 crimes registados no Huambo	63
9.3 Crimes de abuso sexual a menores em Luanda chocam a sociedade	63
10. AMBIENTE	67
10.1 Estados Unidos prometem apoiar inventariação florestal em Angola	67
10.2 Construção de barragem é lançada hoje na Cahama	67
10.3 Ecopontos surgem de forma tímida na capital	68
10.4 Exploração de madeira	69
11. MINEIRA	70
12. MIGRAÇÃO	70

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

70

13.1	China é o maior exportador e importador de Angola	70
13.2	Importações chinesas de petróleo russo	70
13.3	China pretende desenvolver vários projectos económicos	71
13.4	Negócios na Cidade da China empregam quatro mil angolanos	71
13.5	Negócios na Cidade da China empregam quatro mil angolanos	72

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 A protecção obrigatória inclusiva

Jornal de Angola
8 De Julho de 2022

A verdade, tal como as experiências de outras latitudes confirmam, sobretudo de sociedades com funcionamento digno, estável, transparente do Sistema de Segurança Social e com reduzidos índices de corrupção, vale a pena alargar os benefícios da Protecção Social Obrigatória. Se formos capazes de dar dignidade às pessoas que dependem da Segurança Social, depois de anos de trabalho por conta de outrem ou própria, não há dúvidas de que as variáveis que levam à corrupção e crimes conexos reduzem significativamente.

Na verdade, uma das razões que leva ao cometimento de tais crimes, ao lado de outras causas não menos relevantes, constam as incertezas sobre o futuro, em que, inevitavelmente, a reduzida remuneração dos pensionistas suscita aos familiares e próximos questionamentos sobre o dia seguinte.

As iniciativas para as reformas ao nível do Sistema de Segurança Social, para bem do funcionamento da instituição e melhor dignificação dos que trabalharam e contribuíram, deve ajudar a resolver todas as insuficiências com implicações nas famílias e sociedade.

Em todo o caso, é encorajadora a materialização do Decreto Presidencial nº 295/20, que estabelece o Regime Jurídico da Protecção Social Obrigatória, por força do qual devem merecer protecção social todos os trabalhadores que auferem até os chamados rendimentos baixos.

A ideia visa aumentar a inscrição de trabalhadores do sector mercantil, da agropecuária, pescas e de outras actividades geradoras de receitas, que se enquadram no grupo de funcionários com rendimentos baixos.

Trata-se de um desafio gigantesco por parte do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), atendendo aos aspectos imprevisíveis provocados pelos fenómenos naturais que envolvem algumas actividades.

O mais importante, ao lado da encorajadora iniciativa do INSS, em alargar a base de contribuição para assegurar maior e melhor funcionamento do sistema

da Protecção Social Obrigatória, é a disponibilidade da referida instituição pública para abrir-se às negociações para as modalidades de pagamento.

Esperamos que os empregadores, as pessoas que trabalham por conta própria e todos os que desempenham, com alguma regularidade, actividades que geram rendas mensais passíveis de merecer consideração e tratamento para o Sistema de Protecção Social Obrigatória, se sintam estimulados a aderir.

O INSS, como se disse, está aberto e interessado, no quadro das suas atribuições e funções, a receber as pessoas singulares ou colectivas, que estejam envolvidas em actividades de baixos rendimentos para a devida cobertura através do Sistema de Protecção Social Obrigatória.

I.2 Execução de políticos do Governo gerou mais de 490 mil empregos

Jornal O País
8 De Julho de 2022

Ainda assim, com o esforço do Executivo, conseguiu-se conservar 219.206 postos e trabalho e espera-se manter a retoma de geração dos postos de trabalho em função dos actuais indicadores da economia.

Além da pandemia, foram visíveis um conjunto de eventos que se constituíram nos principais factores de constrangimentos à boa implementação da agenda do Executivo, ao longo dos cinco anos de governação do Presidente João Lourenço.

No entanto, a melhoria do ambiente de negócios em Angola tem sido fundamental para o aumento da taxa de emprego, pelo que grandes multinacionais que no passado abandonaram ao país estão a regressar e a empregar mais angolanos, como é o caso da multinacional DeBeersExplorationHoldings Uimited.

Fruto de um acordo com o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, a diamantífera sul-africana De Beers vai investir, neste regresso a Angola, 33,2 milhões de dólares em dois novos projectos mineiros nas províncias da Lunda Sul, concretamente nos municípios de Saurimo, Dala e Muconda (numa área com extensão territorial de 9.984 quilómetros quadrados) e na província da Lunda Norte (numa área de 9.701 quilómetros quadrados), nos municípios de Clútao, Lucapa e Cambulo.

Cerca de 21 anos depois, a multinacional sul-africana do sector dos diamantes regressou a Angola para investir em dois novos projectos diamantíferos nas províncias da Lunda Sul e Lunda Norte. O regresso da De Beers em projectos diamantíferos em Angola decore das reformas implementadas pelo Executivo angolano no sub-sector diamantífero, que conferem maior transparência aos processos de outorga de direitos mineiros, bem como uma maior participação no desenvolvimento socioeconómico das zonas mineiras e do país em geral.

Quem também veio a Angola para realizar investimentos e gerar mais empregos é a multinacional Rio Tinto. O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET), a Endiama-EP e a empresas Rio Tinto assinaram, no ano passado, um contrato de investimento mineiro, marcando a entrada da multinacional anglo-australiana em Angola. O contrato prevê 75% para a Rio Tinto e 25% para a Endiama-EP, mantendo aberta a possibilidade de a parte angolana aumentar a sua participação até 49%.

Outra multinacional, desta vez, no ramo das telecomunicações, que entrou no mercado angolano para operar é a Africell. Ela fez um investimento de 300 milhões de dólares, que vão garantir, numa primeira fase, a criação de 400 empregos directos e 100 indirectos.

Ultrapassadas as barreiras da pandemia

Há que reconhecer que os profundos danos sociais e económicos resultantes da pandemia originaram o retrocesso nas conquistas que estavam a ser alcançadas nos diversos domínios, de tal maneira que obrigou a que fossem adiados projectos e actividades que deveriam acelerar o processo de desenvolvimento do país.

No entanto, como exímio xadrezista, o Presidente João Lourenço preparou "um xeque-mate" para ultrapassar o mau momento, implementando o Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE). Como resultado, surgiram micro e pequenas empresas, através da atribuição de micro – créditos, kits e ferramentas de trabalho, bem como a melhoria do respectivo ambiente de prestação de serviço, que também figuram entre os propósitos do PAPE.

I.3 PIIM investe 238 mil milhões de kwanzas para construir 290 infra-estruturas no país

Jornal de Angola

12 De Julho de 2022

Hoje é dia de falarmos de combate à pobreza.

Foi este um dos desafios cimeiros que presidiu o mandato de João Lourenço como Presidente da República e do seu governo.

Para este assunto de grande complexidade, que é o combate à pobreza, o Executivo teve a urgência de tomar medidas de carácter económico, sociais, comportamentais, quer por parte das instituições como da população, mas, e sobretudo, o Presidente teve a coragem de tomar medidas políticas, como o combate à corrupção e à impunidade, também dois dos males que contribuíram grandemente para a corrosão do tecido social do país e da condição, em vários níveis e âmbitos das famílias.

O Presidente João Lourenço e a sua equipa não tiveram dúvidas que a solução do problema da Pobreza em Angola passava por decisões mais profundas, todas elas, baseada em resultados.

Daí, ter sido levado a cabo, nos últimos cinco anos, um programa de Reforma da Governação, grande parte em curso, com resultados visíveis e comprováveis, que tocou todas as esferas da vida nacional, entre as quais a luta contra a corrupção e a impunidade, a moralização da sociedade; a reforma da Justiça e da administração do Estado; a desconcentração e descentralização administrativa; as reformas macroeconómicas e a simplificação de processos administrativos.

Estas medidas políticas e outras não menos importantes, foram acompanhadas de medidas de carácter social e comportamental, baseadas numa estratégia de obtenção de resultados, como a implementação do Plano de Desenvolvimento Humano e Bem-estar, com uma série de programas como o de Desenvolvimento Local e da Valorização da Família e Reforço das Suas Competências.

O programa de reconversão da economia informal permitiu aos jovens, rapazes e raparigas, assim como chefes de famílias, ou seja, a população angolana, desenvolver negócios com maiores e melhores perspectivas de sucesso.

Quer dizer, que os angolanos e as angolanas com um faro apurado de negócio e a arte de vender, milhares deles zungueiras, ambulantes e praticistas, têm tido a oportunidade de criar micros e pequenas empresas, que têm permitido a abertura e criação de oportunidades para o acesso ao micro-crédito, para o aumento da renda, e para a melhoria da condição social e economia.

Assim, no período de 2018 - 2021, foram registadas e formalizadas 56.200 micro e pequenas empresas e cooperativas. Estas acções têm sido desenvolvidas nas 18 províncias do País, desde os grandes centros urbanos como as comunas e localidades de zonas longínquas.

É assim que a economia informal na sua formalização está a mudar a vida de milhares de famílias angolanas. É a garantia de mais vida, mais, saúde, mais desenvolvimento em todo o território nacional. E...por isso, é uma das formas, mais sustentáveis e produtivas de combate a pobreza.

I.4 CASA – CE planeia abolir exigências de anos de experiência

Novo Jornal

29 De Julho de 2022

Texto: Sebastião António

A Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), liderada pelo político Manuel Fernandes, promete abolir a exigência de experiência laboral para o acesso ao primeiro emprego, a fim de garantir a alta taxa de empregabilidade, sobretudo de jovens recém-formados.

Essa promessa avançada pela CASA-CE, no domínio do emprego, consta do seu programa de Governo proposto para os próximos cinco anos, no âmbito da campanha eleitoral.

Naquele documento de 96 páginas, a coligação que tem à testa Manuel Fernandes explica que, através de um acto de consulta pública, foi possível registar as principais dificuldades que contribuem para que o índice de desemprego "vá crescendo".

Entre as dificuldades, a CASA-CE destaca facto de as empresas exigirem, no processo de solicitação de

emprego, experiências laborais, muitas delas com um período igualou de pouco menos de cinco anos.

Contudo, nesta conformidade, a coligação que se veste de amarelo e azul entendeu que devia apresentar uma agenda que promova o emprego, que "extinga a exigência de experiência laboral para o acesso ao emprego, que devolva o poder real de compra às famílias, combata a precaridade e pobreza extrema".

Para tal, promete, caso ganhe as eleições de 24 de Agosto, dirigir um esforço sistemático e "sustentado para combater o desemprego nos segmentos e grupos mais afectados", como são os casos dos jovens, das mulheres, dos ex-militares, dos desempregados de longa duração e dos portadores de deficiência.

Assim, como garantia de que as promessas serão realizadas, a CASA-CE propõe-se promover mais postos de emprego em sectores com grande potencial de empregabilidade, como a agricultura, turismo e serviços.

Propõem-se, de igual modo, lançar um programa de apoio ao emprego jovem, em que os trabalhadores poderão reduzir o seu tempo de trabalho em vez de optarem por uma reforma antecipada e ao mesmo tempo abrirem espaço para uma nova contratação.

I.5 MPLA promete reduzir taxa de desemprego para no mínimo 25 %

Novo Jornal

29 De Julho de 2022

Texto: Sebastião António

O MPLA, partido liderado por João Lourenço, volta a prometer aos angolanos, de Cabinda ao Cunene, que vai reduzir o índice de desemprego, desta vez através da institucionalização de programas de estágios profissionais, para facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A ambição dos 'camaradas', de acordo com o programa para o quinquénio 2022/2027, é vir a reduzir a taxa de desemprego de 30 para 25% até ao fim do mandato.

E para atingir este objectivo, além dos programas de estágios profissionais que se compromete a implementar, o partido, que se veste de vermelho e amarelo, promete, igualmente, criar e dinamizar uma "plataforma de gestão dos serviços de emprego que proceda à sistematização e ao controlo dos pedidos", "ofertas e colocação de emprego".

Alguns dos objectivos constantes do programa do MPLA já se encontram na nova Lei de Base da Função pública, recentemente aprovada pela Assembleia Nacional, de acordo com o seu 14º artigo.

"São previstos os estágios profissionais ou curriculares na Função Pública, que deverão ser objecto de regulamentação em diploma próprio", lê-se.

Entre outras coisas, o 'partido maioritário' propõe-se ainda a "desenvolver programas de formação modular para trabalhadores como forma de estímulo à elevação dos seus índices de competência e aumento da competitividade das empresas".

No mesmo domínio, os 'camaradas' prometem "ampliar a implementação de programas formativos, em particular no domínio da igualdade, equidade do género e empoderamento da mulher, assim como dinamizar a atribuição da carteira profissional, como reconhecimento das profissões em Angola".

Entretanto, à semelhança de outros partidos, apesar de tornar conhecidos os objectivos a atingir, o MPLA, no seu manifesto eleitoral, de 72 páginas e o programa de Governo, de 58 páginas, não avança os procedimentos que serão seguidos, para que as medidas acima mencionadas sejam, de facto, realizáveis.

Faltavam «40 mil» dos 500 mil empregos prometidos em 2017. Do presente programa de Governo do MPLA não constam apenas os eixos estratégicos para a governação nos próximos cinco anos, o partido aproveitou também responder às várias questões que se têm levantado em torno de uma promessa eleitoral feita em 2017, cuja tónica estava nos 500 mil empregos, que seriam disponibilizados no intervalo de cinco anos, de 2017 a 2022.

Segundo dados apresentados no documento, no domínio do emprego, os 'camaradas' conseguiram atingir um nível de realização não inferior a 80%, ou seja, dos 500 mil empregos prometidos, o MPLA diz que 459.775 foram disponibilizados, sobretudo, para a camada "mais jovem", nos "mais variados sectores".

Lê-se no documento que, dentre os sectores beneficiados, constam o do comércio, com 77.795 empregos disponibilizados, o das actividades mobiliárias, alugueres e serviços com 146.719 empregos, da construção (45.091), da indústria transformadora (19.291), da indústria extractiva (13.530), dos serviços colectivos, sociais e pessoais (147.795), dos transportes, armazenagem e comunicações (10.157), a agricultura, produção

animal, caça e silvicultura (8.144), das actividades financeiras (5.572), das Pescas (3.237), do alojamento, restauração e similares (19.582) e dos outros sectores diversos (17.495).

I.6 Um olhar à pobreza e à desigualdade de género

Jornal Economia e Finanças
29 De Julho de 2022

Os tempos actuais exigem maiores desafios, acabar com a pobreza em todo o mundo em pouco mais de uma década é o maior desafio que teremos de enfrentar, mas é possível. Isto é visível olhando para os grandes passos que demos nos últimos tempos.

Contudo, hoje este desafio é um pouco mais difícil do que era há um ano. A ONU já alertou para o facto de as consequências da pandemia poderem vir a aumentar a pobreza em todo o mundo, afectando mais 500 milhões de pessoas (o que representa 8% da população mundial). Por isso, é mais importante do que nunca que não percamos o foco e continuemos a trabalhar para alcançar o ODS1 para Angola.

De acordo com a ONU, se todos os países direccionarem apenas 1,0 por cento dos seus rendimentos para o combate à pobreza, seríamos capazes de acabar com este problema em menos de 20 anos.

A pobreza tem o rosto das mulheres e a desigualdade de género é, mais barreira que impede as mulheres de saírem da pobreza. A desigualdade de género a nível educativo e salarial, o acesso à propriedade da terra e a cargos de responsabilidade ou a falta de participação da mulher no seio da sociedade são alguns dos sinais desta realidade.

Por isso, se queremos acabar com a pobreza, não podemos (nem devemos) esquecer as mulheres. É necessário desenvolver políticas que rompam as barreiras que limitam as suas opções de desenvolvimento.

Aumentar o investimento no desenvolvimento de regiões e comunidades empobrecidas. A cooperação internacional ou os projectos de desenvolvimento são os melhores caminhos para acabar com a pobreza. Este tipo de acções a médio e longos prazos têm como objectivo atacar a causas da pobreza de diferentes frentes. Com ajuda e acções devemos trabalhar lado a lado com as populações beneficiárias, tornando - as, desde o primeiro momento, protagonistas do seu desenvolvimento detectando as suas necessidades e pondo em marcha um exaustivo

plano que é revisto a cada três anos como um bom exemplo “Kwenda”

Sabemos que a educação é a ferramenta mais importante para quebrar o círculo de pobreza e constitui um importante incentivo para gerar mais e melhores oportunidades na infância adolescência. Garantir o acesso a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade a todos os alunos é o primeiro passo para constituirmos um futuro longe da pobreza e cheio de oportunidades.

Para acabar com a pobreza, é também necessário que apoiemos as populações mais pobres para que reduzam a sua vulnerabilidade perante os efeitos das alterações climáticas.

No entanto a pobreza faz com que as pessoas que estejam doentes não tenham recursos para aceder a determinados tratamentos. Por outro lado, uma elevada incidência de doenças num território impede que este se desenvolva economicamente.

A construção de sistemas de saúde robustos, que permitam universalizar este direito fundamenta, e o de envolvimento de mecanismo e programas de prevenção são duas formas mais eficazes de acabar com a pobreza.

Muitas vezes, os potenciais beneficiários não conhecem a existência destes pontos, sinal evidente de um problema com raízes profundas. Num país com uma elevada percentagem de famílias muito pobres, com deficiências na distribuição da riqueza e das oportunidades a nível da mobilidade social, as políticas públicas sobre a acção social devem continuar a ter maior importância.

A dispersão de programas e de iniciativas é uma realidade que dificulta o controlo dos benefícios e dos beneficiários e que facilita a duplicidade de esforços.

Uma outra questão importante está ligada às assimetrias regionais e à necessidade de criar políticas cada vez mais universais e abrangentes, repartindo as oportunidades de forma igual.

Também estamos preocupados com a qualidade dos técnicos sociais: temos poucos quadros e, para além disso, existem poucas oportunidades de trabalho.

Em Fevereiro de 2021 foi publicado o Decreto Presidencial 37/21 com referência a Política Nacional de Acção Social (PNAS)

A PNAS Integra "medidas de protecção e de promoção dos direitos do agregado familiares mais vulneráveis, que não têm condições para superar, por

si só, as dificuldades causadas pela pobreza, violação dos seus direitos, exclusão, fome, abandono, choques e ocorrências imprevisíveis.

O Kwenda talvez seja o melhor exemplo de uma abordagem mais completa: inclui as transferências monetárias aproximação dos serviços às comunidades, construção de uma base de dados unificada e assistência à produção.

Devemos continuar a olhar com preocupação para programas voltadas para a resolução dos problemas sociais

I.7 UNITA promete dinamizar cidades industriais e de serviços para reduzir desemprego

Novo Jornal

29 De Julho de 2022

Texto: Antunes Zongo

A UNIT-A, maior partido político na oposição em Angola, que vai às eleições incluindo na lista quadros do Bloco Democrático e do projecto PRAJA-Servir Angola, de Abel Chivukuvuku, promete, caso vença as eleições deste ano, reduzir o desemprego em Angola, cuja taxa se fixa em pouco mais de 30%, de acordo com a última actualização do Instituto Nacional de Estatística (INE), referente ao último trimestre de 2021.

Em contrapartida, para combater este flagelo que afecta, sobretudo, a juventude, o partido liderado por Adalberto Costa Júnior (ACJ) propõe dinamizar os "clusters industriais" e de serviços com ligação à academia.

Em linguagem simples, os 'clusters' são aglomerados, ou seja, são um conjunto de empresas implementadas numa só circunscrição. Trata-se de uma medida que já foi experimentada precisamente na região da Baía de São Francisco, na Califórnia, Estados Unidos da América (EUA), onde funcionam cerca de 39 empresas, bem como o modelo de Silicon wadi, de Israel, tido como o segundo maior aglomerado de instituições do mundo, a seguir ao dos norte-americanos.

De referir que, em Angola, já existem 'clusters' cidades empresariais [embora de tamanho inferior aos de outras geografias], se calhar seja por isso que a UNITA não fala em criar, mas em dinamizar. Por exemplo, em Luanda, há o Pólo Industrial de Viana, bem como a Zona Económica Especial Luanda-Bengo. Mas, em relação a ambos os

espaços, não se lhes conhece uma ligação à academia, como promete o maior partido na oposição.

Na perspectiva do partido que tem Abel chivukuvuku como candidato a Vice-Presidente da República e Filomeno Vieira Lopes, que deve ser o presidente da Assembleia Nacional, em caso de maioria parlamentar, a dinamização de 'clusters' é fundamental para melhorar a taxa de emprego a médio e longo prazo.

"O objectivo consiste em promover o desenvolvimento regional através de uma correlação de associações empresariais, entidades públicas e instituições de ensino técnico-profissional e superior que convergem e cooperam, visando uma maior competitividade", lê-se no Programa de Governo do maior partido na oposição, que, entre outras coisas, tem como medida "aprimorar o plano de desenvolvimento industrial do país", bem como a criação de "centros de desenvolvimento tecnológico e industrial que gravitem à volta das universidades".

Partido «pisca o olho» à formação de empreendedorismo

A par da dinamização de cidades empresariais, visando o aumento da procura de mão-de-obra, o partido fundado por Ionas Savimbi garante que o seu Governo vai adicionar ao plano curricular dos jovens, a partir dos 9 anos de idade, "disciplinas relacionadas com o empreendedorismo e noções de competitividade no mercado", bem como fomentar a criação de concursos nacionais de empreendedorismo com o apadrinhamento das "melhores iniciativas, através da disponibilização de meios capazes de transformar as ideias em oportunidades reais nos planos económico e social".

Para além de ambicionar inculcar na juventude o gosto pelo empreendedorismo, a UNITA deseja apostar na política de simplificação de actos que visam a constituição de micro, pequenas e médias empresas ou cooperativas com uma "articulação automática entre a autoridade tributária, segurança social, banca [bem como as entidades reguladoras] ". E criar uma unidade curricular denominada 'Cidadania e Valores' para todos os níveis de ensino, que permita, lê-se no documento, a "consciencialização dos agregados familiares para os aspectos negativos da informalidade".

«Dinamização» do agro-negócio O agro-negócio é outro sector para o qual a UNITA olha com bastante atenção para contrariar o contexto de alto índice de desemprego. Neste aspecto, promete criar 'fazendas-modelo, um novo conceito de empreendimento rural que usa a tecnologia para aumentar a produtividade

na actividade agrícola, mas também amplia os investimentos em recursos humanos e preocupa-se com aspectos relativos à sustentabilidade.

E, para tornar o projecto mais eficaz, o 'galo negro' garante que há-de criar, entre outras coisas, o centro de investigação e melhoramento genético de sementes, como forma de garantir a "melhor qualidade e adaptabilidade" das culturas às condições climáticas das diversas regiões.

"[vamos] criar uma dinâmica de empregabilidade moderna, tecnologicamente evoluída e assente na investigação aplicada, captando o melhor talento da Nação", promete a UNITA, que persegue o poder político desde 1992, data que marca a realização das primeiras eleições em Angola.

Administração Pública

No referido programa, ainda no âmbito do combate ao desemprego, o partido liderado por ACJ compromete-se em melhorar a qualidade do serviço prestado pela Administração pública, tendo como foco a criação de planos curriculares especiais de reconversão funcional e de formação nas novas funções do Estado para os actuais funcionários e pessoal a ingressar na função pública.

Entretanto, no programa, o maior partido na oposição não dá timings, mas sublinha que deverá "avaliar a necessidade de contratação de novos funcionários públicos após reconversão e requalificação dos actuais", para além de, segundo o partido, "melhorar e tornar o processo transparente de avaliação de desempenho a todos os funcionários públicos". E promete um salário mínimo para a Função Pública de 150 mil kwanzas.

Programa teve subsídio da FPU

O actual programa da UNITA, denominado GIP - Governo Inclusivo e Participativo, é, no essencial, uma continuidade do Programa de Governo apresentado nas eleições gerais de 2017, que, de acordo com ACJ, beneficiou de uma actualização, sobretudo de subsídios do Bloco Democrático e do PRAJA-Servir Angola, que, com a UNITA, compõem a Frente Patriótica Unida.

Durante a abertura da campanha eleitoral do 'galo negro', em Benguela, no domingo, 24, ACJ apelou aos eleitores para que acreditem no programa apresentado, bem como na vontade de o seu partido conceber um Governo Inclusivo, em que os responsáveis do Executivo não deverão ser exclusivamente militantes da UNITA.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Recredit encaixou 37 dos 288 mil milhões de kwanzas por reembolsar

Jornal Economia e Finanças

1 De Julho de 2022

Texto: Isaque Lourenço

Recredit - Gestão de Activos S.A encaixou, desde 2020 até agora, o valor de 37 mil milhões de kwanzas, equivalentes a 12,85 por cento, dos 288 mil milhões investidos na compra do crédito malparado de 1,24 bilião, que detinha o Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Dados avançados, recentemente, pelo Conselho de Administração daquela entidade referem que este ano já foram arrecadados 10,31 mil milhões dos 26,34 mil milhões pretendidos.

Restam, neste momento, 251 mil milhões de kwanzas para ir buscar aos devedores.

O presidente do Conselho de Administração, Valter Barros, disse que para os sete anos que restam a Recredit, uma vez que a sua reoperacionalização em 2019 foi delimitada para um prazo de 10 anos (termina em 2029), a Recredit garante ir buscar os 288 mil milhões de kwanzas que o Estado, através do Ministério das Finanças injectou para a compra da dívida que era do BPC.

Há também garantias de serem arrecadadas mais-valias, para a cobertura dos gastos de funcionamento do organismo, até 2029, segundo a administradora Mirian Ferreira, para quem haverá lucros ou seja a Recredit vai reembolsar os 288 mil milhões que recebeu, vai cobrir as despesas com salários e funcionamento em que incorre e vai ainda apurar lucro adicional para entregar ao Ministério das Finanças.

Ainda, segundo a administradora Mirian Ferreira, a Recredit procura fazer sempre de início uma recuperação extrajudicial, através de negociação com o devedor. Quando a negociação é bem-sucedida, segue-se um plano de amortização, por dação de activos ou compensação de créditos.

A administradora executiva disse que existem 346 processos de crédito que estão em negociação, os quais estão avaliados em 128 mil milhões de kwanzas. Outros 77 avançaram para o contencioso, fase subsequente a um eventual não entendimento entre

as partes. Nos registos da Recredit até aqui, há 29 processos que resultaram em acordos, enquanto 24 estão em tribunal.

"O objectivo da Recredit é recuperar o máximo de valor de crédito malparado adquirido, mas com uma estrutura de custos diminuta que garanta eficiência e eficácia", disse.

Segundo o PCA, Valter Barros, há casos em que a Recredit não avança nem para tribunal nem para outra metodologia, simplesmente desiste da cobrança por perceber que a parte implicada, comprovadamente, não tem condições para reembolsar. Daí considerar que os 288 mil milhões de kwanzas pagos pelo crédito desembolsado pelo BPC de 1,24 biliões de kwanzas, represente o justo va lar.

O credito do BPC comprado pela ec -edit - Gestão de Activos S.A teve um diferencial de 70 por cento de desce to, o que significa dizer que apenas 30 por cento tinham garantia efectiva de reembolso, egund entidades especializadas contadas para o referido estudo.

2.2 Três mil postos de trabalho são criados em Luanda

Jornal de Angola

26 De Julho de 2022

Texto: Edivaldo Cristóvão

Mais de três mil postos de trabalho foram criados, esta segunda-feira, na província de Luanda, depois da concepção de 500 micro-créditos e distribuição de mil kits profissionais, no quadro do Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE).

O director do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, que presidiu a cerimónia, decorrida no Marco Histórico 4 de Fevereiro, no Cazenga, referiu que foram, igualmente, entregues mais de 120 motorizadas a moto taxistas.

Manuel Mbangui explicou que os créditos vão de 350 mil a sete milhões de kwanzas, com uma taxa de 1,67 por cento, abrindo um período de três meses de graça, ou seja, sem devolução.

O director-geral do INEFOP disse ser importante que os beneficiados cumpram com os regulamentos e os prazos estabelecidos pelo programa, no sentido de dar a possibilidade de obterem mais créditos e poderem fazer crescer o negócio.

A cerimónia serviu, também, para a entrega de carteiras profissionais e meios de protecção individual

a jovens que fazem a recolha de resíduos sólidos e a floristas, num acordo firmado entre o PAPE e Projecto de Inserção Social de Catadores de Resíduos Sólidos (PICAR).

O INEFOP tem acompanhado o actual crescimento desordenado da actividade dos catadores de resíduos sólidos, no âmbito do protocolo existente com a Agência Nacional de Resíduos (ANR), que visa a implementação de projectos em matéria de gestão de resíduos, com a integração social e económica.

Por isso, o trabalho com os catadores tem sido feito através da qualificação técnico-profissional, incluindo a distribuição de materiais de higiene e segurança no trabalho, tendo já capacitado 190 jovens, pertencentes a 20 cooperativas do PICAR.

Deste modo, foram entregues certificados de fim de curso, assim como meios de trabalho e equipamentos de protecção individual para dez cooperativas, devidamente licenciadas por via das administrações locais em projectos de desenvolvimento do trabalho precário.

Nesta altura, os moto-taxistas têm direito à formação profissional, Cartão de Contribuinte, inscrição na Segurança Social, Carteira Profissional e licença para o exercício da actividade.

Além das motorizadas, os beneficiários receberam um kit de segurança do serviço de moto táxi, composto por sistema de GPS, capacete, colete e uma camisola.

A execução do PAPE decorre em todo o território nacional com a realização da formação profissional, activação de estágios profissionais, concessão de micro-créditos e a distribuição de kits profissionais.

O director do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, que presidiu a cerimónia, decorrida no Marco Histórico 4 de Fevereiro, no Cazenga, referiu que foram, igualmente, entregues mais de 120 motorizadas a moto taxistas.

Manuel Mbangui explicou que os créditos vão de 350 mil a sete milhões de kwanzas, com uma taxa de 1,67 por cento, abrindo um período de três meses de graça, ou seja, sem devolução.

O director-geral do INEFOP disse ser importante que os beneficiados cumpram com os regulamentos e os prazos estabelecidos pelo programa, no sentido de dar a possibilidade de obterem mais créditos e poderem fazer crescer o negócio.

A cerimónia serviu, também, para a entrega de carteiras profissionais e meios de protecção individual a jovens que fazem a recolha de resíduos sólidos e a floristas, num acordo firmado entre o PAPE e Projecto de Inserção Social de Catadores de Resíduos Sólidos (PICAR).

O INEFOP tem acompanhado o actual crescimento desordenado da actividade dos catadores de resíduos sólidos, no âmbito do protocolo existente com a Agência Nacional de Resíduos (ANR), que visa a implementação de projectos em matéria de gestão de resíduos, com a integração social e económica.

Por isso, o trabalho com os catadores tem sido feito através da qualificação técnico-profissional, incluindo a distribuição de materiais de higiene e segurança no trabalho, tendo já capacitado 190 jovens, pertencentes a 20 cooperativas do PICAR.

Deste modo, foram entregues certificados de fim de curso, assim como meios de trabalho e equipamentos de protecção individual para dez cooperativas, devidamente licenciadas por via das administrações locais em projectos de desenvolvimento do trabalho precário.

Nesta altura, os moto-taxistas têm direito à formação profissional, Cartão de Contribuinte, inscrição na Segurança Social, Carteira Profissional e licença para o exercício da actividade.

Além das motorizadas, os beneficiários receberam um kit de segurança do serviço de moto táxi, composto por sistema de GPS, capacete, colete e uma camisola.

A execução do PAPE decorre em todo o território nacional com a realização da formação profissional, activação de estágios profissionais, concessão de micro-créditos e a distribuição de kits profissionais.

O director do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, que presidiu a cerimónia, decorrida no Marco Histórico 4 de Fevereiro, no Cazenga, referiu que foram, igualmente, entregues mais de 120 motorizadas a moto taxistas.

Manuel Mbangui explicou que os créditos vão de 350 mil a sete milhões de kwanzas, com uma taxa de 1,67 por cento, abrindo um período de três meses de graça, ou seja, sem devolução.

O director-geral do INEFOP disse ser importante que os beneficiados cumpram com os regulamentos e os prazos estabelecidos pelo programa, no sentido de dar a possibilidade de obterem mais créditos e poderem fazer crescer o negócio.

A cerimónia serviu, também, para a entrega de carteiras profissionais e meios de protecção individual a jovens que fazem a recolha de resíduos sólidos e a floristas, num acordo firmado entre o PAPE e Projecto de Inserção Social de Catadores de Resíduos Sólidos (PICAR).

O INEFOP tem acompanhado o actual crescimento desordenado da actividade dos catadores de resíduos sólidos, no âmbito do protocolo existente com a Agência Nacional de Resíduos (ANR), que visa a implementação de projectos em matéria de gestão de resíduos, com a integração social e económica.

Por isso, o trabalho com os catadores tem sido feito através da qualificação técnico-profissional, incluindo a distribuição de materiais de higiene e segurança no trabalho, tendo já capacitado 190 jovens, pertencentes a 20 cooperativas do PICAR.

Deste modo, foram entregues certificados de fim de curso, assim como meios de trabalho e equipamentos de protecção individual para dez cooperativas, devidamente licenciadas por via das administrações locais em projectos de desenvolvimento do trabalho precário.

Nesta altura, os moto-taxistas têm direito à formação profissional, Cartão de Contribuinte, inscrição na Segurança Social, Carteira Profissional e licença para o exercício da actividade.

Além das motorizadas, os beneficiários receberam um kit de segurança do serviço de moto táxi, composto por sistema de GPS, capacete, colete e uma camisola.

A execução do PAPE decorre em todo o território nacional com a realização da formação profissional, activação de estágios profissionais, concessão de micro-créditos e a distribuição de kits profissionais.

O director do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, que presidiu a cerimónia, decorrida no Marco Histórico 4 de Fevereiro, no Cazenga, referiu que foram, igualmente, entregues mais de 120 motorizadas a moto taxistas.

Manuel Mbangui explicou que os créditos vão de 350 mil a sete milhões de kwanzas, com uma taxa de 1,67 por cento, abrindo um período de três meses de graça, ou seja, sem devolução.

O director-geral do INEFOP disse ser importante que os beneficiados cumpram com os regulamentos e os prazos estabelecidos pelo programa, no sentido de dar a possibilidade de obterem mais créditos e poderem fazer crescer o negócio.

A cerimónia serviu, também, para a entrega de carteiras profissionais e meios de protecção individual a jovens que fazem a recolha de resíduos sólidos e a floristas, num acordo firmado entre o PAPE e Projecto de Inserção Social de Catadores de Resíduos Sólidos (PICAR).

O INEFOP tem acompanhado o actual crescimento desordenado da actividade dos catadores de resíduos sólidos, no âmbito do protocolo existente com a Agência Nacional de Resíduos (ANR), que visa a implementação de projectos em matéria de gestão de resíduos, com a integração social e económica.

Por isso, o trabalho com os catadores tem sido feito através da qualificação técnico-profissional, incluindo a distribuição de materiais de higiene e segurança no trabalho, tendo já capacitado 190 jovens, pertencentes a 20 cooperativas do PICAR.

Deste modo, foram entregues certificados de fim de curso, assim como meios de trabalho e equipamentos de protecção individual para dez cooperativas, devidamente licenciadas por via das administrações locais em projectos de desenvolvimento do trabalho precário.

Nesta altura, os moto-taxistas têm direito à formação profissional, Cartão de Contribuinte, inscrição na Segurança Social, Carteira Profissional e licença para o exercício da actividade.

Além das motorizadas, os beneficiários receberam um kit de segurança do serviço de moto táxi, composto por sistema de GPS, capacete, colete e uma camisola.

A execução do PAPE decorre em todo o território nacional com a realização da formação profissional, activação de estágios profissionais, concessão de micro-créditos e a distribuição de kits profissionais.

O director do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, que presidiu a cerimónia, decorrida no Marco Histórico 4 de Fevereiro, no Cazenga, referiu que foram, igualmente, entregues mais de 120 motorizadas a moto taxistas.

Manuel Mbangui explicou que os créditos vão de 350 mil a sete milhões de kwanzas, com uma taxa de 1,67 por cento, abrindo um período de três meses de graça, ou seja, sem devolução.

O director-geral do INEFOP disse ser importante que os beneficiados cumpram com os regulamentos e os prazos estabelecidos pelo programa, no sentido de dar a possibilidade de obterem mais créditos e poderem fazer crescer o negócio.

A cerimónia serviu, também, para a entrega de carteiras profissionais e meios de protecção individual a jovens que fazem a recolha de resíduos sólidos e a floristas, num acordo firmado entre o PAPE e Projecto de Inserção Social de Catadores de Resíduos Sólidos (PICAR).

O INEFOP tem acompanhado o actual crescimento desordenado da actividade dos catadores de resíduos sólidos, no âmbito do protocolo existente com a Agência Nacional de Resíduos (ANR), que visa a implementação de projectos em matéria de gestão de resíduos, com a integração social e económica.

Por isso, o trabalho com os catadores tem sido feito através da qualificação técnico-profissional, incluindo a distribuição de materiais de higiene e segurança no trabalho, tendo já capacitado 190 jovens, pertencentes a 20 cooperativas do PICAR.

Deste modo, foram entregues certificados de fim de curso, assim como meios de trabalho e equipamentos de protecção individual para dez cooperativas, devidamente licenciadas por via das administrações locais em projectos de desenvolvimento do trabalho precário. t

Nesta altura, os moto-taxistas têm direito à formação profissional, Cartão de Contribuinte, inscrição na Segurança Social, Carteira Profissional e licença para o exercício da actividade.

Além das motorizadas, os beneficiários receberam um kit de segurança do serviço de moto táxi, composto por sistema de GPS, capacete, colete e uma camisola.

A execução do PAPE decorre em todo o território nacional com a realização da formação profissional, activação de estágios profissionais, concessão de micro-créditos e a distribuição de kits profissionais.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Fiscais continuam a extorquir as vendedoras nos mercados de Luanda

Jornal Expansão
1 De Julho
Graciete Xavier

"Ontem tive de fugir para não levarem o meu negócio, não tinha dinheiro para pagara "fixa" aos fiscais por isso escondi a mercadoria e fugi". Esse é apenas um dos relatos recolhidos pela reportagem Expansão esta semana nos vários mercados da capital, confirmando que este esquema de "extorsão" se mantém há muitos anos.

Num cenário de frustração, medo e fadiga as vendedoras das zonas impróprias para a venda, localizada ao redor dos mercados da capital confessaram a nossa equipa que são obrigadas a pagar diariamente 500 Kz para garantir que os fiscais permitam a venda nestes sítios, o que em termos práticos significa, que não lhes roubem ou destruam a mercadoria.

São centenas as vendedoras localizadas junto dos mercados dos Congolenses, São Paulo, Kikolo, Asa Branca e outros, que não conseguiram adquirir um lugar dentro destes mercados e vendem ao redor deles, impedindo assim que os clientes comprem as mercadorias daquelas que estão praticamente legalizadas.

O Expansão contactou em loco durante duas semanas como funciona este esquema que envolve além dos fiscais do município a administração dos mercados. Todos os dias a partir das 13h são selecionadas mais de 10 vendedoras para efectuarem a cobrança dos valores às outras comerciantes, sendo elas também responsáveis pela entrega da quantia aos fiscais.

Depois disso as 10 vendedoras seleccionadas para efectuar a cobrança têm ainda a obrigação demonstrar aos fiscais quais são as vendedoras que se negaram a fazer o pagamento, em cada zona de cobrança, independentemente do motivo. Essas têm o seu negócio confiscado que só é devolvido depois de pagarem a "fixa" e uma pequena multa. Caso não o façam, a mercadoria é apreendida, levada para a administração e aí o valor para reavê-la é ainda maior.

Alguns fiscais também actuam como cobradores, mas quando o fazem tiram o colete da administração.

Está é uma prática que acontece à vista de todos, e há vários anos e que impede de forma directa qualquer programa ligado ao combate a corrupção ou a formalização da economia. Recorde-se que o PREI está a registar vendedoras e a dar-lhes um cartão, mas que na verdade não serve para as deixar fora deste esquema se não tiverem um lugar marcado no mercado.

Casos práticos

Maria Augusta, é uma jovem professora do ensino primário, mas que trabalha como revendedora de cintas modeladoras no mercado dos Congolenses, contou que o salário de professora não serve para cobrir as despesas por esta razão divide o tempo entre as aulas e a venda:

Como revendedora ganha 150 Kz por cada nota de 1.000Kz que vende. Durante a semana consegue ter um rendimento de pelo menos 35.000 Kz. Ao receber 150 por cada nota consegue um rendimento semanal de 5.250 e mensal de 115.500, mais 89.500 Kz do que auferir com salário de professora

E explica à nossa reportagem:

"Nós já estamos conscientes do pagamento deste valor da "fixa" que é diário. E praticamente como uma obrigação, mas prefiro ficar aqui do que lutar para sobreviver com um salário de professora de 26.000 Kz e que não chega para nada. Sou mãe e tenho de fazer das tripas coração para sustentar os meus filhos" disse.

"Nós começamos a vender às 7 horas e os fiscais dão corrida até às 12 horas. Depois disso as corridas param e as cobranças começam, isso já é do conhecimento de todas. Eu vendo aqui fora do mercado porque é mais rápido, mas não pago essa multa porque o pai da minha filha é da polícia, e por esta razão os fiscais não me cobram nem levam a minha mercadoria " explicou uma vendedora congoleza

O Expansão contactou as administrações municipais que garantiram não ter conhecimento destas cobranças. Entretanto, constatámos durante uma ronda no mercado do São Paulo a apreensão da mercadoria de duas senhoras por supostamente não terem pago a fixa, enquanto outras que também vendiam em áreas impróprias, comercializavam sem sobressaltos.

O Expansão contactou também a Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), que afirmou que nunca recebeu nenhuma denúncia ligada às cobranças efectuadas nos mercados. Ou seja, ninguém em termos oficiais sabe o que todos assumem e que passa todos os dias nos mercados de Luanda.

3.2 215 mil operadores registados pelo PREI

Jornal de Angola

2 De Julho de 2022

Texto: Roque Silva

A primeira fase do (PREI) permitiu, até sexta-feira (2), a formalização efectiva de pelo menos 215 mil operadores económicos em todo o país, revelou ontem, em Luanda, a secretária de Estado para a Economia.

Dalva Ringote, que falava no lançamento do PPREI no Distrito Urbano do Sequele, Cacuo, referiu que, dos 215 mil agentes económicos cujos negócios foram legalizados no país, 66.700 foram registados em Luanda, onde 52 por cento do tal são detidos por mulheres.

A secretária de Estado disse que, até ontem, 17.133 tiveram os negócios formalizados no município de Cacuo, um número que se espera crescer pela continuidade do programa ao nível da localidade.

A responsável considerou os números animadores, facto que incentiva o Executivo a continuar a trabalhar para elevar os serviços junto das comunidades e garantir que um maior número de operadores económicos passe para a economia formal.

"Queremos que este número cresça, de tal sorte que possa ser mais expressivo, mas para tal é necessário que os agentes informais adiram o programa, para desfrutar dos benefícios colocados à sua disposição", explicou Dalva Ringote, que notou que o acesso ao PREI é a via mais célere de os informais terem as suas empresas legalizadas de forma gratuita e poderem ter acesso a um vasto leque de benefícios.

Acrescentou, ainda, que as igrejas interessadas podem aderir ao PREI para trabalharem como cooperativas religiosas, de modos a tornarem-se auto-sustentáveis.

"Alargamos o nosso foco de actuação, queremos que os agentes formalizados sirvam junto das famílias e comunidades em que estejam inseridos, por entendermos que se trata de benefícios gratuitos para os negócios".

No acto que decorreu há escassos metros do Mercado do Sequele, Dalva Ringote referiu que se perspectiva atingir, no Distrito Urbano do Sequele, mais de 12 mil agentes económicos, meta cujo alcance depende de um processo conjunto devidamente articulado entre várias organizações.

Na ocasião, foram emitidos cinco cartões de vendedores ambulantes, aos quais foram, ainda, concedidos microcréditos em valores de 300, 200 e 150 mil kwanzas.

Dalva Ringote percorreu, no final, os sectores de venda de produtos diversos do Mercado do Sequele, onde explicou de forma incisiva sobre as vantagens do PREI aos operadores económicos.

O Programa de Reversão da Economia Informal foi adoptado pelo Executivo, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, para promover a Transição de Economia Informal para o sistema dormal da economia do país.

O PDN 2018-2022 prevê, na sua Política 13, relativa ao emprego e condições de trabalho, o Programa 2.5.1. de Reversão da Economia Informal, bem como o programa 1.5.3., de Modernização do Sistema de Protecção Social Obrigatória, enquadrado na Política 5, relativa à Assistência e Protecção Social.

3.3 Mais de 17 mil inseridos no mercado formal

Jornal de Angola

5 De Julho de 2022

Texto António Camepa

A campanha de formalização da actividade informal no mercado dos Kwanzas, no município do Cazenga, iniciou esta segunda-feira, depois do lançamento oficial ter sido realizado, na sexta-feira, pelo secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis.

Na ocasião, o responsável apelou às vendedoras e jovens empreendedores que com actividades naquele mercado, a possam juntarem-se aos contribuem para a arrecadação tributária, bem como a inscreverem-se na Segurança Social para garantir a reforma.

Salientou que, com este gesto do Executivo, o empreendedor terá à sua disposição todos os instrumentos financeiros disponíveis para poderem alavancar os seus negócios. O secretário de Estado referiu-se às múltiplas vantagens que advêm do processo, que vão de facilidades ao crédito e ao

micro-crédito e à inserção no circuito financeiro nacional.

Mais de 17 mil agentes económicos foram formalizados, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), no município de Cacucaco, em Luanda, esperando-se que o número venha a crescer à medida em que o processo de registo avança, afirmou a secretária de Estado para Economia.

Dalva Ringote referiu, no lançamento da campanha do PREI, em Cacucaco, na sexta-feira, que o programa é uma oportunidade que o Executivo criou para que qualquer pessoa que exerça alguma actividade comercial ou empreendedora possa fundar a sua empresa ou cooperativa a custo zero e ser inserido no circuito financeiro nacional. O PREI foi projectado para ser lançado em todos os mercados municipais informais do país e, até Maio último, conseguiu formalizar 170 mil operadores económicos, 17.183 dos quais em Cacucaco.

"Queremos que estes números cresçam para que as nossas mães, que são a maioria nos nossos mercados, e os nossos jovens empreendedores que pensam criar os seus negócios tenham, aqui, a oportunidade de terem as suas empresas e cooperativas legalizadas a custo zero", esclareceu. "As igrejas que queiram também criar cooperativas a nível das suas confissões religiosas dá-se também a oportunidade para aderirem e garantirem a criação das cooperativas religiosas", salientou.

Acção formativa

A responsável considerou a formação dos agentes económicos um ponto-chave para o sucesso da gestão de qualquer negócio, pelo que o Governo pretende dar ferramentas para que o agente económico aprenda a gerir negócios, acompanhar a aplicação dos recursos financeiros e garantir o retorno às instituições de microcrédito para dar continuidade ao programa.

"Estamos a pedir responsabilidade e temos a confiança de que as nossas mães e os nossos jovens vão trabalhar para a devolução dos recursos financeiros que receberem: queremos que, à medida em que o processo vai decorrendo, a capacitação e acompanhamento andam nas mesmas velocidades", disse.

3.4 PREI: Da previsão de 2 mil ao resultado de 218 mil operadores formalizados

Jornal de Angola

11 De Julho de 2022

O PDN 2018-2022 previa a formalização de pelo menos 2.000 operadores económicos, entretanto, até ao momento já foram formalizados mais de 218 mil operadores económicos, dos quais 187.181 pelas administrações municipais, através do registo no Portal do Município e emissão de cartão de vendedor, 28.040 pelo Guiché Único da Empresa e 3.083 pelo FACRA, mediante o processo de aprovação das solicitações de micro-crédito. O PREI, que está a mudar a vida de centenas de angolanos, é um programa cofinanciado pelo Executivo e a União Europeia e Banco Africano de Desenvolvimento, e conta com a assistência técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Quanto à formalização de agentes económicos, no que respeita à evolução mensal dos registos, até ao presente mês, foram efectuados 169.406 registos no Portal do Município.

Relativamente à capacitação de agentes económicos, quanto à evolução mensal de actividades de capacitação efectuadas, em oito (8) meses, foram efectuadas 48.305 capacitações pelo INAPEM.

Já sobre o desempenho da Linha de Micro-crédito e análise do seu desempenho, a respectiva linha de micro-crédito desembolsou 3.041 projectos desde que foi constituída.

No que respeita ao cumprimento das metas do PDN sobre a análise da formalização de operadores económicos, de 2018 a 2022, são registadas e formalizadas 2.000 micro e pequenas em-presas e cooperativas pelas equipas de atendimento dos serviços de proximidade (SIAC, BUE, GUE, Balcão do Cidadão e INAPEM), ao longo do período transcorrido de Janeiro de 2020 a Maio de 2022, tendo em conta as competências previstas no Estatuto Orgânico (EO) do Ministério da Economia e Planeamento (MEP).

PRODESI

Em termos acumulados, até a presente data, foi celebrado um total de 2.892 contratos de compra da produção nacional, o que representa um grau de execução de 94,81 por cento da meta programada para o quinquénio estabelecida no PDN 2018-2022 (3.050 contratos). Para o desempenho do indicador concorreram as actividades de realização de feiras de negócios e divulgação da produção nacional; contratos obrigatórios celebrados ao abrigo das linhas de financiamento e do DP 23/19; contratos celebrados entre produtores nacionais com operadores de comércio e distribuição e grandes superfícies.

3.5 250 Famílias vão beneficiar de projecto de pesca artesanal

Jornal de Angola

14 De Julho de 2022

Texto: Venâncio

Um total de 250 famílias da localidade de Camibafu, arredores da cidade de Malanje, vai beneficiar, em breve, de um projecto de pesca artesanal, com a reabilitação de um Centro Experimental de Lavicultura, avaliado em cerca de 12 milhões de dólares, co-financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Agrário (FIDAJ) e pelo governo angolano

A consignação das obras foi orientada pelo vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Angelino Quissonde, prevendo-se a reabilitação e construção de 13 tanques de criação e reprodução, melhoramento de 130 metros de um canal de entrada e saída de água, incluindo uma pequena barragem e incubadora.

Os trabalhos incluem igualmente, a electrificação e construção de um armazém e uma pequena fábrica de ração, bem como fornecimento de uma moagem e insumos para a produção dos primeiros 400 quilos de ração para peixe e reabilitação de três quilómetros de estrada de acesso ao centro.

As obras da estrada estão orçadas em 225 milhões de kwanzas, enquanto às da moagem e da unidade fabril de ração vão custar 62 milhões de kwanzas, respectivamente.

O vice-governador de Malanje para o Sector Técnico e Infra-estruturas disse que o projecto vai ter múltiplas valias, essencialmente ajudar na sustentabilidade e aumento da renda familiar.

Recordou que a fábrica de ração vai beneficiar todas as cooperativas e iniciativas de aquicultura em Malanje, kwanza - Norte, Uíge e da Região Leste. Segundo Angelino Quissonde, uma das grandes dificuldades dos promotores de aquicultura é a carência de ração, bem como o seu elevado preço, sobretudo para as famílias mais carentes.

3.6 Cooperativa de Cacuo eleva níveis de captura

Jornal de Angola

15 De Julho de 2022

Texto: Manuel Barros

A Cooperativa de Pesca Artesanal Kilamba-Kiayi, de Cacuo, prevê aumentar a captura de pescado de sete para 12 toneladas, este mês de Julho, informou o presidente da organização.

O barco partiu de Luanda na passada quinta-feira e regressou esta segunda-feira da província de Cabinda.

A viagem de ida fez-se com apenas 29 passageiros, mas no regresso foram ao todo 263 passageiros. A lotação global de passageiros no Catamarã é de 276 e uma capacidade adicional para 28 mil quilogramas de carga.

O membro da Comissão de Gestão da Operadora de Transportes "Secil Marítima", Silvano Araújo, explicou que cada passageiro teve direito a 40 quilos de bagagem.

Nesta viagem de arranque, disse, a ida de Luanda para Cabinda registou 30 volumes de carga transportada. Já no regresso (Cabinda – Luanda), foi notória a procura com um registo de 620 volumes transportados.

A maioria da bagagem transportada era constituída por artigos pessoais, bens alimentares em sacos e caixas e alguns utensílios em madeira.

O percurso é de 10 horas cronometradas, salvo imprevistos, conforme reiterou Silvano Araújo.

"Embora tenhamos registado este constrangimento, o que consentimos por ter sido a primeira viagem, nas próximas, iremos ser rigorosos com os horários", garantiu.

Relativamente à presença de menores de idade, o gestor esclareceu que crianças dos 0 aos três anos de idade não pagam e de quatro aos 12 anos pagam 50 por cento da tarifa. O preço do bilhete promocional para o mês de Agosto é de 20 mil kwanzas e sem a promoção o custo é de 30 mil kwanzas.

Regresso das frotas

Os catamarãs foram entregues, no final de Novembro de 2021, pelo ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu.

O início da transportação de passageiros por via marítima deu-se em Janeiro do corrente ano.

No quadro do processo de recuperação de activos, um total de seis catamarãs e outras 33 lanchas rápidas e um iate passaram para a posse do Estado.

Os mais recentes catamarãs têm capacidade para acomodar 350 passageiros cada um, o que representa uma capacidade combinada de 2.100 passageiros, por viagem, para os seis. Em velocidade de cruzeiro, têm uma autonomia de cerca de 400 milhas náuticas, o que aumenta a eficácia operacional desta embarcação.

Estas embarcações estão previstas para realizarem travessias do centro da cidade - Ilha do Mussulo, através dos terminais do Kapossoça, do Museu da Escravatura e do Macoco, bem como Soyo, Cabinda, Benguela e Namibe.

A gestão dos Catamarãs é da responsabilidade da operadora de transportes Sécil Marítima, que em Março deste ano havia realizado já uma viagem experimental na rota Luanda – Soyo com a mesma embarcação. A referida jornada foi encabeçada pelo coordenador da Comissão de Gestão da Secil, João Martins.

A viagem experimental foi constituída por seis tripulantes e acompanharam o trabalho de campo 12 passageiros. A jornada teve como objectivos a averiguação do desempenho da embarcação, testes de segurança de navegabilidade, definição de rumo de entrada e saída do canal de acesso ao terminal, ancoragem de acordo com dados da maré, assim como a movimentação na bacia de manobra costeira junto aos terminais de Cabinda e Soyo, respectivamente.

3.7 Roboteiros de Luanda contra a concorrência e a criminalidade

Jornal Expansão

15 De Julho de 2022

Texto: Graciete Xavier

Estão nas portas dos mercados nas primeiras horas da manhã á procura de clientes. São normalmente jovens, entre os 15 e os 40 anos, conduzem um carro de mão de madeira ou ferro, com um pneu velho ou muito gasto. Com boa conversa, procuram convencer

a todo o custo os que aí passam, principalmente as mulheres, para conseguirem alguém que pague pelo transporte de uma mercadoria, normalmente pesada. São uma imagem forte da cidade, sendo que em tempos passados "enchiam" as principais artérias da capital. Mas são cada vez menos.

Com a concorrência dos kupapatas, motos de três rodas, que para além da mercadoria também transportam as pessoas, tornou-se cada vez mais difícil garantir um número diário aceitável de clientes. E mais recentemente com o fenómeno do crescimento da marginalidade nos bairros, são frequentemente assaltados, o que os leva também a desistir desta actividade.

São jovens que na maior parte das vezes saem do interior do País para a capital em busca de melhores condições de vida, percorrem diariamente vários quilómetros transportando com a força de braços vários quilos de mercadoria para levarem para casa poucos kwanzas. Hoje este valor não ultrapassa os 2.000 kz por dia.

O trabalho consiste em transportar nos carros de mão as compras dos clientes do mercado até ao carro, táxi ou para a casa de quem compra. Mas são também os responsáveis por levarem a mercadoria dos comerciantes para o Processo (quintal que fica perto dos mercados informais para servir de armazém onde são guardadas as mercadorias que são comercializadas naquele espaço).

Os rendimentos estão a diminuir

João Zacarias, é da província do Cunene onde aos 12 anos começou a trabalhar como mecânico com o tio. Passados dois anos veio para Luanda com a irmã à procura de melhores condições de vida. Começou a trabalhar como mototaxista, mas a motorizada estragou-se. Depois foi trabalhar para uma empresa como tarefeiro, mas passado alguns anos faliu por contada crise.

Já na idade adulta e com três filhos por criar foi obrigado a trabalhar como roboteiro. "Esse trabalho já não dá para muita coisa. Nós cobramos o valor de 50 Kz por cada caixa, mas como os clientes têm diminuído por dia acabamos por levar apenas 1.500Kz ou 2.000Kz por dia para casa".

No mercado da Estalagem, no município de Viana, e no mercado do Trinta também em Viana, é comum ver uma grande concentração destes trabalhadores pela dimensão e pela variedade de produtos que são comercializados nestes locais Foi no primeiro que a reportagem do Expansão encontrou o Jonas, jovem

de 23 anos com o ensino médio concluído e com um curso profissional de informática.

Diz que trabalhou durante alguns anos como técnico de informática no Supermercado Nossa Casa, mas com a crise que a empresa viveu foi mandado para casa com a promessa de voltar tão logo a situação se resolvesse. De lá para cá já se passaram 2 anos e nada!

"Eu tenho o ensino médio q concluído e um curso profissional também, se não trabalho (numa empresa é mesmo por falta de oportunidade. O trabalho' aqui é muito duro, até agora eu não fui indemnizado pela empresa, sem dinheiro e sem emprego fui obrigado a fazer o que deu" lamenta, lembrando que ainda assim esta actividade evita que muitos jovens entrem no caminho da marginalidade, apesar de não serem reconhecidos pelas instituições oficiais. Não têm; acesso, por exemplo, ao serviço de protecção social obrigatória.

Num tom triste mas com muita vontade de falar à nossa reportagem, na esperança de ser ajudado, Jonas afirmou gostaria de trabalhar na sua área de formação porque o dinheiro não compensa e ainda tem de lidar com a falta de educação de muitos clientes. "É um sonho voltar para a minha área de formação. Esse trabalho de roboteiro não é só para aqueles que vêm das outras províncias, é também feita por aqueles que nasceram na capital Tudo por causa da falta de oportunidades e para não cairmos nos caminhos da delinquência "disse-nos.

Os roubos estão a aumentar

Valente tem 27 anos, aprendeu a' fazer sabão com óleo queimado quando tinha sete anos. Trabalhou na fábrica durante anos mas depois esta faliu. Trabalhou como revendedor de roupas dos fardos e depois como lixeiro (pessoas que são pagas por alguns vendedores para levar o lixo que elas produzem nas praças, e depois de ter conseguido o dinheiro para comprar o carro de mão, que custa entre 13 mil a 16 mil Kz, foi trabalhar como roboteiro.

"Ontem quando eram dezassete horas fui assaltado e roubaram o meu carro. Agora tenho de carregar as mercadorias na cabeça ou pedir emprestado o carro de mão dos outros colegas. Hoje estou a trabalhar com o carro do meu colega que não veio. Mas tenho de juntar mais dinheiro, para comprar outro carro" disse.

Apesar de triste pelo roubo, Valente carrega um ar extremamente esperançoso, mesmo com as dificuldades, o jovem confessou à nossa reportagem que tem o sonho de construir a própria fábrica para

produzir sabão. Independentemente das gargalhadas dos outros colegas que ouviam a entrevista, que tentavam minimizar as suas convicções, Valente não baixou a cabeça e disse várias vezes: "Eu acredito no meu sonho".

O Expansão ouviu também as queixas de muitos roboteiros que na zona da Estalagem a delinquência tem aumentado consideravelmente, e que por várias vezes são assaltados e ameaçados por outros jovens, que lhes roubam todo o dinheiro feito durante o dia.

3.8 Zungueiras aprendem a Bê, á, Bá com projecto Okutanga

Novo Jornal

15 De Julho de 2022

Texto: Euclides Seia

Cento e vinte zungueiras que comercializam bens diversos em várias artérias da cidade do Cuíto, província do Bié, estão, desde Fevereiro, a frequentar aulas de alfabetização no Instituto Superior Politécnico Ndunduma (ISPN). As aulas são da iniciativa do Projecto 'okutanga', que visa ensinar a vendedora-ambulante a ler, a escrever e a fazer cálculos mínimos, em parceria com o Gabinete provincial da Educação do Bié (GPE), que dá o apoio didáctico-pedagógico.

Com meta de alfabetizar mais de 240 zungueiras até 2024, o projecto Okutanga, expressão em umbundu que em português significa "ler", segundo o director-geral do ISPN, António Eduardo, foi criado em função das altas taxas de analfabetismo detectadas na província, no último Censo Populacional realizado no País, em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). O responsável explicou ao Novo Jornal que o projecto assenta no programa de aceleração escolar do Ministério da Educação (MED) e surge no âmbito da responsabilidade social que o Instituto Ndunduma tem com a comunidade biena.

"Os relatórios do INE demonstram, claramente, que na província do Bié apenas 32% das mulheres são alfabetizadas contra 68% em situação de analfabetismo. Fazendo jus ao seu compromisso com o ensino e com a investigação científica, como alavanca para o desenvolvimento social e económico, o ISPN não podia 'tapar o sol com a peneira', ignorando essa dura realidade social biena, aliás, deve-se reconhecer que as vendedoras-ambulantes constituem um agente importante para a redução da pobreza extrema nas famílias", explicou António Eduardo.

Segundo o responsável, o processo de aprendizagem do Bê-á-bá com as zungueiras é feito de segunda a sexta-feira, no período das 5h:30 às 7 horas, "isso para não interferir nas vendas". As aulas são ministradas em três módulos que compõem todas as classes do ensino primário, sendo o primeiro feito em quatro meses, que corresponde à 1.ª e à 2.ª classe simultaneamente. O módulo dois, que congrega a 3.ª e 4.ª classes, e o três, que suporta a 5.ª e 6.ª classes, são ministrados em nove meses. Quatro meses e meio é o tempo dedicado a cada classe.

Oito alfabetizadores suportam o projecto

Os alfabetizadores são estudantes do próprio ISPN, que concluíram o 1.º ano académico nos cursos de pedagogia e Gestão de Empresas com a média final de 12 valores nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os oito alfabetizadores, dos 16 previstos para suportar todo o Okutanga com rosto de mulher, que foram selecionados por concurso público interno, devem também dominar a língua nacional umbundu, para a facilitação da aprendizagem das zungueiras, para além de demonstrar vocação pelo ensino.

António Eduardo justificou a preferência pelos estudantes do ISP porque a instituição que dirige quer ver os seus formandos participarem directamente no desenvolvimento da comunidade biana. O responsável assegura que o ISPN paga mensalmente aos alfabetizadores 30 mil kz pelo serviço prestado, enquanto o Gabinete Provincial da Educação (GPE) capacita em matéria de metodologia de ensino e fornece os planos curriculares estabelecidos pelo MED, bem como os manuais de alfabetização. Por outro lado, a promotora (ISPN) do projecto estimula as alfabetizantes com uma cesta básica mensalmente, para não faltarem às aulas, e garante bolsa de estudo a quem chegar ao ensino superior.

Mulheres «aplaudem» Okutanga

Com satisfação, as 'mamãs' zungueiras, com idades compreendidas entre os 15 e 50 anos, confessam que o Okutanga chegou no momento certo, porque se sentiam discriminadas e excluídas, pelo facto de não saberem ler nem escrever. Para as vendedoras ambulantes, o projecto veio retirá-las das "trevas". Aurora Jinga, de 35 anos, conta que, quando fosse chamada à escola dos filhos, enquanto encarregada de educação, preferia faltar, pois receava que o professor lhe pedisse para assinar algum documento. Aurora, vendedora de roupa de fardo, revela que o receio que tinha hoje não o tem, visto que já aprendeu a ler e a escrever.

Já Engrácia Francisco considera o okutanga libertador dos "oprimidos". Aos 28 anos, a jovem, que agora lê e escreve, disse que a diferença é enorme. Para ela, é como se tivesse saído das trevas para a luz. Para além da aprendizagem em matéria de Língua Portuguesa e Matemática, elas participam em palestras sobre empreendedorismo e gestão de negócios.

3.9 Mototaxistas mais aptos para exercer a actividade

Jornal Angoleme

16 De Julho de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

De colete reflector e capacete, o mototaxista Sérgio Kengue está parado no Largo 10 de Dezembro, em Caxito, província do Bengo. Acelera a motorizada para chamar a atenção das pessoas que deambulam no local. Chega uma passageira e o jovem leva-a dali até ao mercado do Sassa Povoação, onde comercializa produtos do campo e carne de caça.

Santa Jorge, a passageira, utiliza o mesmo trajecto todos os dias. A jovem, de 38 anos, destaca o trabalho desenvolvido pelos mototaxistas, na cidade de Caxito e arredores. "Não importa o local onde vives ou pretendaste deslocar, nos subúrbios ou dentro da cidade, eles tiram-te e deixam-te à porta de casa, do serviço ou de qualquer outro lugar. Chegam em muitas zonas onde os taxistas não podem", referiu.

Explica que, em Caxito, por exemplo, muitos moradores, funcionários públicos ou de empresas privadas, têm gravado nos seus telemóveis contactos de vários mototaxistas, com quem combinam de forma antecipada a hora e o local de recolha.

"Principalmente nós que vendemos nos mercados e praças. Por exemplo, tenho o contacto telefónico do Sérgio, porque garante-me confiança e muita segurança. Ligo para ele sempre que achar necessário", frisou.

A estudante Delfina Leite, de 25 anos, disse ao Jornal Angoleme que os mototaxistas desempenham um papel relevante na sociedade, tendo em conta que ajudam muito nas acções de transportação de pessoas e bens de primeira necessidade.

Sabemos dos riscos que corremos ao andar de moto, porque muitos deles não dominam o Código de Estrada. Mas são eles que nos levam até onde nós decidimos ir. Ajudam-nos muito nas deslocações curtas e rápidas", sustentou Miguel Lino.

"Mototaxista há mais de três anos, Sérgio Kengue trabalha duro para frequentar uma escola de condução e obter o documento que o habilita a conduzir a motorizada de 125 cc. "Preciso obter o documento, não só para sentir-me legal no exercício dessa actividade ou deixar de pagar multas, mas, também, porque quero realizar o sonho de conduzir uma viatura", sublinhou, antes de confessar que o que ganha chega para sustentar a família, os seus estudos e dos três filhos.

Miguel Costa, de 28 anos, confessa que se viu obrigado a fazer da motorizada o seu ganha-pão para sustentar a família. A motoqueiro, que vive no bairro Bucula, arredores de Caxito, com a esposa e dois filhos, sente-se feliz em poder contribuir, com o seu veículo motorizado, no desenvolvimento do Bengo, onde exerce a actividade há mais de 10 anos.

Procuo ajudar os meus pais, _ ao mesmo tempo que ganho dinheiro para sustentar os estudos. Estou na 12a classe. Dar o meu contributo à sociedade deixa-me muito feliz", disse o mototaxista Adão Domingos, de 25 anos.

Formado 435 motoqueiros

A directora do Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana do Bengo, Maria Eugénia, avançou que, de Abril a Junho de 2022, a instituição que dirige formou, nos seis municípios que compõem a província, um total de 435 mototaxistas.

Explicou que a acção formativa teve como objectivo instruir os mototaxistas a dominarem as técnicas de condução defensiva. "A formação vai ajudar-lhes a serem mais responsáveis na estrada. Os mototaxistas criam muitos embaraços ao trânsito", acusou.

Maria Eugénia avançou que, no primeiro trimestre deste ano foi registado um total de 51 acidentes, que resultaram em 16 mortos, 62 feridos, danos materiais avaliados em 4.127.000,00 (quatro milhões, cento e vinte e sete mil kwanzas).

Sublinhou que o motoqueiro, apesar de ser uma parte fundamental na construção das sociedades "deve conduzir com segurança para preservar a sua vida, bem como a dos passageiros e peões".

Esclareceu que a província do Bengo controla mais de seis mil motoqueiros, e que neste momento, o Gabinete Provincial de Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana trabalha na promoção de um projecto de sensibilização, para que todos os motoqueiros possam frequentar as escolas de condução, a fim de obterem o documento que os habilita a conduzir.

O chefe de condutores do Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária do Comando Provincial do Bengo da Polícia Nacional, subinspector António Gongga, reconheceu que os mototaxistas prestam serviços notáveis à sociedade, "mas dado o número de acidentes que provocam nas estradas, a forma como a actividade é exercida não tem sido a mais correcta".

"Muitos deles são adolescentes. Nunca passaram numa escola de condução e, portanto, não dominam o Código de Estrada. Levam duas ou três pessoas numa motorizada de duas rodas, atitude que está na origem do aumento do número de acidentes na província", referiu.

De acordo com o responsável, os detentores de motorizadas de 50 centímetros cúbicos de cilindrada devem estar licenciados pelas administrações municipais, enquanto os que conduzem motocicletas com mais de 125 cc são obrigados a frequentar escolas de condução, para a obtenção da carta.

3.10 Mercado do São Paulo oferece mais comodidade e dignidade aos utentes

Jornal Luanda
25 De Julho de 2022
Texto: Fula Martins

Organizado e limpo, o Mercado do São Paulo, no Distrito Urbano do Sambizanga, está pronto para começar. A receber, nos próximos dias, os seus vendedores que, em Março, foram distribuídos por vários mercados de Luanda para a sua reabilitação completa.

Antes da reabilitação, foi feito o cadastramento das vendedoras, que foram transferidas temporariamente para os mercados dos congolenses, da chapada e do Neves Bendinha

Inaugurado pela governadora de Luanda, Ana Paula de Carvalho, o mercado conta com 709 bancadas, lojas, armazéns, espaço para carga e descarga, refrigeração, secções de hortaliças, artesanato, medicina tradicional, instalações sanitárias e restaurantes.

O novo São Paulo, que oferece mais comodidade e dignidade aos comerciantes e clientes, traz como grande novidade a loja de registos que vai permitir aos cidadãos efectuarem o registo de nascimento e a obtenção do Bilhete de Identidade, prevendo-se, para breve, a criação de um espaço para o Programa de

Reconversão da Economia Informal (PREI) e uma creche.

O mercado conta também com um ecoponto que vai permitir educar as vendedoras a fazer a recolha selectiva dos resíduos.

"O mercado está bonito e vamos poder vender em boas condições", disse Teresa Teixeira, sublinhando que antes das obras, receavam que o mercado fosse vendido.

Manuel Miombo, outro vendedor, disse que a reabilitação veio trazer melhorias e nova imagem ao mercado. Sublinhou que, no passado, as vendedoras e os clientes tinham muitas dificuldades, principalmente na época chuvosa. "Quando chovia o mercado, ficava inundado e as quitadeiras eram forçadas a remover os seus negócios para não se estragarem", desabafou Manuel Miombo, que apelou aos vendedores e clientes no sentido de cuidarem bem o mercado, cujas obras custaram muito dinheiro.

Para o presidente da Associação de Defesa dos Vendedores no Mercado Informal, Óscar Cardoso, o mercado, completamente reabilitado, vai dar dignidade aos vendedores e clientes.

Óscar Cardoso apelou às autoridades a trabalharem com lisura no processo de entrega dos espaços às vendedoras. "Devem entregar os lugares às verdadeiras donas, para se evitar confusão", aconselhou.

3.11 Vendedores ambulantes em Cacuo insistem em vender nas pedonais

Jornal de Angola

28De Julho de 2022

Texto: Mayomona Arthur Augusto

Panço.

A venda desordenada em cima da maior parte das pedonais instaladas na vila de Cacuo, município com o mesmo nome, na província de Luanda, transformou aquelas infra-estruturas em locais permanentes de comércio e mictórios públicos, constituindo, deste modo, uma autêntica transgressão administrativa.

A situação vem se tornando cada vez mais alarmante na conhecida ponte cinzenta, junto à entrada da Cerâmica, na ponte azul, no centro da zona externa da vila, na pedonal cinzenta, junto do término dos táxis de Caxito, Sequele, Desvio do Zango e Benfica, e na pedonal da zona da ex-Caterpillar.

Nos referidos locais, o número de vendedores que se fixa por cima das pedonais aumenta a cada dia que passa, um facto que cria constrangimentos às pessoas que por ali fazem a travessia da Via Expressa Kifangondo/Luanda.

Numa ronda efectuada pela equipa de reportagem do Jornal de Angola, vendedores ouvidos foram unânimes em afirmar que comercializam naqueles locais por falta de espaços para o efeito.

Antónia Martins, vendedora ambulante de bens diversos, há cinco anos, disse que a luta pela sobrevivência a obriga a vender em cima das pedonais, porque as vendas são mais rentáveis, devido à elevada clientela que por ali passa. "Escolhemos este lugar porque as vendas aqui são muito rentáveis, tendo em conta o fluxo de pessoas que por aqui circula", admitiu.

"O dinheiro que investi para fazer negócio é pouco, por isso prefiro vender aqui. Se eu tivesse como ter um negócio maior, poderia optar por vender no mercado do Kicolo", disse Antónia Martins.

Fez saber que começa as vendas a partir das 7 horas da manhã e termina às 21 horas, nos dias em que há poucos clientes, ao passo que, nos momentos mais movimentados estica o horário até às 22 horas, altura que abandona a pedonal.

Amélia Jacinta, outra vendedora ambulante que se dedica à comercialização de roupa de fardo, referiu que é mais fácil vender em cima das pedonais para não pagar taxas diárias aos fiscais, como ocorre dentro dos mercados, onde, apesar de nem sempre haver muitos clientes, o pagamento da taxa é obrigatório.

"Não há emprego e a vida está difícil para todos. A única alternativa que temos é vender aqui, para no final do dia levar jantar às crianças", frisou Amélia Jacinta. Referiu que as vendas nos locais indicados pelas administrações municipais e distritais não são rentáveis, tendo em conta que a maioria da clientela passa pelas principais artérias da vila. "O nosso dia-a-dia é de muita corrida com polícias de um lado e fiscais do outro, mas ainda assim, aguentamos todo esse sofrimento para sustentarmos as famílias".

Enquanto isso, a vendedora Maria João explica que não está no mercado por razões de ordem financeira: um lugar custa dez ou vinte mil kwanzas e eu não tenho como pagar.

O que diz a Fiscalização

"É um fenómeno preocupante, mas requer ponderação". A venda ambulante desordenada,

sobretudo nas vias e pedonais da vila de Cacuaco, é uma realidade e preocupa as autoridades competentes, que envidam esforços para pôr fim à referida prática, disse o chefe de Operações dos Serviços Municipais de Fiscalização, Dionísio Valter Kudizenza "Nilson", acrescentando que a venda ambulante na vila de Cacuaco requer uma actuação mais dinâmica das autoridades competentes.

Deu a conhecer que a fiscalização tem levado a cabo acções de sensibilização junto dos vendedores.

"Está difícil acabar com isso, devido ao actual contexto económico das famílias. Apesar disso, temos vindo a levar a cabo várias sessões de sensibilização junto dos vendedores, para que se consciencializem que ali (pedonais) não é lugar para vender, mas sim para travessia de peões", disse Dionísio Kudizenza "Nilson".

Garantiu que, depois da reabertura das vias de acesso ao interior dos bairros, concretamente na Cerâmica, Embondeiros e outros, a fiscalização já poderá actuar com mais força, pois haverá condições para que os vendedores sejam recolocados nos mercados existentes nas referidas zonas.

3.12 O informal e por vezes ilegal negócio da intermediação continua rentável

Jornal Expansão
29 De Julho de 2022
Texto: Graciete Xavier

Estão espalhados por toda a cidade e em pontos estratégicos fáceis de identificar, com um telemóvel nas mãos que praticamente não pára de tocar. São trabalhadores informais que intermedeiam praticamente todo o tipo de negócios, facilitando a compra e venda de alguns produtos, o que torna mais simples a relação entre o vendedor e o comprador.

São os conhecidos intermediários (vulgo "míxeiros", termo pelo qual não gostam de ser tratados) e que são responsáveis por facilitar a venda ou compra de produtos em qualquer parte do País, e nalguns casos no estrangeiro, a troco de uma percentagem, que, nalguns casos, chega a quantias muito altas, consoante o valor do produto transaccionado.

Há vários anos que os angolanos recorrem à ajuda destes profissionais para vender, comprar ou arrendar casas, carros, tratar de documentos pessoais ou fazer outros negócios, que, muitas vezes, são concretizados à margem das regras.

O Expansão esteve durante a tarde de segunda-feira, 26, em alguns pontos nevrálgicos de concentração de intermediários, conhecidos como placas (à semelhança das paragens de táxi), para conhecer os meandros deste negócio, que também sofre os impactos da crise financeira e das restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

Para eles, não há limites geográficos. Actuam através de esquemas à margem da lei, numa batalha em que o formal se sujeita ao informal e o legal ao ilegal, pois esses esquemas, na maior parte das vezes, são feitos em colaboração e conivência com as instituições legais, cujos agentes e funcionários também lucram com esta intermediação. É um negócio que serve tudo e todos.

Intermediação imobiliária

De todos os negócios praticados por estes 'profissionais' o mais comum e o mais rentável é a mediação na venda, compra ou até mesmo aluguer de imóveis.

No caso de compra ou venda de uma casa, a comissão ganha é de 10%, que pode ser repartido por vários intermediários caso o 'mediador' que receba a proposta não tenha a casa na dimensão ou condições exigidas pelo cliente, pelo que solicita aos outros intermediários que o ajudem a encontrar o imóvel. Já no caso do arrendamento, a comissão é equivalente a um mês de renda.

Num dos pontos da Vila Alice encontramos mais de 10 homens com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos. Quase todos estão na actividade há mais de 5 anos e connosco partilharam a sua experiência sobre o negócio. Esta é uma das actividades realizadas quase exclusivamente por homens, por ser muito arriscado e perigoso para as mulheres, como explicaram.

Ernesto (nome fictício) trabalha nesta actividade há 10 anos. Com mais de 40 anos, é dono de uma correctora legalizada e com escritório montado, mas todos os dias desloca-se a uma das ruas centrais da Vila Alice para angariar clientes. A justificação é que os clientes já não procuram as correctoras e preferem fazer negócio com os informais.

"Neste momento, se quiser, eu consigo encontrar casa para a senhora em toda a parte do País e se quiser também consigo em Portugal. Eu sou dono de uma empresa, mas venho para a rua, muitas vezes, porque não tem sido fácil encontrar clientes, eles praticamente já não nos procuram. Estão mais habituados à informalidade e nós temos de fazer os possíveis para fazer negócio. Tenho amigos donos de

outras correctoras que consultam e até trabalham com os intermediários informais, porque eles acabam tendo mais informações", explicou.

"Eu trabalho directamente com várias empresas que, quando recebem expatriados, entram em contacto e solicitam uma residência para o seu trabalhador. A comissão, às vezes, é muito alta porque se vendermos uma casa de, por exemplo, 80 milhões ou 100 milhões kz, que é o que acontece aqui na Vila Alice, a nossa comissão pode ser muito boa se não repartirmos com mais ninguém", acrescenta Mário, outro intermediário, que se juntou à conversa.

Contra a formalização da actividade

Vale lembrar que estes intermediários defendem, com veemência, a não legalização ou formalização da actividade por acreditarem que a formalização só irá atrapalhar o negócio.

"Não queremos nos formalizar. É bem verdade que, por vezes, temos uma comissão de 7, 8 ou até mesmo 10 milhões kz, mas há momentos que podem chegar a meses, em que ficamos sem nada, sem clientes. Se nos formalizarmos vamos ser obrigados a pagar impostos sempre e nós não temos lucros sempre", explicou ainda Mário, que é também um dos mais novos entre os intermediários da Vila Alice.

Dentro deste negócio das intermediações há também a prestação de serviços que além de informais são ilegais. É o caso da mediação para tratar de documentos pessoais.

Neste caso, os intermediários ficam à porta dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME), dos postos de identificação, embaixadas e conservatórias e, com a colaboração de quem trabalha nestes locais, tornam mais rápido e fácil a resolução de muitos problemas que levariam muito tempo para resolver com recurso à corrupção.

Os pedidos de documentos, como o bilhete de identidade ou o passaporte, são apresentados nas repartições pelos próprios titulares, que depois entregam o recibo aos intermediários. Em colaboração com um funcionário destas instituições agilizam a entrega do documento, mas a troco de um valor que pode triplicar o custo oficial.

Se para tratar do passaporte são necessários 30.500 kz o cidadão tem de preparar entre 90 mil a 150 mil kz para entregar ao intermediário, que faz o levantamento em duas semanas. Este é um documento que pode demorar até 10 meses ou mais pelas vias legais. Por um pedido de visto, por exemplo, para Portugal são pagos 100 mil kz. No

caso de documentos mais baratos, o valor não passa dos 3 mil kz.

3.13 Vendedoras sensibilizadas sobre higiene alimentar

Jornal de Angola

21 De Julho de 2022

Texto: Alexa Sonhi

Vendedoras dos mercados do Asa Branca, Congolezes, Catinton e do 30, em Luanda, foram sensibilizadas na sexta-feira sobre higiene alimentar e métodos de armazenamento e conservação de produtos.

Promovida pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), a campanha juntou especialmente vendedoras de produtos perecíveis, com vista a transmitir a importância das boas práticas de vendas para a Saúde Pública.

Em declaração ao *Jornal de Angola*, a directora-adjunta do INADEC, Anta Webá, esclareceu que a campanha faz parte de um programa concebido para todas as províncias de forma contínua.

A responsável disse que, com a campanha, o INADEC pretende transmitir às vendedoras de produtos perecíveis uma nova forma de tratamento, armazenamento e de acomodação dos produtos nas bancadas

No entender de Anta Webá, a falta de higiene alimentar nos mercados informais tem constituído um perigo para a saúde pública. Por isso, o INADEC, enquanto instituição que vela pela salvaguarda dos direitos das pessoas, não pode estar à margem desta situação.

Além da higiene alimentar, as vendedoras receberam instruções sobre indumentária e de como devem acomodar os produtos nas câmaras frigoríficas.

Em relação ao funcionamento do mercado do Asa Branca, a directora-adjunta disse ter ficado impressionada com a organização, mas lembrou que é importante que se faça mais e melhor, e o INADEC continuará a manter diálogo com a administração.

“Vamos continuar a dialogar, de forma pedagógica, com as administrações dos mercados no sentido de melhorar os serviços prestados aos consumidores”, realçou Anta Webá.

O administrador do mercado do Asa Branca, Cláudio Manuel, considerou a iniciativa do INADEC boa e garantiu que tudo será feito no sentido de melhorar

os serviços. Explicou que na praça, além da empresa de segurança, foi também instalado um sistema de videovigilância, que tem permitido o controlo de toda a actividade.

Marta André, vendedora de legumes há mais de 20 anos, disse que os temas abordados na palestra fizeram despertar novas formas de organizar os produtos e, também, de lidar com os clientes. Sofia Eduarda, uma outra vendedora, agradeceu o gesto do INADEC e pediu que fossem feitos regularmente encontros do género, mas disse que é importante que os técnicos vão para os outros mercados.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Comités de Gestão Participativa querem mais dinheiro para obras

Jornal de Angola

7 De Julho e 2022

Texto: Bernardo Capita

A institucionalização de Comités Técnicos de Gestão Participativa veio dar maior possibilidade de os habitantes dos quatro municípios da província de Cabinda decidirem sobre os projectos a executar nas suas localidades.

Nesta perspectiva foram criados quatro Comités Técnicos de Gestão Participativa (Cabinda, Caongo, Bucu-Zau e Belize), composto por 11 membros escolhidos pelas comunidades, dos quais dois coordenadores, sendo um adjunto e um secretário-geral.

Todo esse processo é coordenado pelo Ministério da Administração do Território (MAT), que tem a incumbência, por via do Ministério das Finanças, de alocar, anualmente, os recursos financeiros a cada município e este, por sua vez, pagar as empresas que os Comités Técnicos de Gestão Participativa contratam para efectuar trabalhos nas comunidades, com base nos projectos que são apresentados pelas Comissões de Moradores.

"O Executivo foi bem-sucedido ao pensar criar os Comités Técnicos de Gestão Participativa, por estarem a contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades das localidades onde estão implantados", disse Inácio Meula, membro do Comité Técnico de Gestão Participativa do município de Cabinda, o mais representativo da província, a julgar pela densidade demográfica que tem, com cerca de oitenta por cento da população global da região, segundo dados estatísticos do Censo da População de 2014, e também pela sua extensão territorial.

De acordo com Inácio Meula, é objectivo dos Comités Técnicos de Gestão Participativa coordenar e executar pequenos projectos identificados pelas comunidades, como, por exemplo, a iluminação pública, saneamento básico, jardinagem, entre outros

serviços capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Segundo Inácio Meula, no seio dos membros do Comité Técnico de Gestão Participativa do município sede (Cabinda) existe boa vontade de trabalhar e encontrar soluções para os problemas que mais afectam as comunidades, apesar dos poucos recursos financeiros que são alocados pelo MAT, na ordem de 25 milhões de kwanzas por ano, valor que considerou insuficiente para ultrapassar as preocupações que são apresentadas pelos munícipes.

"Os valores são insuficientes! Recebemos, anualmente, apenas, 25 milhões de kwanzas e se tivermos em conta a quantidade de bairros e aldeias existentes na cidade de Cabinda e face ao volume das necessidades não conseguimos dar resposta, em tempo oportuno, às preocupações que nos são colocadas pela população", disse Inácio Meula.

Acrescentou que os 25 milhões de kwanzas que são alocados anualmente à Administração do Município de Cabinda, no caso particular, não chegam para dar solução aos problemas sociais de um único bairro ou aldeia, porquanto, reforçou, "as necessidades de uma única localidade são capazes de absorver todo o dinheiro disponível".

Para um desempenho mais eficaz dos Comités Técnicos de Gestão Participativa, visando o rápido desenvolvimento das comunidades, Inácio Meula defendeu o aumento das verbas, sugerindo que seja na ordem dos 30 ou 50 milhões de kwanzas por mês, ao invés de ser anual, e que se desse autonomia financeira a esses órgãos, para que possam gerir directamente tais recursos financeiros, ao invés de ser a Administração do Município a entidade gestora, o que torna o processo muito mais moroso e burocrático.

Projectos executados

O administrador adjunto para Área Técnica do município de Cabinda, Luís Avelino Yebo, disse ser uma mais-valia a existência de Comités Técnicos de Gestão Participativa, porquanto, desde a sua criação, em 2019, muitos projectos já foram executados em vários bairros e aldeias. Acrescentou que, no exercício financeiro 2020/2021, entre outras acções, foi feita a aquisição e colocação de postes metálicos para a iluminação pública no Hospital do Chinga, a compra de cerca de mil metros de cabos eléctricos, lâmpadas e outros acessórios para a rede de iluminação pública na aldeia do Muanafula.

Luís Avelino Yebo sublinhou, ainda, que, durante o período referenciado, o Comité de Gestão Participativa do município de Cabinda reabilitou a rede de iluminação pública na aldeia do Lucula-Zenze, comprou 900 metros de cabos eléctricos, melhorou a iluminação pública no largo defronte à sede da comuna de Malembu, incluindo a colocação de postes de nove metros de altura.

O dinheiro permitiu a compra de três motorizadas de três rodas para facilitar a recolha de resíduos sólidos em locais de difícil acesso, como, também, para a aquisição de cadeiras de roda para apoiar os deficientes físicos no Centro de Reinserção Social e a aquisição de cinquenta livros de diversas temáticas para potenciar a Biblioteca Municipal de Cabinda, segundo revelou o administrador adjunto para a Área Técnica da Administração do Município de Cabinda.

"Existem muitos projectos que estão em discussão e tão logo seja concluída esta fase serão submetidos à aprovação final", anunciou Luís Avelino Yebo, para quem o Comité de Gestão Participativa do município de Cabinda, com a experiência que possui, "tudo fará no sentido de ir dando, paulatinamente, resposta aos projectos propostos pelas comunidades.

Período de alocação de verbas

Luís Avelino Yebo perfilou do mesmo diapasão defendido por Inácio Meula sobre o aumento de recursos financeiros, no sentido de permitir que os projectos propostos pelas comunidades possam ser executados na sua plenitude e sugeriu a alteração do período de alocação das verbas, ou seja, ao invés de ser de periodicidade anual, passaria para trimestral.

"É uma grande ginástica que se faz para se chegar à aprovação e execução desses pequenos projectos, devido à limitação de recursos financeiros", disse Luís Avelino Yebo, reforçando a ideia de que os recursos financeiros disponibilizados às Administrações Municipais, no âmbito do Orçamento Participativo, deveriam ser de forma trimestral ou na medida em que os projectos forem identificados.

4.2 PIIM gastou 50 mil milhões de kwanzas em 120 projectos na província do Huambo

Jornal de Angola

25 De Julho de 2022

Texto: Justino Victorino

Um total de 50 mil milhões de kwanzas foi aplicado, até agora, na execução de 120 projectos sociais, dos

296 previstos para a província do Huambo, no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), revelou o vice-governador local para o Sector Técnico e Infra-Estruturas.

Elmano Inácio, que apresentava alguns dados discutidos durante a segunda Sessão Ordinária do Governo Provincial do Huambo, realizada na sexta-feira, sob orientação da governadora Lotti Nolika, referiu que estão em curso 307 acções no âmbito do PIIM, das quais 11 são de subordinação central.

Essas acções estão incorporadas nos sectores da Saúde, Energia e Águas, Interior e na Administração do Território, com grande incidência sobre infra-estruturas integradas, explicou.

O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas realçou que das 307 acções inscritas na carteira de projectos do Governo do Huambo, pelo menos 296 foram distribuídas a nível dos 11 municípios daquela parcela do Planalto Central.

Quanto aos valores gastos no quadro do PIIM, esclareceu que 32 milhões dos 50 mil milhões 147 milhões de kwanzas são da carteira dos projectos de subordinação central. A nível da província, a gestão desses recursos financeiros rondou os 18 mil milhões de kwanzas.

Elmano Inácio disse que, avaliado o programa, hoje, foi possível a conclusão e entrega de 120 acções ao Governo local, com impacto considerável na vida das populações, principalmente para os sectores da Educação, Saúde, Energia e Águas e na melhoria das vias.

4.3 Dívida pública angolana cai para 66% do PIB

Jornal Economia e Finanças

29 De Julho de 2022

Texto: Hélder Jeremias

O nível da dívida pública em Angola caiu para 66% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) até ao mês de Junho, contra os 82,8 por cento registados em 2021, com a previsão de chegar abaixo dos 60 por cento ainda este ano.

Segundo o ministro da Economia e Planeamento, Mário João, esta trajectória decrescente é influenciada pela gestão activa levada a cabo pelo Executivo, com destaque para o desempenho macroeconómico positivo.

"Agrada-nos ainda o facto de que, de acordo aos dados do mês de Junho do corrente ano, o rácio da

dívida atingiu os 66 por cento do PIB um importante sinal de que a meta dos 60 por cento previstos na Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas poderá ser alcançada ainda este ano", indicou o ministro, durante um encontro sobre as contas das empresas públicas promovido pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

De acordo com o ministro da Economia e Planeamento citado pela Rádio Nacional de Angola, "graças a um conjunto de medidas que vêm sendo implementadas pelo Executivo sobre os preços em reposta aos choques externos, quer do lado da política monetária, assim como na oferta de bens e consumo de amplo consumo". O rácio da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passou de 121 por cento, em 2020, para 84 por cento, em 2021, e a tendência é nitidamente decrescente. O Governo sempre apontou como objectivo chegar-se aos 60 por cento até ao final do ano. Em termos reais, isto é, em dólares dos Estados Unidos da América, a dívida pública de Angola passou de 80,84 mil milhões de dólares, em 2017, para 70.43 mil milhões de dólares até ao final de 2021.

As reformas implementadas pelo Governo, desde 2017, estão, agora, a dar os "melhores" resultados preconizados.

O país tem estado a conduzir com sucesso a sua estratégia, iniciada, em Janeiro de 2018, com o Programa de Estabilização Macroeconómica. Fruto disso, no ano passado, o país saiu, finalmente, da recessão económica em que esteve mergulhada durante os últimos cinco anos.

4.4 Promessas de campanha: O papel dos orçamentos públicos

Novo Jornal

29 De Julho de 2022

A constituição angolana consagra uma série de direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais que, por não serem efectivamente exercidos por uma boa parte dos cidadãos, carente em saúde, educação, alimentação, habitação, saneamento básico, transporte, segurança e tantos outros, compõem o leque das promessas eleitorais que estão a ser feitas durante esta campanha.

Nesse contexto, seria ideal que todos os políticos olhassem para os programas de governo apresentados aos cidadãos eleitores como uma espécie de compromisso assumido publicamente para ser implementado caso vençam as eleições.

Mas isso só acontece quando a principal motivação dos políticos concorrentes ao pleito eleitoral não se resume apenas na obtenção dos benefícios associados aos cargos em disputa e a principal motivação dos eleitores não está completamente dissociada do seu interesse em ver implementadas políticas públicas que correspondem as suas aspirações.

E até onde eu saiba, há uma poderosa ferramenta capaz de assegurar que não haja uma grande distância entre aquilo que se promete numa eleição e o que depois se oferece quando se está a governar. Para mim, esta ferramenta é o orçamento público.

O orçamento público é uma ferramenta essencial para garantir que as promessas feitas durante este período de campanha eleitoral sejam cumpridas. Pode ser visto como sendo o roteiro, pelo qual quem assume a chefia do Estado decide como arrecadar e distribuir os recursos públicos, e, também, como um instrumento para avaliarmos as prioridades e compromissos que um determinado governo tem para com a garantia de direitos.

Seria bom que os políticos percebessem que tão importante como prometer é explicar claramente o que pretendem fazer, de sistemas orçamentais abertos, transparentes participativos e inclusivos

É por meio da sua política fiscal e orçamental que um Estado redistribui a riqueza e pode reduzir ou aumentar a desigualdade e a pobreza. Por isso, nestas eleições é importante que saibamos, enquanto eleitores, que precisamos, ao longo de todo processo orçamentário, de mecanismos robustos de transparência, participação e prestação de contas. Doutro modo, não haverá nenhuma garantia de que as políticas públicas que nos foram prometidas terão lugar ou produzirão o impacto necessário.

Os partidos e formações políticas podem prometer o que julgarem ser mais adequado para conquistarem a simpatia do eleitor, mas é somente através do orçamento público que quem assume a chefia do Executivo pode garantir ou não uma prestação eficaz, adequada e suficiente de bens e serviços públicos necessários para que todas as pessoas tenham acesso a direitos básicos, tais como habitação, educação, saúde, emprego, entre outros.

Por isso, caro candidato ou candidata, não basta prometer o que se vai fazer, caso seja eleito pelo povo para exercer o poder Executivo, é importante explicar, com algum detalhe, o que farão, como farão, quando farão durante os próximos cinco anos e o quanto vai custar.

Por exemplo, como cidadão eleitor, e tendo em conta os avanços e recuos verificados ao nível da gestão das finanças públicas, eu tenho todo interesse em saber o que todos e cada um dos concorrentes a este pleito eleitoral pretende fazer para que tenhamos, a todos os níveis, cada vez mais transparência orçamentária e mecanismos sólidos de controlo e participação cidadã, ao longo do ciclo orçamentário.

Como eleitor, certamente, irei ouvir imensas promessas, em relação ao 'que cada concorrente pretende fazer, mas é importante lembrar que, muitas vezes, o que faltou durante a fase em que tivemos um crescimento económico espectacular não foram boas intenções e até boas promessas, o que faltou foi um maior nível de transparência, controlo e participação na gestão dos orçamentos públicos.

Doutro modo, por mais atractivo que possa parecer um programa de governação, sem transparência e com escassas oportunidades de participação, as chances para implementação exitosa de políticas públicas eficientes e equitativas. São escassas.

Seria bom que os políticos percebessem que tão importante como prometer, é explicar claramente o que pretendem fazer, com o objectivo de promover a adopção de sistemas orçamentários abertos, transparentes, participativos e inclusivos.

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Cabinda espera por mais investimentos com o novo pacote.

Jornal O País

1 De Julho de 2022

Texto: Milton Manaça

O secretário da Indústria, Recursos Minerais e Petróleos de Cabinda, Henrique Bitebe, disse ao Jornal OPAÍS que com a redução de impostos haverá maior atractividade de investimentos e a província vai dar melhor atenção à comunidade nacional e internacional para que possam implementar os seus projectos.

Henrique Bitebe disse ser necessário não esquecer que desde o tempo colonial a província de Cabinda foi tida como uma província com regime especial, mas apesar dessa condição os preços dos principais produtos sempre continuaram altos, comparativamente aos das outras províncias do país.

O secretário provincial disse que diante desta situação, em Cabinda havia o sentimento de que alguma coisa esteve sempre mal, havendo duas interpretações: "ou nós aplicamos maio regime especial ou por má-fé não fizemos funcionar o regime", disse. Entretanto, sublinha que existe implicação na diminuição de arrecadação de receitas e que devem ser levados alguns aspectos em consideração, como é o caso das empresas 'petrolíferas que funcionam em Cabinda, mas que os Impostos de Rendimento de Trabalho (IRT) são pagos na capital do país.

"Pode a curto prazo haver a redução das arrecadações, mas se se criarem as condições necessárias para que as zonas francas ou regimes especiais funcionem, vai-se aumentar mais empresas e competitividade", explicou.

Referiu que a proximidade com os Congos é um bom indicador para o escoamento da produção, por possuírem um mercado de consumo grande, mas reitera a necessidade da criação de vias de comunicação para ligação das zonas urbanas e rurais.

O responsável aponta que os sectores que mais beneficiarão com esta medida são os da agro

indústria, mineração, indústria transformador a e petróleo são os que mais oportunidades terão para se impor na província. Entretanto, prevê alguns constrangimentos relacionadas com as insuficiências de infra-estruturas de apoio, como são os casos da distribuição de água, luz e estradas que podem afugentar os investidores.

"Quando se fala em regimes especiais, portuários, aduaneiros ou zonas francas há necessidade de se olhar para as infra-estruturas de apoio. É certo que vai baixar a arrecadação de receitas, mas a província pode elevar os investimentos, desde que haja as infra-estruturas", afirmou.

A criação de pontos logísticos é, para o interlocutor, um dos aspectos essenciais para o sucesso da medida, razão por que acredita ser necessário a conclusão do Porto de Águas Profundas de Cabinda.

AIA: "Cabinda precisa se inserir numa zona competitiva"

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, disse que a medida é bem – vinda, pois Cabinda precisava deste pacote especial. Para José Severino, Cabinda deve estar inserida numa zona competitiva como onde se encontra com os dois Congos, e criar uma zona económica livre. Desta feita, os projectos de cariz económico na província terão maior produtividade, como são os casos da exploração de madeira, de ouro e a refinaria em construção.

Com esses pressupostos, refere o homem forte da AIA, estão criadas as condições para que esta província tenha maior intervenção regional, sendo que internamente haverá ganhos como maior empregabilidade. "Essa tributação reduzida é ajustada à medida para sermos competitivos naquela região, por isso pedimos que se faça o mesmo nas regiões fronteiriças do país se quisermos competir com a Namíbia e a África do Sul", disse. José Severino disse 'que muitas pequenas e médias empresas enfrentam problemas relacionados com o crédito, o que tem implicado negativamente na implementação dos projectos.

Para dar resposta a essa questão, propuseram ao Governo a criação de um Fundo de Investimento Privado de Angola (FIPA), que para a AIA pode ser concretizada a partir da Taxa Aduaneira. "Somos todos contribuintes da Taxa Aduaneira e estamos a pedir que os impostos que nós pagamos nas importações sejam dados 2%. É um fundo permanente, porque estamos sempre a importar", disse, acrescentando que fizeram estudos de mercado

e daí podem vir, inclusive, fundos soberanos de outros países

5.2 Governo prevê realizar censo piloto da população

Jornal O País

1 De Julho de 2022

O anúncio ocorre depois de os deputados à Assembleia Nacional (AN) terem aprovado, Quinta-feira, a Proposta de Lei de Autorização Legislativa para permitir o Presidente da República regular sobre o regime de elaboração, aprovação e execução do programa do segundo Recenseamento Geral da População e Habitação, em 2024.

O Censo Piloto é uma actividade que tem por finalidade testar o nível de organização, metodologias, procedimentos e, sobretudo, os possíveis constrangimentos da operação, para corrigir e tomar medidas cautelares, antes do censo, propriamente, dito.

Milton Reis disse que, com a aprovação da lei pelos parlamentares, ficam estabelecidas os requisitos jurídicos e legais para que o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, possa criar as condições técnicas, materiais e humanas para a realização do censo em 2024.

“ (...) e deste modo Angola passar a integrar a lista de países que realizam de 10 em 10 essa grande operação estatística”, reforçou, segundo a Angop.

Por outro lado, o secretário de Estado, que falava no habitual briefing do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), adiantou que Governo está trabalhar no grau de execução das metas programadas do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022) até Junho de 2022.

Milton Reis sublinhou que o relatório visa a apresentação do nível de implementação das acções previstas nos 70 programas de acção do PDN.

Fez saber ainda que o trabalho está a ser desenvolvido pelo MEP, Ministério das Finanças (MINFIN), Banco Nacional de Angola (BNA) e os Gabinetes de Estudo, Planeamento e Estatística (GEPE) sectoriais, provinciais e municipais, que asseguram a compilação das informações sobre a execução do plano no mês de Maio.

O responsável indicou que o prazo do Inquérito às Empresas e Famílias em tempo de Covid-19 foi estendido para mais dois meses, tendo como previsão de término o dia 30 de Agosto deste ano.

Explicou que o processo de recolha de informações sobre os efeitos da pandemia incide em dois segmentos económicos, nomeadamente agregados familiares e empresas. Por outro lado, fez saber que se deu início a 27 de Junho da recolha dos dados, junto das associações que actuam na informalidade, no âmbito do Inquérito às Organizações Profissionais, Representantes de Actores da Economia Informal (IOPREI).

O inquérito é resultado de uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que visa analisar os principais desafios das organizações que representam os trabalhadores e os empreendedores na economia Informal de Luanda, nos diversos sectores

O referido inquérito terá duração de 90 dias e está a ser realizado por (12) inquiridores, apenas na província de Luanda, numa primeira fase, e os resultados desse inquérito servirão de instrumento de apoio ao Observatório da Economia Informal.

Dados oficiais apontam que em 2013 foi realizado no país o censo piloto, que serviu de preparação para o primeiro grande Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014.

Angola realizou, em 2014, o seu primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação, depois da independência, em 1975, tendo apurado o total de 25.789.024 habitantes, dos quais 6.945.386 residiam em Luanda.

5.3 Comités de Gestão Participativa querem mais dinheiro para obras

Jornal de Angola

7 De Julho e 2022

Texto: Bernardo Capita

A institucionalização de Comités Técnicos de Gestão Participativa veio dar maior possibilidade de os habitantes dos quatro municípios da província de Cabinda decidirem sobre os projectos a executar nas suas localidades.

Nesta perspectiva foram criados quatro Comités Técnicos de Gestão Participativa (Cabinda, Cacongo, Buco-Zau e Belize), composto por 11 membros escolhidos pelas comunidades, dos quais dois coordenadores, sendo um adjunto e um secretário-geral.

Todo esse processo é coordenado pelo Ministério da Administração do Território (MAT), que tem a

incumbência, por via do Ministério das Finanças, de alocar, anualmente, os recursos financeiros a cada município e este, por sua vez, pagar as empresas que os Comitês Técnicos de Gestão Participativa contratam para efectuar trabalhos nas comunidades, com base nos projectos que são apresentados pelas Comissões de Moradores.

"O Executivo foi bem-sucedido ao pensar criar os Comitês Técnicos de Gestão Participativa, por estarem a contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades das localidades onde estão implantados", disse Inácio Meula, membro do Comité Técnico de Gestão Participativa do município de Cabinda, o mais representativo da província, a julgar pela densidade demográfica que tem, com cerca de oitenta por cento da população global da região, segundo dados estatísticos do Censo da População de 2014, e também pela sua extensão territorial.

De acordo com Inácio Meula, é objectivo dos Comitês Técnicos de Gestão Participativa coordenar e executar pequenos projectos identificados pelas comunidades, como, por exemplo, a iluminação pública, saneamento básico, jardinagem, entre outros serviços capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Segundo Inácio Meula, no seio dos membros do Comité Técnico de Gestão Participativa do município sede (Cabinda) existe boa vontade de trabalhar e encontrar soluções para os problemas que mais afectam as comunidades, apesar dos poucos recursos financeiros que são alocados pelo MAT, na ordem de 25 milhões de kwanzas por ano, valor que considerou insuficiente para ultrapassar as preocupações que são apresentadas pelos munícipes.

"Os valores são insuficientes! Recebemos, anualmente, apenas, 25 milhões de kwanzas e se tivermos em conta a quantidade de bairros e aldeias existentes na cidade de Cabinda e face ao volume das necessidades não conseguimos dar resposta, em tempo oportuno, às preocupações que nos são colocadas pela população", disse Inácio Meula.

Acrescentou que os 25 milhões de kwanzas que são alocados anualmente à Administração do Município de Cabinda, no caso particular, não chegam para dar solução aos problemas sociais de um único bairro ou aldeia, porquanto, reforçou, "as necessidades de uma única localidade são capazes de absorver todo o dinheiro disponível".

Para um desempenho mais eficaz dos Comitês Técnicos de Gestão Participativa, visando o rápido desenvolvimento das comunidades, Inácio Meula defendeu o aumento das verbas, sugerindo que seja

na ordem dos 30 ou 50 milhões de kwanzas por mês, ao invés de ser anual, e que se desse autonomia financeira a esses órgãos, para que possam gerir directamente tais recursos financeiros, ao invés de ser a Administração do Município a entidade gestora, o que torna o processo muito mais moroso e burocrático.

Projectos executados

O administrador adjunto para Área Técnica do município de Cabinda, Luís Avelino Yebo, disse ser uma mais-valia a existência de Comitês Técnicos de Gestão Participativa, porquanto, desde a sua criação, em 2019, muitos projectos já foram executados em vários bairros e aldeias. Acrescentou que, no exercício financeiro 2020/2021, entre outras acções, foi feita a aquisição e colocação de postes metálicos para a iluminação pública no Hospital do Chinga, a compra de cerca de mil metros de cabos eléctricos, lâmpadas e outros acessórios para a rede de iluminação pública na aldeia do Muanafula.

Luís Avelino Yebo sublinhou, ainda, que, durante o período referenciado, o Comité de Gestão Participativa do município de Cabinda reabilitou a rede de iluminação pública na aldeia do Lucula-Zenze, comprou 900 metros de cabos eléctricos, melhorou a iluminação pública no largo defronte à sede da comuna de Malembu, incluindo a colocação de postes de nove metros de altura.

O dinheiro permitiu a compra de três motorizadas de três rodas para facilitar a recolha de resíduos sólidos em locais de difícil acesso, como, também, para a aquisição de cadeiras de roda para apoiar os deficientes físicos no Centro de Reinserção Social e a aquisição de cinquenta livros de diversas temáticas para potenciar a Biblioteca Municipal de Cabinda, segundo revelou o administrador adjunto para a Área Técnica da Administração do Município de Cabinda.

"Existem muitos projectos que estão em discussão e tão logo seja concluída esta fase serão submetidos à aprovação final", anunciou Luís Avelino Yebo, para quem o Comité de Gestão Participativa do município de Cabinda, com a experiência que possui, "tudo fará no sentido de ir dando, paulatinamente, resposta aos projectos propostos pelas comunidades.

Período de alocação de verbas

Luís Avelino Yebo perfilou do mesmo diapasão defendido por Inácio Meula sobre o aumento de recursos financeiros, no sentido de permitir que os projectos propostos pelas comunidades possam ser executados na sua plenitude e sugeriu a alteração do

período de alocação das verbas, ou seja, ao invés de ser de periodicidade anual, passaria para trimestral.

"É uma grande ginástica que se faz para se chegar à aprovação e execução desses pequenos projectos, devido à limitação de recursos financeiros", disse Luís Avelino Yebo, reforçando a ideia de que os recursos financeiros disponibilizados às Administrações Municipais, no âmbito do Orçamento Participativo, deveriam ser de forma trimestral ou na medida em que os projectos forem identificados.

5.4 CASA-CE propõe realização das autárquicas em 2024

Jornal de Angola

10 De Julho de 2022

No topo das acções políticas constantes do programa de Governo da CASA-CE figuram ainda, entre outras acções, a devolução da terra como propriedade originária do povo, a absoluta e efectiva autonomia financeira do poder judicial, bem como uma maior atenção à infância, juventude, mulher e à terceira idade.

Na conferência de imprensa, decorrida numa unidade hoteleira de Luanda, o presidente da CASA-CE saudou a relevância e a pertinência do acto, tendo orientado, seguidamente, a observância de um minuto de silêncio em homenagem ao ex-Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos.

Para Manuel Fernandes, o ex-Presidente da República tem no alcance da Paz o mais alto legado ao longo dos seus 38 anos de governação.

Vandalização de símbolos

Preocupado com a onda de vandalização de bandeiras e outros símbolos partidários, que se assiste um pouco por todo país,

Sikonda Lulendo Alexandre, um dos vice-presidentes da CASA-CE e coordenador-geral da campanha da coligação, manifestou preocupação com a vandalização de bandeiras e outros símbolos partidários nesta fase de pré-campanha.

Aproveitou o momento para apelar aos militantes da coligação e aos angolanos, em geral, serenidade, tolerância e respeito pela diferença, durante o período da campanha eleitoral, lembrando que as eleições são a festa da democracia.

A apresentação pública da proposta do programa de governo da CASA-CE e do manifesto eleitoral foi

feita pelo jurista Jordan Coelho e o economista Mampassy Sunda.

A CASA-CE foi a segunda força política a formalizar a sua candidatura junto do Tribunal Constitucional, depois do MPLA. Tem como grande objectivo superar os resultados eleitorais alcançados nas eleições de 2017, quando elegeu 16 deputados.

Para as eleições gerais de 24 de Agosto a coligação deverá concorrer com o lema "Casa, trabalho e salário justo".

5.5 PLIM investe 238 mil milhões de kwanzas para construir 290 infra-estruturas no país

Jornal de Angola

12 De Julho de 2022

Hoje é dia de falarmos de combate à pobreza.

Foi este um dos desafios cimeiros que presidiu o mandato de João Lourenço como Presidente da República e do seu governo.

Para este assunto de grande complexidade, que é o combate à pobreza, o Executivo teve a urgência de tomar medidas de carácter económico, sociais, comportamentais, quer por parte das instituições como da população, mas, e sobretudo, o Presidente teve a coragem de tomar medidas políticas, como o combate à corrupção e à impunidade, também dois dos males que contribuíram grandemente para a corrosão do tecido social do país e da condição, em vários níveis e âmbitos das famílias.

O Presidente João Lourenço e a sua equipa não tiveram dúvidas que a solução do problema da Pobreza em Angola passava por decisões mais profundas, todas elas, baseada em resultados.

Daí, ter sido levado a cabo, nos últimos cinco anos, um programa de Reforma da Governação, grande parte em curso, com resultados visíveis e comprováveis, que tocou todas as esferas da vida nacional, entre as quais a luta contra a corrupção e a impunidade, a moralização da sociedade; a reforma da Justiça e da administração do Estado; a desconcentração e descentralização administrativa; as reformas macroeconómicas e a simplificação de processos administrativos.

Estas medidas políticas e outras não menos importantes, foram acompanhadas de medidas de carácter social e comportamental, baseadas numa estratégia de obtenção de resultados, como a

implementação do Plano de Desenvolvimento Humano e Bem-estar, com uma série de programas como o de Desenvolvimento Local e da Valorização da Família e Reforço das Suas Competências.

O programa de reconversão da economia informal permitiu aos jovens, rapazes e raparigas, assim como chefes de famílias, ou seja, a população angolana, desenvolve negócios com maiores e melhores perspectivas de sucesso.

Quer dizer, que os angolanos e as angolanas com um faro apurado de negócio e a arte de vender, milhares deles zungueiras, ambulantes e praticistas, têm tido a oportunidade de criar micros e pequenas empresas, que têm permitido a abertura e criação de oportunidades para o acesso ao micro-crédito, para o aumento da renda, e para a melhoria da condição social e economia.

Assim, no período de 2018 - 2021, foram registadas e formalizadas 56.200 micro e pequenas empresas e cooperativas. Estas acções têm sido desenvolvidas nas 18 províncias do País, desde os grandes centros urbanos como as comunas e localidades de zonas longínquas.

É assim que a economia informal na sua formalização está a mudar a vida de milhares de famílias angolanas. É a garantia de mais vida, mais, saúde, mais desenvolvimento em todo o território nacional. E...por isso, é uma das formas, mais sustentáveis e produtivas de combate a pobreza.

5.6 População angolana estimada em 33.097.671 habitantes

Jornal de Angola

12 De Julho de 2022

Texto: Edivaldo Cristóvão

A população angolana está estimada em 33.097.671 habitantes. O seu crescimento, nos últimos anos, é fruto da melhoria das condições de vida. Os dados constam num documento do Instituto Nacional de Estatística (INE), tornado público, esta segunda-feira, em Luanda.

O documento refere que a maior percentagem da população do país é representada por mulheres (16.938.633). De acordo com o INE, a maior parte da população angolana é extremamente jovem (64,9 por cento). Estima-se que 21.475.348 de pessoas têm idade inferior a 25 anos, o que pode constituir um factor importante para impulsionar o desenvolvimento económico e social.

O INE refere que a localização dos habitantes por área de residência é definida em 63,5 por cento na área urbana, que corresponde a 20.992.418 habitantes. A densidade populacional é de 26.54 habitantes por quilómetro quadrado.

A província de Luanda tem a maior concentração da população (9.079.811) e o Moxico, que apresenta a maior extensão territorial, tem, apenas, 4,32 habitantes por quilómetro quadrado.

O documento informa que a camada da população jovem que continua a aumentar tem as suas necessidades de consumo, tais como educação, saúde, formação, emprego, habitação, entre outras, exercendo uma pressão sobre a sociedade, tornando maiores os desafios de desenvolvimento.

Segundo o INE, enquanto os países desenvolvidos têm problemas do envelhecimento demográfico, Angola precisa aproveitar o crescimento demográfico, com a valorização do capital humano.

O INE refere que, em 2014, foi realizado o primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação pós independência, que teve cobertura universal e permitiu projectar a população até 2050, com um ritmo de crescimento anual de três por cento.

O INE considera que o crescimento populacional ou crescimento demográfico é a mudança positiva do número de indivíduos de uma população e é um factor importante nos projectos de desenvolvimento de um país, na medida em que o seu ritmo e características determinam a magnitude e o tipo de serviços básicos que devem ser disponibilizados.

Para calcular o volume da população utiliza-se o método das componentes demográficas que incorpora os dados da mortalidade, fecundidade e migração da população.

Tendência de crescimento

Os dados referem que a tendência do crescimento da população Angolana este ano é positiva. O crescimento está relacionado com a redução da taxa de mortalidade infantil nos últimos dez anos, que passou de 81 para 44 mortes por 1.000 nados-vivos, e infante-juvenil reduziu de 145 para 68 mortes por 1.000 nados-vivos.

Esta situação está também relacionada aos movimentos migratórios observados neste período, com o regresso da população angolana que vivia na diáspora.

Em 2014, o Recenseamento Geral da População e Habitação observou que existiam cerca de 3,9

milhões de pessoas que viviam em províncias diferentes daquela em que nasceram, número que representava a migração interna acumulada, numa taxa líquida de migração de 151 pessoas entre mil.

A migração internacional teve uma taxa de 64 por cento, sendo 39 para nacionais, o que corresponde a 1.016.878 habitantes que regressaram ao país. Outro indicador importante é a taxa de fecundidade muito alta, que é de 6,2 filhos por mulher em idade fértil, sendo mais elevada nas áreas rurais (8,2) do que nas áreas urbanas (5,3). A perspectiva de crescimento da população até ao ano de 2050 é 67 milhão habitante, caso forem mantidos os pressupostos utilizados durante a elaboração das projecções do INE.

Importa referir que uma projecção da população baseia-se fundamentalmente nas tendências passadas e em hipóteses sobre o comportamento futuro das componentes demográficas (mortalidade, fecundidade e migração).

Data foi instituída pela Organização das Nações Unidas em 1989

O Dia Mundial da População celebra-se a 11 de Julho. A data foi instituída em 1987, numa altura em que o contador mundial da população chegou aos cinco biliões de pessoas, inspirando a ONU a criar este dia, em 1989, e a comemorar, anualmente, esta efeméride.

Estima-se que a evolução da população mundial registe um aumento anual de 75 milhões de pessoas. Quanto à distribuição da população mundial, a maior parte encontra-se na Ásia, com a China e a Índia no topo dos países mais populosos do mundo.

O objectivo do Dia Mundial da População é alertar para o planeamento e o desenvolvimento populacional e encontrar soluções para tais questões, quando muita gente não tem acesso a cuidados de saúde, por exemplo. Outro problema sério é a escassez de alimentos, sendo que a sua distribuição é desequilibrada, com abundância nos países desenvolvidos e carência nos países subdesenvolvidos.

A poluição, as epidemias e o uso de contraceptivos são outros temas relacionados com a população mundial abordados pela ONU nesta data.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) colocou, ainda, à disposição a Folha de Informação Rápida (FIR), referente às Contas Nacionais do I trimestre de 2022. Segundo dados divulgados pelo INE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 4,3 por cento na passagem do IV trimestre de 2021 para o I trimestre de 2022.

Os dados revelam que as actividades que contribuíram positivamente para a variação do PIB no I trimestre de 2022 em relação ao IV trimestre de 2021 foram a Extracção e Refinação de Petróleo 4,93, Electricidade e Água 0,004, Construção 4,69, Correio e Telecomunicações 0,58, Intermediação Financeira 0,56, Administração Pública 0,41 e outros Serviços 0,31.

As actividades que contribuíram negativamente na variação trimestral foram: Agro-pecuária (0,60%); Pescas (1,62); Extracção de Diamantes e outros (0,53); Indústria Transformadora (0,10) Comércio (2,69); Transporte e Armazenagem (0,43); Serviços Imobiliários e Aluguer (0,39) e Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (0,20).

O Valor Acrescentado Bruto do Governo teve uma subida de 7,2 por cento, no I trimestre de 2022, em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 0,58 na variação total do PIB.

O PIB acumulado do ano até o I trimestre de 2022 cresceu 2.6 por cento, em relação a igual período de 2021. Esta variação positiva é atribuída, fundamentalmente, às actividades de Agropecuária e Silvicultura 3,0 por cento; Pescas 5,4; Extracção de Petróleo e Rufino 1,9; Industria Transformadora 2,0; Electricidade e Água 2,5; Construção 4,1; Comércio 1,6; Transporte e Armazenagem 31,3; Correios e Telecomunicações 2,4; Administração Pública 7,2, Serviços Imobiliários e de Aluguer 2,9 e outros serviços 4,8 por cento.

Segundo o INE, o objectivo geral do PIB Trimestral é fornecer uma visão do desenvolvimento económico mais oportuna em relação às contas nacionais anuais, mais completas do que a dos indicadores económicos de curto prazo, considerados individualmente.

PROJECCÃO DA ONU

Até ao próximo mês de Novembro haverá 8 mil milhões de pessoas

A população mundial deve chegar aos oito mil milhões de pessoas até 15 de Novembro deste ano, de acordo com uma estimativa do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, divulgada, ontem.

Segundo a projecção, a Índia ultrapassará a China, tornando-se o país mais populoso do mundo, já em 2023.

As Nações Unidas assinalaram, ontem, o Dia Mundial da População, que foi proclamado e adoptado pela Assembleia-Geral da organização, em

21 de Dezembro de 1990. "É nossa responsabilidade cuidar do planeta e momento para reflectir como ainda estamos aquém nos nossos compromissos de uns para com os outros", disse o secretário-geral da ONU, António Guterres, em comunicado.

Acrescentou que é também "um momento para celebrar a nossa diversidade, reconhecer a nossa humanidade comum e para nos maravilharmos com os avanços na saúde, que prolongaram a expectativa de vida e reduziram drasticamente as taxas de mortalidade materna e infantil".

De acordo com o Departamento da ONU responsável por tais previsões, a população mundial está a crescer ao ritmo mais lento desde 1950.

Ainda assim, as estimativas referem que a população mundial pode chegar a cerca de 8,5 mil milhões em 2030 e 9,7 mil milhões em 2050, atingindo cerca de 10,4 mil milhões de pessoas na década de 2080, para depois permanecer nesse nível até 2100.

Tendo sido observada uma diminuição da natalidade em vários Estados ditos desenvolvidos, mais de metade do aumento esperado da população nas próximas décadas deverá concentrar-se em oito países, segundo o Departamento da ONU, que identificou a República Democrática do Congo, o Egipto, a Etiópia, a Índia, a Nigéria, o Paquistão, as Filipinas e a Tanzânia.

5.7 PIIM gastou 50 mil milhões de kwanzas em 120 projectos na província do Huambo

Jornal de Angla

25 De Julho de 2022

Texto: Justino Victorino

Um total de 50 mil milhões de kwanzas foi aplicado, até agora, na execução de 120 projectos sociais, dos 296 previstos para a província do Huambo, no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), revelou o vice-governador local para o Sector Técnico e Infra-Estruturas.

Elmano Inácio, que apresentava alguns dados discutidos durante a segunda Sessão Ordinária do Governo Provincial do Huambo, realizada na sexta-feira, sob orientação da governadora Lotti Nolika, referiu que estão em curso 307 acções no âmbito do PIIM, das quais 11 são de subordinação central.

Essas acções estão incorporadas nos sectores da Saúde, Energia e Águas, Interior e na Administração

do Território, com grande incidência sobre infra-estruturas integradas, explicou.

O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas realçou que das 307 acções inscritas na carteira de projectos do Governo do Huambo, pelo menos 296 foram distribuídas a nível dos 11 municípios daquela parcela do Planalto Central.

Quanto aos valores gastos no quadro do PIIM, esclareceu que 32 milhões dos 50 mil milhões 147 milhões de kwanzas são da carteira dos projectos de subordinação central. A nível da província, a gestão desses recursos financeiros rondou os 18 mil milhões de kwanzas.

Elmano Inácio disse que, avaliado o programa, hoje, foi possível a conclusão e entrega de 120 acções ao Governo local, com impacto considerável na vida das populações, principalmente para os sectores da Educação, Saúde, Energia e Águas e na melhoria das vias.

5.8 Sobas: Autoridades Tradicionais ou Autoridades das Comunidades

Jornal de Angola

9 De Julho de 2022

Desde a sua criação por Deus, o homem foi dotado de todas as condições e formas de organização (Governo) familiar e comunitária. Aliás, até mesmo os animais não solitários têm orientadores ou guias, são exemplos disso mesmo as abelhas, as formigas, os felinos, as aves e os peixes, que não vivem sem uma liderança. Por essa razão, estes seres não se misturam com outros. Ora, o homem, feito à imagem e semelhança de Deus, não podia ser diferente. Ou seja, a natureza humana sempre teve de viver sob uma liderança.

É assim que, ao homem de Deus conferiu a maior responsabilidade, a de ver, ouvir, sentir e analisar de forma racional e depois decidir.

Nesta ordem de ideias, o homem começou por criar grupos familiares, e na medida em que as famílias foram se dilatando, deu-se lugar aos grupos comunitários e, por tal ordem, resultou à necessidade de indicação de pessoas que se julgassem idóneas a dirigirem as comunidades, surgindo assim, no caso africano, o Sobado.

O Soba é um chefe do Governo da comunidade ou sanzala.

É frequente ouvir-se, causando tal alguma inquietação e preocupação, a expressão "Autoridades Tradicionais".

Partindo do pressuposto segundo o qual, Tradição refere-se a: dogmas, tabus, mitos ou usos e costumes de um determinado povo; sendo que, o soba é uma figura que chefia uma determinada Comunidade ou Sanzala. Ou seja, a expressão Sobado serve para designar uma circunscrição territorial correspondente a comunidades ou Sanzalas. As Mbanzas por sua vez servem para designar as sedes de conjuntos de comunidades ou sanzalas, o que equivale a dizer que a Mbanza é um conjunto de sanzalas.

Uma Sanzala é dirigida por um soba e um adjunto, enquanto a Mbanza é dirigida por um soba grande, designado por Kañane na área do Cuanza-Sul, Ndembo Grande, na área dos Dembos e (Nambuanguo), e outros títulos para as diferentes regiões do território angolano.

Cada Mbanza deve ter o seu elenco governativo uma vez que cada uma delas corresponde a um território independente. Porém, as lideranças das mesmas devem manter boas relações com os seus vizinhos, com o espírito de entrelajada, observando sempre o respeito mútuo sem a prática de actos que encerrem interferências veladas ou desveladas nos assuntos alheios.

Os dogmas, tabus, mitos e outros ritos constituem princípios e regras sagradas e são, por isso, invioláveis.

Em função do exposto, assevera-se que qualquer cidadão (homem ou mulher) indicado pelos anciãos para o exercício da função de soba, segundo a sua linhagem, não é indicada para dirigir dogmas ou tradições, mas, sim, para dirigir pessoas e exigir, dessas o rigor no cumprimento ou respeito pelos ritos, sob pena, segundo a crença das comunidades, de se confrontarem com vários fenómenos, como: seca, fome enfermidades diversas e outras situações desagradáveis às pessoas e aos animais.

Na poesia "Havemos de Voltar ", o primeiro Presidente de Angola, aconselha os angolanos e angolanas a dignificarem os seus valores culturais... Sob o risco de perdermos todos os nossos traços inerentes às nossas culturas em favor da aculturação.

Temos de voltar, isto é, de proceder ao resgate de tudo aquilo que a força colonial nos retirou, tal como as línguas, os nomes e outras características que são genuinamente africanos.

Havemos de voltar, sim, às grafias sugeridas por alguns escritores, como José Redinha, na sua obra -

"Distribuição Etnográfica de Angola", onde sugere as letras K, W e Y como sendo as que enquadram melhor com grafia para as nossas línguas, nomes e localidades. Por exemplo: Wila, Wambu, Kwanza Norte e Sul, Kwandu Kubangu, Kunene, Kalandula, Kambundy Katembu, Kangandala, Kissama e outras, de forma a fazer-se diferenciação... Assim estaríamos a dar passos no processo de libertação das amarras da herança colonial na perspectiva cultural.

Por que não fazer estudos mais profundos sobre a escrita Mandombe para adoptá-la como escrita genuinamente africana?

Não se trata de contrariar a globalização, que é um facto irreversível, mas sim, defender uma identidade cultural que existe mas que parece estar negligenciada. Observar e respeitar o que é alheio, sim; mas sem prejudicar o que é nosso.

Para esse efeito, solicito o obséquio de quem de direito, maximize, o Ministério da Cultura, Ambiente e Turismo, através das Direcções Nacionais para as Autoridades Tradicionais e de Línguas, aos Escritores, Antropólogos, Sociólogos e outros fazedores de cultura a abordarem com serenidade esta questão.

Reconheço o facto de que o momento é extremamente complicado, tendo em conta a terrível guerra sem quartel, nem comandante, imposta pela Covid-19, mas acreditando na bondade de Deus que a seu tempo dará um fim a esta situação, não deixa de ser pertinente trabalhar-se no assunto, fazendo recurso às plataformas modernas de comunicação existentes. A cultura faz-se todos os dias, por isso, não nos distraíam para não perdermos o fio da nossa história.

Que os nossos Sobas (vulgo Autoridades Tradicionais) passem a ser, o que na verdade são, Autoridade das Comunidades, e mereçam mais consideração e dignidade.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Bancos unem – se às imobiliárias para “vender” crédito à habitação

Jornal Economia e Finanças
1 De Julho de 2022

Os bancos comerciais e as empresas imobiliárias nacionais vão sentar à mesa para analisar as modalidades de atribuição do crédito habitacional, na primeira Edição do Fórum Banca e Imobiliário, que acontece a 22 de Julho, em Luanda.

O evento tem como objectivo melhorar as trocas de informações entre os bancos e as imobiliárias para viabilizarem o acesso ao crédito à habitação.

Assim, como colocar os players dos dois sectores a encontrarem mecanismos internos para que a Banca e o Imobiliário nacional caminhem mais próximos.

Entre os diferentes temas, conforme fez saber, a Linear Comunicação, empresa organizadora do encontro, vão ser abordados temas ligados à Gestão de Activos Imobiliários, Melhorias para o acesso à habitação em Angola, Garantias Bancárias e As Principais Linhas do Aviso 09/2022.

Segundo a Linear Comunicação, o evento surge na sequência da entrada em vigor do Aviso 09/2022 que autoriza a concessão de crédito à habitação com valores não superiores a 100 milhões de kwanzas, com uma taxa de juros de 7,0 por cento, conforme estipulado pelo Banco Nacional de Angola.

O Fórum Banca e Imobiliário, informou ainda a empresa, é uma grande oportunidade nesta altura para as pequenas e médias empresas do sector imobiliário que pretendam encontrar parceiros a nível da banca, por isso, fez saber, vai ter uma componente de networking em que se esperam "grandes nomes" do mercado empresarial nacional.

Além do Networking, o evento vai contar com uma mini exposição de bancos e imobiliárias.

A Broima Investimentos, o Condomínio Kuditemo e o Orlando Residencial, fazem parte das imobiliárias e projectos habitacionais que vão colocar à disposição dos participantes, os seus produtos para a comercialização no local.

Já os bancos convidados, vão procurar dar mais informações e efectuar simulações de crédito no local para facilitar os interessados a adquirirem casas via crédito à habitação.

Outra grande novidade que se espera no Fórum Banca e Imobiliário é a participação da Recredit especializada na recuperação de crédito mal parado, com realce para os do banco BPC.

6.2 O juro de 7 por cento é uma medida de temperatura

Jornal Economia e Finanças
1 De Julho de 2022
Texto: Ana Paulo

Qual é a situação actual do parque imobiliário do país. Continua a uescer ou está estagnado?

O parq imobiliário cresce com iniciativas do Estado e por parte do privado, cresce, porém com imóveis não legalizados, portanto não passíveis de fazer uso de crédito bancário.

3 - Sabe-se que o sector privado esteve arrefecido por um bom tempo. A que se deveu? A situação melhorou?

O maior inimigo do mercado imobiliário chama-se inflação. Quando há inflação alta, os juros sobem e com a subida dos juros, as pessoas não conseguem aceder aos créditos habitacionais. Assim, sem compradores, os construtores não produzem produtos e o mercado vai parando. Agora que a proposta da APIMA foi aceite, os bancos praticarão juros de 7,0 por cento, e com isso pretendemos que o mercado comece a mexer-se.

É uma boa medida?

Acreditamos que o juro de 7,0 por cento não permitirá que muitas pessoas comprem imóvel porque o poder de compra da população caiu muito. Mas é um início, é uma medida de temperatura para depois usar-se para praticar juros mais baixos.

Com esta decisão muitos projectos estio a ser destinados para vendas, com maior destaque nas redes sociais. Que análise faz sobre esta situação?

O que nos preocupa é que boa parte deles não estão inscritos na Conservatória do Registo Predial e isso é condição "sine qua non" para haver o crédito bancário. Falta-nos promotores imobiliários a literacia de regularizar os imóveis. Já lançamos um repto aos promotores imobiliários que nos procurassem para fazermos a ponte com o Instituto

de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) e assim de forma célere obterem a regularização dos seus empreendimentos, sempre lembrando que isso ainda passa pela assinatura dos governadores e registo na Conservatória Predial.

Existem muitos condomínios, com obras inacabadas, umas finalizadas mas desabitadas. Quantos condomínios ou projectos estão nesta situação no domínio da APIMA?

Não possuímos estatísticas. Quem bem poderia ter esses dados eram as administrações e os governos provinciais, que emitem licenças e fiscalizam, mas sabemos que esses dados não são colectados.

Quais os principais problemas que os promotores enfrentam e que preocupam a APIMA?

O excesso de burocracia faz com que muitos promotores imobiliários não regularizem seus empreendimentos. A emissão de direito de superfície e licenças são actos demorados e custosos. Uma grande preocupação da APIMA é a legislação permitir que licenças de obras sejam dadas em terrenos sem direito de superfície, bem como as Administrações poderem proceder ao parcelamento e venda de terrenos. Eu costumo dizer que isso é legalizar o ilegal. Se fosse obrigatório que o Promotor imobiliário tivesse um título registado para proceder a uma aprovação e acto contínuo tivesse que registar seu empreendimento na Conservatória Predial, para poder vender, estaríamos a inserir todos no sistema legal. Com as práticas autorizadas hoje em dia, o Estado não sabe quem são os donos das propriedades e com isso não arrecada. Além do que, é uma grande oportunidade de lavagem de dinheiro.

Que medidas devem ou estão a ser tomadas para reverter a situação?

Após o evento que o Banco Nacional de Angola realizou, onde convidou para além da APIMA, as entidades estatais intervenientes na criação do produto imobiliário, um resumo dos constrangimentos e de nossas propostas de melhoria foi encaminhado a esferas superiores, para que medidas de melhorias fossem tomadas. Esperamos para esse ano ainda algumas modificações.

Que balanço faz dos últimos dois anos sobre a procura e a oferta no sector Imobiliário?

Desde 2014 os salários estão congelados. Quem ganhava 2.000 dólares em 2014 auferia 200 mil kwanzas. Essa pessoa hoje em dia ganha o mesmo valor, quando deveria estar a ganhar 900 mil kwanzas. Assim, o poder de compra da população foi corroído.

Hoje em dia são poucas as pessoas que podem comprar um imóvel, mesmo com financiamento habitacional. É preciso elevar o ganho da população.

o mercado imobiliário tem registado muitas burlas, sobretudo de players que praticam a concorrência desleal. Quantos cidadãos vítimas destas práticas procuraram apoio da APIMA?

Poucos! Entretanto essa prática se dá justamente porque não existe uma lei que exija que os imóveis sejam vendidos somente depois de registados na Conservatória Predial. Assim um pseudo promotor imobiliário consegue facilmente enganar clientes.

Entre 2011 e 2012, o Executivo e o Parlamento aprovaram um conjunto de leis que foram de encontro às recomendações da APIMA. Pode explicar-nos que pacotes são, em concreto, e como estão a ser implementadas?

Destacamos a diminuição do imposto de SISA (actual imposto de transmissão) de 10 por cento para 2,0, a possibilidade de converter um ou mais edifícios dentro de um mesmo terreno em propriedade horizontal, mesmo durante a construção dos mesmos (registo provisório da propriedade horizontal), a aprovação na generalidade da Lei de Alienação Fiduciária (faltou a aprovação na especialidade), a aprovação da Lei que permite o surgimento de Notários Privativos (até hoje não posta em prática). Destacamos ainda a mudança da taxa de imposto de transmissão de 10 para 2,0 por cento, trouxe para dentro do sistema milhares de imóveis que antes não eram transmitidos e que seus detentores possuíam apenas preocupações. A mudança da Lei de propriedade horizontal deu maior garantia aos bancos para financiarem fracções do edifício em construção e não o edifício todo, além de permitir a conversão em propriedade horizontal de mais de um edifício no terreno, coisa que a antiga Lei não permitia. As duas outras propostas não colocadas em prática, a aprovação na especialidade da Lei de Alienação Fiduciária e a criação dos Notários Privativos, teria dado outro impulso no imobiliário em Angola e consequentemente na sua economia, bem como dar mais conforto ao cidadão. Nossos Notários vivem com filas para o passeio, portanto demonstram que faltam mais serviços desses.

O segmento dos materiais de construção civil é o principal esteio de construção civil produzidos internacionalmente, tais como cabos eléctricos, tubos em PVC, aço, chapas dobradas, pregos parafusos, cimento cola, granitos, tintas, móveis embutidos, etc. A parte pesada e termos de custos fica por conta dos materiais de acabamento, como é o caso dos mosaicos, azulejos, louças sanitárias e também do

material eléctrico de média tensão: cabos e postos de transformação.

No novo contexto do mercado, quais são os objectivos que a APIMA persegue?

A APIMA tem em torno de 100 membros. Produz Fóruns do sector, bem como apresenta propostas ao Estado para a melhoria do sector, trabalha junto ao Instituto Nacional de Habitação (INH), também para propostas de melhorias ao sector. Nosso maior objectivo agora é a formação profissional e emissão de carteiras profissionais.

6.3 Complexo residencial em construção no Rivungo

Jornal de Angola

7 De Julho de 4 2022

Texto: Carlos Paulino

O município do Rivungo, que dista a cerca de 700 quilómetros da cidade de Menongue, Cuando Cubango, vai ganhar um complexo residencial administrativo, com 22 apartamentos, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O complexo residencial, que vai custar aos cofres do Estado mais de 973 milhões de kwanzas, será erguido numa área de 2.089,82 metros quadrados. As obras serão executadas num prazo de 18 meses, pela empresa chinesa YAN.

O lançamento da primeira pedra para o início das obras foi feito, sábado, pelo administrador municipal do Rivungo, Abílio Jornal Sasongo, que disse que a entrada em funcionamento do complexo residencial administrativo vai ajudar a atrair quadros à região.

Segundo Abílio Jornal Sasongo, por falta de residências em condições, muitos quadros não aceitam trabalhar no município do Rivungo e os que tentam, depois de algum tempo, abandonam o local de trabalho. Realçou que, por este facto, a construção do complexo residencial administrativo será uma mais-valia para a resolução do problema que afugenta bons quadros, que poderiam contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do município que faz fronteira com a região zambiana de Shangombo.

O administrador municipal apelou à empresa chinesa YAN no sentido de cumprir o prazo estabelecido e as demais cláusulas contratuais. Abílio Jornal Sasongo salientou que a construção do complexo residencial vai permitir gerar dezenas de postos de trabalho.

No quadro do PIIM, foi lançada, também, a primeira pedra, no passado dia 28, para a reabilitação e ampliação de um posto de saúde, assim como a construção de uma residência, com dez quartos, cinco cozinhas e igual número de casas de banho, para técnicos na comuna do Chipundo.

Orçada em 326 milhões de kwanzas, a unidade sanitária vai contar com seis camas para internamento.

6.4 Casa própria é um sonho de muitos já realizados

Jornal Economia e Finanças

8 De Julho de 2022

OS últimos cinco anos foram imensos os desafios para o Executivo liderado por João Lourenço. E o da Habitação foi um deles.

A construção de casas ou a criação de condições para que o cidadão construa a sua própria habitação, a casa dos seus gostos, dos seus sonhos, constou entre as prioridades do Programa do Governo.

Quem casa quer casa!

Quem planifica casamento sonha com a casa própria! Ou seja, com o Kubico dele, afinal o sono tranquilo, a reunião familiar, as nossas conversas e não só, têm sido espaço privilegiado e apropriado.

É um facto, há mais casas para si, para mim, para todos. É mais fácil de se conseguir

Com a liderança do Presidente João Lourenço, baseada em resultados, disciplina e foco no médio e longo prazos, tem-se conseguido e vai-se continuar no caminho das realizações.

Mas do que estes "jargons" ou fraseologias do povo, a tal dica de que "quem casa quer casa" ou "quem planifica casamento sonha com a casa própria", o Governo liderado por João Lourenço olhou, sobretudo, para o além e para as questões mais profundas. Para as suas responsabilidades de proteger e de ser o primeiro e permanente promotor do bem-estar, da harmonia e paz social, necessárias para a estabilidade e progresso das famílias, das instituições, enfim, do cidadão angolano em todo o país. É à luz das suas responsabilidades, que tão logo iniciou funções em 2017, o Executivo angolano, em meio a enormes desafios financeiros provocados pela crise económica mundial e pela Covid-19, redesenhou e relançou um ambicioso e amplo Programa de Fomento de Habitação.

Como foi redesenhado o programa da habitação?

Primeiramente, olhou-se para as consequências negativas da insuficiência da oferta de habitação, com um único objectivo: identificar os factores de constrangimento;

Segundo: o Executivo olhou para si próprio e lançou-se na construção de infra-estruturas essenciais nas reservas fundiárias, de apoio à auto-construção dirigida ou assistida, e agiu. Distribui lotes para as famílias em todo o país, de Cabinda ao Cunene e do Mar ao Leste.

Por agora foi redesenhado o programa de habitação

No período de 2018 – 2021 foram disponibilizados à população mais 887 novos lotes de terrenos infra-estruturados em reservas fundiárias, o que correspondeu a um grau de execução 95,17 por cento; em relação à meta programada para o quinquénio 2018 – 2022 tinha sido de serem distribuídas 14, mil e oitocentas novos lotes. Está meta concretizada e curioso com o acima projectado

Terceiro: tendo em conta o impacto positivo que teve na história recente do nosso país, o Governo de João Lourenço não suspendeu o programa de construções de centralidades, que já vinha desde antes de 2017. Pelo contrário, reforçou e ampliou o Programa com a construção de novas centralidades e urbanizações em todo o país, ou seja, mais casas para as populações em toda Angola.

"O meu sonho da casa própria está concretizado. Tenho casa. E agradeço o Estado. Agradeço o Governo. Agradeço o nosso Presidente João Lourenço", disse o jovem Mateus Afonso, morador da Centralidade 5 de Abril, na província do Namibe.

Número e mais números que qualquer pessoa pode constatar. Afinal, ao andar pelas ruas e pelo nosso país dentro, não é possível não ver bairros residenciais e edificações de toda a espécie, como centralidades, residências geminadas e unifamiliares, entre outras. Só as províncias do Bié, Moxico, Malanje e Luanda, as quatro juntas ganharam entre 2018 a 2022, 7.800 fogos habitacionais.

Dito mais directamente: só estas quatro províncias de Angola ganharam nos últimos cinco anos de governação de João Lourenço mais mil sete mil e oitocentos. Se em cada uma destas casas tiver 5 membros da família um número que temse apresentado na actualidade como a média do agregado, quer dizer que 39 mil pessoas foram alojadas nestes fogos habitacionais, em cerca de cinco anos, num período de enormes limitações de várias

ordens provocadas pela covid19 pela crise financeira mundial.

6.5 Especialistas defendem regulamentação do seguro de habitação

Jornal de Expansão

8 De Julho de 2022

Texto: Alexandre Lourenço

As centralidades e condomínios existentes no País não estão abrangidos por nenhuma disposição legal que obrigue os moradores ou administradores a subscrever um seguro de multirrisco habitação. Mas alguns especialistas ouvidos pelo Expansão defendem que o País deve pensar seriamente nestas questões, até para defender o património nacional do risco de incêndios, inundações, furtos ou roubos.

Na opinião de Pedro Fuquila, consultor de seguros, apesar de existir a obrigatoriedade de possuir um seguro de incêndio de propriedade horizontal, é necessário que a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG), através do Ministério das Finanças, leve o tema ao Conselho de Ministros para que se comece "a olhar para este assunto com olhos de ver". Quando se fala em aumentar a penetração dos seguros em Angola deve-se trabalhar na regulamentação de vários tipos de produtos que poderiam ter carácter obrigatório.

"Estamos a cruzar os braços.

Noutros países existem uma série de seguros obrigatórios e o seguro multirrisco habitação também é obrigatório, ou seja, a maior parte dos seguros são obrigatórios e só isso já dava para aumentar a taxa de penetração dos seguros", acredita Pedro Fuquila.

Os moradores das centralidades e condomínios dispõem dos artigos 38.º e 55.º, da alínea e) do Decreto Presidencial n.º 141/15, de 29 de Julho, que obrigam à contratação do seguro de incêndio de propriedade horizontal, que não dá resposta a outros riscos.

Ou seja, se um apartamento de uma centralidade ou condomínio registar uma inundação ou risco eléctrico, por exemplo, terá de ser o morador a assumir os danos porque o seguro contra incêndios não cobre outros danos. E os vizinhos correm igualmente alguns riscos, não tendo a garantia que serão ressarcidos no caso de uma ocorrência.

O diploma que poderia obrigar à subscrição de um seguro de multirrisco habitação nas centralidades e

condomínios foi elaborado pelo extinto Ministério do Urbanismo e Habitação (agora a tutela está com o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território), em Outubro de 2016, mas de lá para cá o processo "emperrou". O documento já passou pelo crivo da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros. Depois regressou ao Ministério do Urbanismo e Habitação para algumas alterações e acabou por não sair mais de lá.

O Expansão procurou obter um esclarecimento junto do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território mas sem sucesso por alegada falta de agenda das entidades que deviam dar resposta a estas questões.

Filomena Manjata, administradora executiva da ARSEG, admite que não existe a obrigatoriedade de assinar um seguro multirrisco habitação, mas apenas o seguro de incêndio de propriedade horizontal e não está regulamentado, na medida em que não define claramente os requisitos mínimos obrigatórios, as coberturas e os capitais de seguros.

"O diploma que deveria regulamentar esta questão ficou emperrado no antigo Ministério do Urbanismo e Habitação. O decreto que regula o seguro de incêndios deixou em aberto quem deve contratar o seguro e em que termos, por isso, há essa necessidade de regulamentação", explica Filomena Manjata.

A responsável da supervisão de seguros da ARSEG acrescenta que as pessoas não cumprem a obrigação de contratar por ausência de regulamentação e por deficiência na fiscalização.

Um dos factores mais importantes está relacionado com a falta de conhecimento da população sobre as vantagens e os benefícios deste tipo de seguros. Grande parte das pessoas também não entende o seu funcionamento. Mas sendo a defesa do património uma das vocações do Estado, alguns especialistas defendem que o Executivo deve legislar sobre esta matéria. O número de centralidades e condomínios está a crescer, realidade que aumenta os factores de risco de acidente.

6.6 Sonho da casa própria: O legado para a classe média

Jornal Economia e Finanças

15 De Julho de 2022

Texto: Adérito Veloso

Em 2005 o ex-presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou a política de fomento habitacional,

que entre vários objectivos ambicionava dar mais dignidade à classe média do país.

Na sua estratégia, o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação a construção de 26 mil casas no âmbito do sub-programa público que contemplava a construção de 200 casas por cada um dos 164 municípios do país.

Para a execução do programa, o Governo promoveu parcerias com operadores privados que assumiram a gestão da construção e venda das casas nestes empreendimentos em nome do Estado.

No início da sua execução, e dada as especificidades do mercado na época, o programa teve como suporte técnico, financeiro e estratégico, a linha de crédito da China. Nos primeiros 10 anos (2005/2015), foram construídos 44.926 fogos nas Centralidades sob responsabilidade da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) e Imogestín (Kilamba, Sequele, Vida Pacífica e KK5000) e 16-466 fogos nos projectos sob gestão da empresa Kora Angola, uma das maiores construtoras e promotoras imobiliárias no país, 10.514 casas concluídas e 161.495 hectares de reservas fundiárias constituídas, no quadro do projecto de 200 casas por cada município.

Considerado um dos maiores projectos habitacionais em África, e de "bandeira" da política habitacional do Governo angolano, a Centralidade do Kilamba, inaugurada em Junho de 2011, prevê três fases de desenvolvimento, compreendendo um total de 90.000 apartamentos. Com a sua construção a ser desenvolvida por construtoras chinesas, o projecto habitacional do Kilamba, contemplou a construção e conclusão, na primeira fase, de 20.000 apartamentos.

O projecto habitacional está ser desenvolvido numa área de 54 quilómetros quadrados e prevê um total de 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros das vias rodoviárias.

Para o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, foram elaborados 79 estudos e projectos relativos às reservas fundiárias em todas as províncias, uma média de execução de 79,9 por cento.

A estratégia contemplava cerca de 68 por cento do programa do Executivo assente no sub-programa de auto-construção dirigida, que tem como alvo lotes infra-estruturados pelo Estado. O programa previa até 2017, a construção de 14 centralidades em todo o país, perfazendo 213 mil casas. Até 2013, o défice habitacional no país situava-se em 1,7 milhão de

casas, altura em que aproximadamente 60 por cento das pessoas viviam em centros urbanos.

A Kora Angola firmou uma parceria com o Governo, no âmbito do programa "Meu sonho, minha casa", para a construção e comercialização de 40 mil distribuídas em diversas centralidades nas províncias do Bié (7.000), Huambo (12.000), Moxico (3.000), Cuanza-Sul (5.000), Uíge (7.000) e Luanda (6.000). Até ao início de 2015, tinham sido construídas 15.000 casas do total de fogos a cargo da empresa.

Devido à crise que viveu o sector petrolífero, em 2014, devido à baixa do preço do barril de petróleo, o mercado imobiliário que era considerado o "principal" combustível do sector Imobiliário, a execução dos projectos habitacionais registaram um abrandamento.

Assim, embora o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período 2013/2017 previa-se a construção de 103.023 casas sociais entre 2014 e 2015, e de mais de 41.218 casas em 2016, e 41.212 em 2017, sabe-se que as metas tiveram de ser redefinidas.

No quadro da produção de instrumentos do ordenamento do território, até 2016, tinham sido elaborados 60 planos directores municipais e 114 planos de urbanização. Foram também elaborados 11 planos de requalificação urbana e 15 de requalificação rural.

Quanto à requalificação urbana foram concluídos estudos de infra-estruturas integradas para as cidades do Luena, Luau (Moxico), Menongue (Cuando Cubango), Negage, Uíge, Dundo (Lunda-Norte) e Saurimo (Lunda-Sul). Os projectos de infra-estruturas integradas nas cidades do Uíge e Negage, na província do Uíge, abrangendo 45 mil habitantes, Menongue (3.000), na província do Cuando Cubango, e Saurimo (3.700), na província da Lunda-Sul, perfazendo um total de 51.700 habitantes.

6.7 Centralidade de Tucuve construída em 14 meses

Jornal de Angola

19 De Julho de 2022

Texto: Nicolau Vasco

A cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, vai ter nos próximos 14 meses a primeira centralidade com 212 edifícios para beneficiar um total de 1.300 pessoas, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

A ser erguida no bairro Tucuve, a sete quilómetros da cidade de Menongue, a primeira pedra para a edificação da centralidade foi lançada ontem, em cerimónia co-presidida pelo vice-governador do Cuando Cubango para o sector económico e produtivo, Ernesto Kiteculo, e por Rui Cruz, presidente do Conselho de Administração da Imogestin, gestora do projecto.

A centralidade do Tucuve vai ocupar, numa primeira fase, 6,9 hectares dos 16 que representa o plano urbanístico. O projecto habitacional terá igualmente unidades comerciais, área verde com 500 metros quadrados e uma zona de 7.810 metros quadrados para o estacionamento de viaturas. O projecto prevê ainda a construção de uma escola primária, um posto policial e um posto de saúde, edifício administrativo, parques infantis, zonas desportivas e de lazer.

Está ainda prevista a entrega de lotes à iniciativa privada para o fomento e desenvolvimento complementar da centralidade, destinados a actividades económicas de variadas dimensões, serviços, equipamentos e outras unidades habitacionais de acordo com os interesses dos intervenientes. As obras estarão a cargo da empresa de direito angolano Grinner, que garante o recrutamento de 150 jovens locais para a execução do projecto a ser edificado na reserva fundiária do Tucuve.

Rui Cruz destacou o trabalho do Executivo para a construção do projecto habitacional no Tucuve, numa altura difícil que o país atravessa, devido à escassez de recursos. A Imogestin é a entidade gestora do Plano Nacional de Urbanização e Habitação e garante sustentabilidade dos projectos, sem deixar de levar em consideração que estão sob responsabilidade do Estado. Prioridade aos candidatos

O vice-governador do Cuando Cubango para o sector económico e produtivo, Ernesto Kiteculo, disse que existem mais de cinco mil pedidos de jovens da província que solicitaram habitação ao Governo local e sublinhou que, depois de concluída, a prioridade é a juventude e os mais necessitados.

Questionado sobre a expansão de projectos do género em todas as sedes municipais, Ernesto Kiteculo disse ser um processo a negociar com o Ministério do Urbanismo e a Imogestin, para que os municípios com maior índice populacional como o Cuíto Cuanavale, Cuchi, Mavinga, Rivungo e Calai possam ser contemplados.

“Agradecemos ao Executivo, ao Ministério do Urbanismo e Habitação, bem como à Imogestim por não se esquecerem de contemplar o Cuando Cubango com uma centralidade”, disse, acrescentando que a centralidade do Tucuve vai contribuir para alargar o eixo da cidade de Menongue e, nesta senda, cabe ao Governo provincial estender a rede eléctrica, água potável e as infra-estruturas rodoviárias.

O director nacional da Habitação, Adriano dos Santos da Silva, disse que as distintas fases incluídas no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação para a construção de centralidades e a falta de recursos financeiros estão na base da chegada tardia no Cuando Cubango de projectos habitacionais do género. Está prevista a construção de centralidades nas províncias de Malanje, Cunene, Cuanza-Norte e Zaire

A Imogestim prevê, no terceiro trimestre deste ano, proceder à venda dos imóveis na cidade do Lubango (Huíla), onde existem 854 residências, no Lobito, com três mil, na Praia Amélia, na província do Namibe, com duas mil casas, no Luhongo (Benguela), com duas mil, na Baía Farta (Benguela), com mil casas, e “5 de Abril”, no Namibe, com duas mil. Para os projectos de Benguela, Namibe e Zango Oito Mil, as vendas estão condicionadas ao início e conclusão das infra-estruturas externas.

6.8 Cidade de Ondjiva tem nova centralidade

Jornal De Angola

22 De Julho de 2022

Texto: Elautério Silipuleni

A centralidade de Ondjiva, baptizada com o nome do primeiro bispo da Diocese do Cunene, Dom Fernando Guimarães Kevanu, foi inaugurada, quarta-feira, pelo ministro da Defesa e Veteranos da Pátria, João Ernesto dos Santos “Liberdade”.

O acto, marcado com a entrega de quatro chaves simbólicas, dos primeiros 484 apartamentos, é parte da primeira fase do projecto habitacional, que prevê a construção de mil apartamentos, em edifícios de quatro pisos e moradias geminadas, todas da tipologia T3, erguidas numa reserva fundiária do Estado, localizada no bairro Ekuma na cidade de Ondjiva.

A centralidade, erguida em oito meses, numa área total de 21 hectares, conta com equipamentos sociais urbanos, entre os quais duas escolas, uma do ensino primário, com 24 salas, e outra do I ciclo do ensino secundário, com 12 salas, um centro médico, um

jardim infantil e duas quadras desportivas, assim como uma estação de tratamento e distribuição de água e uma esquadra de polícia.

João Ernesto dos Santos acredita que a centralidade vai permitir aos funcionários, públicos e privados, antigos combatentes e a população realizar “o sonho da casa própria”.

À semelhança de outras províncias, disse, o Cunene conta com várias obras, erguidas para conferir maior conforto e dignidade às populações da província. “A construção destas cidades modernas são fundamentais, em especial nas localidades que no passado foram muito afectadas pelo conflito armado”, justificou.

Aos futuros beneficiados, João Ernesto dos Santos pediu um maior cuidado na preservação dos apartamentos, assim como das demais infra-estruturas. “Há muitos outros projectos a serem implementados no Cunene, como o Canal do Cafu. A vida da população, residente ao longo do canal, tem vindo a renascer com a actividade agrícola e a pastorícia, antes inexistentes devido à seca severa”, frisou.

A governadora do Cunene, Gerdina Didalelwa, considera a construção da centralidade essencial para diminuir a escassez

Todo o país

O secretário de Estado para o Ordenamento do Território, Manuel Molares d’Abril, disse que numa primeira fase são beneficiados 484 moradores, mas o processo de entrega das residências segue à medida que forem concluídas as restantes.

Centralidades semelhantes, referiu, estão a ser construídas em várias províncias do país, com base no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, em execução desde 2009, “para evidenciar a capacidade do Executivo de ordenar e transformar o território em cidades resilientes, inclusivas e ambientalmente acolhedoras da qualidade de vida”.

O objectivo da construção das centralidades a nível do país, afirmou, é reduzir o défice de habitações e a grande procura.

Beneficiários

Avelina Lileimo, de 66 anos de idade, antiga combatente e veterana da pátria, é das beneficiadas desta primeira fase. A nova centralidade, disse, é o reconhecimento do Executivo angolano ao esforço que deu em prol do país. “Esperei muito por este momento”, destacou.

Outra contemplada foi a funcionária pública, Stela Sanda, para quem foi a realização de um sonho. Com 31 anos, a residir em Ondjiva, numa casa arrendada, acredita que as condições de vida venham a melhorar significativamente. "Nunca pensei que um dia fosse viver numa centralidade", disse.

6.9 Conheça as 10 reformas para a melhoria do ambiente de negócios

Jornal Economia e Finanças
22 De Julho de 2022

Abertura de empresas Simplificação dos procedimentos e redução dos custos são os destaques neste domínio ligado à abertura de empresas, graças à introdução de plataformas electrónicas no Guiché Único da Empresa, que permitem um conjunto de facilidades, nomeadamente, a constituição online de todos os tipos de sociedades comerciais, a disponibilização em tempo real da denominação da empresa e das publicações do Diário da República.

Estas reformas, que provocaram uma "revolução digital", traduziram-se na redução dos procedimentos, tempo e custo de constituição, porque, além de se adoptar o Formulário Único em substituição de vários formulários, suprimiu-se também o requisito de Legalização do Livro de Actas das Sociedades junto da Conservatória do Registo Comercial, a Certidão de Registo Estatístico, o Alvará Comercial para Actividade de Baixo Risco e a obrigatoriedade de publicação do anúncio da criação de novas sociedades comerciais no Boletim Oficial (Diário da República).

Pagamento de impostos

Pagamento de imposto foi a área em que se executou o maior número de reformas, registadas nos últimos dois anos, com destaque para as reduções das taxas do IRT (Imposto Sobre o Rendimento de Trabalho), de 15 para 6,5 por cento para o grupo B-, do IRC, bem como do imposto industrial, de 30 para 25 por cento.

Destaque também para a aprovação, sob a Lei 28/20 de 22 de Julho, do código QO Imposto Sobre o Rendimento de Trabalho, que oferece a possibilidade de os contribuintes - do grupo B e C - que não têm contabilidade declararem de forma simplificada os seus rendimentos.

O Regime Jurídico da Auto facturação estabelece regras aplicáveis à emissão de facturas/recibos por parte do comprador, em substituição do seu

fornecedor de bens ou prestador de serviços, no caso de este último ser uma pessoa singular sem capacidade para o fazer. A medida é admissível a entidades com residência fiscal em Angola, com contabilidade organizada e que comprem no país produtos provenientes da agricultura, avicultura, pescas, pecuária, apicultura e silvicultura.

(O Decreto que entrou em vigor a 16 de Agosto de 2020 vigorará até 31 de Dezembro de 2022-08-02

Registos de propriedade A redução de 91 por cento das taxas, para a obtenção de Certidão de Registo Predial são uma das principais alterações. Por exemplo, até há cerca de um ano, por uma casa avaliada em kz 10.000.000 pagava-se 214 mil kwanzas ao Cartório Notarial, kz 3~3 mil ao Registo Predial e 5 mil pela certidão. No total, perfaz 543 mil kwanzas a que se deve acrescentar os 2,0 por cento do Imposto Predial.

Agora, paga-se pelos mesmos serviços apenas um total de 50 mil kwanzas, sendo 25 mil no cartório e 25 mil no Registo Predial, o que significa uma redução de 91 por cento.

Para se obter o Título de Concessão de Terra, paga-se somente kz 25 mil pelo registo.

Além disso, foram concluídas outras medidas: a implementação da plataforma digital de comunicação interna da Administração Pública SIRP (Sistema Integrado de Registo Predial) na Conservatória do Registo Predial com ligação ao Notário; a implementação do portal que disponibiliza a Certidão de Registo Predial, online <http://www.servicos.minjusdh.gov.ao/outros-servicos-aocidadao/54/registo-predial-certidao-online>; a implementação da página de reclamações sobre o Registo de Propriedade de Imóveis no portal (www.sepe.gov.ao) e a disponibilização na Internet da estatística dos imóveis <http://sirp.snicqr45.org/estatistica>.

O resultado dos esforços é aliciante, com a redução de procedimentos de seis para dois, bem como o tempo de emissão da Certidão Predial e Registo de Propriedade: que diminui de 30 dias para escassas horas (excepto nos casos de alguma complexidade ou casos de cuja propriedade seja de uma entidade privada).

Acesso à electricidade

As reformas neste domínio estão relacionadas com a simplificação do número de procedimentos - de 7 para 5 - e a redução do tempo para estabelecer uma nova ligação em Média e Alta Tensão, de 120 para 45 dias.

Outro destaque da reforma desta área é a criação do "Guiché Único para obtenção de Electricidade".

A implementação promoveu a brevidade e celeridade no atendimento, bem como a disponibilização de informação prévia. E também a redução dos custos de ligação à rede, com a inserção e definição dos conceitos sobre o uso exclusivo e partilhado na relação comercial entre o requerente e o distribuidor (ENDE, ED).

Execução de contratos

Os casos de obras literárias, desenho industrial e marcas - todos registados - publicados, utilizados ou fabricados por terceiros, sem autorização autoral, passam a ser julgados no Tribunal da Comarca de Luanda, numa sala de especialidade para julgamento de casos relativos a comércio, questões societárias e de propriedade intelectual e industrial.

A sala, inaugurada em 2021, contém um programa de gestão de processos (casos), utilizado em Portal: <https://sisdpi.co.ao/sigajus>.

A sala pode igualmente tratar de casos em que esteja em causa o exercício de direitos sociais, como os dos membros de cooperativas ou de associações, ou até desentendimentos entre sócios de uma sociedade. São medidas determinantes para dar confiança aos empresários, investidores e credores.

Regime das insolvências Promulgada e publicada em Diário da República a 12 de Abril de 2021, a nova Lei sobre o Regime Jurídico de Recuperação das Empresas e da Insolvência veio permitir a recuperação mais rápida das empresas por via de um quadro legislativo que salvaguarda os credores, os devedores e as empresas, em geral, mesmo quando estejam a atravessar dificuldades económicas. Angola era dos poucos países que não possuía um regime legal autónomo sobre esta matéria. Por exemplo, as questões ligadas a um processo de insolvência e falência eram sintetizadas no Código de Processo Civil procedimento que já não se adequa à actual realidade socioeconómica do país.

Comércio internacional

A Implementação da Plataforma Integrada do Comércio Externo (PICE) veio conferir maior celeridade, simplificação de procedimentos e redução da burocracia na solicitação de licenciamento de importação e exportação. Desde 26 de Abril de 2021 que a submissão de pedidos de licenciamento passou a ser feita na PICE, através do endereço <http://pice.gov.ao>.

Ainda neste domínio, houve um avanço significativo na redução de custos em 50 por cento da certificação de embarque das mercadorias de importação e isenção das mercadorias de exportação. O decreto presidencial 189119, de 12 de Junho de 2019, impôs uma redução de 10 % por cento da Taxa de Utilização do Porto (TUP) cobrada pela carga para exportação.

Para se reduzir a burocracia, foram eliminados o Atestado de Verificação na importação, o Certificado Fiscal durante o processo de exportação, o pagamento da emissão de certificados de embarque relativos a mercadorias destinadas à exportação e o requisito de apresentação dos recibos do terminal durante o processo import/export.

Licença de construção Sabendo-se que a ausência de planos directores municipais e de urbanização é responsável pela demora das análises dos projectos para licenciamento. As obras de pequeno porte, nomeadamente, as de habitação uni familiar e as de outros edifícios até quatro pisos (três andares) foram descentralizadas para a tutela do município.

E ainda para melhoria do ambiente de negócios nessa área específica, tornou-se dispensável a obrigatoriedade de licença ambiental para construção de estruturas simplificadas (edifícios com menos de quatro pisos), de acordo com a aprovação da legislação ambiental em acesso ao crédito

Neste domínio, o destaque vai para um conjunto de reformas jurídicas, em curso, para reduzir a burocracia no acesso ao crédito e de medidas para maior protecção dos depositantes. Uma das reformas consta da Lei sobre o Regime Jurídico de Garantias Mobiliárias e Registo de Garantias. Este decreto permite que sejam apresentados aos credores, como garantia de crédito, bens móveis não sujeitos a registo de propriedade, sob condição de serem alienáveis, isto é, vendáveis - só para exemplificar: jóias, máquinas e equipamentos industriais. Até agora, neste quesito, era aprovada apenas a apresentação de bens móveis sujeitos a registo de propriedade, como automóveis, aeronaves, embarcações e participações sociais. Destaque também para o alargamento da Central de Informação e Risco de Crédito (CIR 3.0), BAI, começam animar o referido mercado que, aliás, já tem em curso o processo de listagem de, pelo menos. Mais três empresas a serem privatizadas em leilão em bolsa.

6.10 Centralidade do Bucula já tem 100 apartamentos

Jornal de Angola

23 De Julho de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

Os primeiros 100 apartamentos do tipo T3, incorporados em edifícios de três pisos, na Centralidade do Bucula, localizada a cerca de quatro quilómetros de Caxito, foram, na quinta-feira, colocados à disposição do Governo Provincial do Bengo.

Os apartamentos, entregues pelo ministro das Obras Públicas e do Ordenamento do Território, Manuel Tavares, à governadora do Bengo, Mara Quiosa, possuem, além de três quartos, sala comum, cozinha, duas casas de banho e varanda.

Em declarações à imprensa, após a abertura do II Conselho Consultivo e acto de entrega da primeira fase das obras da nova Centralidade do Bengo, o ministro Manuel Tavares disse que os apartamentos garantem melhores condições de habitabilidade à população.

Sublinhou que, no domínio da habitação, o ministério das Obras Públicas e do Ordenamento do Território teve grande desempenho nos últimos cinco anos (2017/2022), tendo em conta que foi possível concluir 14 centralidades, como as do Zango 0 e Zango 5, em Luanda, Baía Farta, Luhongo e Lobito (Benguela), Andulo (Bié), Quibaúla (Cuanza-Sul), Caála e Halavala (Huambo), Quilemba (Huíla), 5 de Abril e Praia Amélia (Namibe), Luena (Moxico) e Quilomoço (Uíge), que permitiram a disponibilidade de 39.051 unidades habitacionais.

O ministro Manuel Tavares explicou que na Centralidade do Cunene já estão disponíveis 500 apartamentos de um total de mil, enquanto nas do Bié, Moxico, Malanje e Cuanza-Norte as obras caminham para a fase conclusiva. Destacou que, nesta altura, estão a ser entregues apartamentos na Centralidade do Zango 0.

Os apartamentos, entregues pelo ministro das Obras Públicas e do Ordenamento do Território, Manuel Tavares, à governadora do Bengo, Mara Quiosa, possuem, além de três quartos, sala comum, cozinha, duas casas de banho e varanda.

Em declarações à imprensa, após a abertura do II Conselho Consultivo e acto de entrega da primeira fase das obras da nova Centralidade do Bengo, o ministro Manuel Tavares disse que os apartamentos

garantem melhores condições de habitabilidade à população.

Sublinhou que, no domínio da habitação, o ministério das Obras Públicas e do Ordenamento do Território teve grande desempenho nos últimos cinco anos (2017/2022), tendo em conta que foi possível concluir 14 centralidades, como as do Zango 0 e Zango 5, em Luanda, Baía Farta, Luhongo e Lobito (Benguela), Andulo (Bié), Quibaúla (Cuanza-Sul), Caála e Halavala (Huambo), Quilemba (Huíla), 5 de Abril e Praia Amélia (Namibe), Luena (Moxico) e Quilomoço (Uíge), que permitiram a disponibilidade de 39.051 unidades habitacionais.

O ministro Manuel Tavares explicou que na Centralidade do Cunene já estão disponíveis 500 apartamentos de um total de mil, enquanto nas do Bié, Moxico, Malanje e Cuanza-Norte as obras caminham para a fase conclusiva. Destacou que, nesta altura, estão a ser entregues apartamentos na Centralidade do Zango 0.

6.11 Mais de 15 mil casas construídas na Matala

Jornal de Angola

26 De Julho de 2022

Texto: Arão Martins

Mais de 15 mil casas foram construídas de 2012 a 2022, na sede municipal da Matala, 180 quilómetros a Leste da cidade do Lubango, província da Huíla, no âmbito do programa de autoconstrução dirigida. O administrador municipal da Matala, Miguel Vicente, que prestou a informação ao Jornal de Angola, à margem do lançamento da primeira pedra para a construção da nova Administração Municipal, feita pelo governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala, disse que foi na sequência do programa de autoconstrução dirigida que surgiram os bairros Muvale, Cahululu e 11 de Novembro.

Segundo Miguel Vicente, durante o período em referência, a Administração Municipal distribuiu mais de 15 mil lotes de mil metros quadrados cada, onde foram criadas condições para o abastecimento de água potável e fornecimento de energia eléctrica, postos médicos e centros de saúde, escolas e outros serviços sociais básicos, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Garantiu que o projecto de loteamento vai continuar, para que mais pessoas tenham a oportunidade de construir as suas moradias em locais seguros.

"O plano gizado visa criar zonas de habitação condigna, respeitando os princípios da arquitectura sustentável, com espaços de lazer, cortinas de vento, área académica, administrativa e residencial", sublinhou Miguel Vicente, acrescentando que a organização e crescimento da sede municipal enquadram-se no plano director, que prevê dividir a sede municipal da Matala em três partes: cidade alta, que corresponde à zona de Cahululu e Muvale e a baixa, que abarca a vila actual até ao bairro 11, onde começa a marginal, enquanto a cidade económica estende-se para os viveiros e uma parte do bairro Camucua.

Adiantou que, a zona económica, que será o cartaz da cidade, começa na Marginal, passando pelo Miradouro da Barragem, e terá área de actividades festivas do município e carnaval, expo e condomínios (edifícios multifamiliares), de até quatro andares.

Novo edifício da administração

Mais de 681 milhões de kwanzas é o valor que o Governo Provincial da Huíla está a empregar na construção do novo edifício da Administração Municipal da Matala.

O administrador municipal, Miguel Vicente, disse que, através do Decreto Presidencial 202, houve um aumento de direcções municipais e a actual Administração Municipal não tem capacidade para acolher o número de funcionários.

A Matala, citou, tem mais de 335 mil habitantes e justifica-se a construção da Administração Municipal, projectada na zona urbanística de Cahululu, que vai, além de dinamizar o atendimento ao público, dar dignidade aos funcionários.

Acrescentou que as obras vão durar oito meses e que o edifício vai ser construído numa área de três hectares. Explicou que o novo edifício da Administração Municipal da Matala vai ter dois andares e está a ser construído na nova zona urbanística, que acolherá, também, o Tribunal Municipal da Comarca, futuro edifício das autarquias, Administração Geral Tributária, Comando Municipal da Polícia Nacional. No mesmo perímetro já foi construído um liceu.

Obras do PIIM

O município da Matala concluiu com sucesso os 23 projectos do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com a inauguração de duas escolas, de sete salas cada, uma na sede municipal e outra na localidade de Cacimbas, comuna de Micosse, pelo governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala.

O administrador Miguel Vicente explicou que, das obras do PIIM, destaque para a colocação de asfalto nas ruas do casco urbano da sede municipal da Matala, reabilitação do centro de saúde, na comuna do Mulondo, terraplanagem do troço que liga Cuvelai a Freixiel e construção de cinco escolas de sete salas de aula cada.

Miguel Vicente mostrou-se satisfeito com a admissão de professores, nos últimos tempos, fazendo com que o número subisse para 1.400. Adiantou que, nos próximos tempos, vai haver mais admissão de professores. "Nenhuma escola está fechada por falta de professores", garantiu.

6.12 Mulheres bombeiras reforçam o Banco de Leite

Jornal de Angola

26 De Julho de 2022

Texto: Edna Mussalo

Um total de 20 mulheres, afectas ao serviço de Protecção Civil e Bombeiros, reforçaram, ontem, em Luanda, o Banco de Leite Humano (BLH), com uma acção de doação, enquadrada na Semana do Aleitamento Materno.

O acto, realizado no BLH, na Maternidade Lucrecia Paim, em Luanda, contou, também, com uma exposição de fotos de mães e bebés beneficiários.

A coordenadora do BLH, Elisa Gaspar, disse que o banco já atendeu mil e quarenta duas mulheres, tendo sido beneficiados um total de mil e quarenta e cinco bebés.

O Banco de Leite Humano, da Maternidade Lucrecia Paim, passou a contar com a colaboração das mulheres bombeiras, durante a pandemia da Covid-19, quando houve uma redução do número de dadoras.

"Todas vezes que realizamos este processo há um prévio trabalho de formação sobre os procedimentos de colheita, armazenamento e conservação do leite humano", adiantou, acrescentando que, no passado, alguns integrantes da corporação receberam uma formação especial sobre aleitamento no Brasil.

A selecção das dadoras, explicou, pode começar no pré-natal, quando as gestantes acorrem à Maternidade Lucrecia Paim. "Geralmente são feitas análises para ver se o leite doado é seguro. O BLH não recebe doações de mães com moléstias infecto-contagiosas, usuárias de drogas ou em tratamento de quimioterapia, radioterapia, ou mesmo em

desnutrição”, disse, além de explicar que toda a mulher pode dirigir-se à Maternidade e receber orientações sobre a condição de uma dadora

6.13 Preços dos materiais de construção aumentam e gestores falam em escassez

Jornal Expansão

29 De Julho de 2022

Texto: Martins Chambassuco

Entre Junho de 2021 e Junho de 2022, os preços dos materiais de construção cresceram 20,7%, indicam os dados do Índice de Preços dos Materiais de Construção (IPMC) divulgados esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Contas feitas e com base nos dados do INE, durante o período em referência o indicador apontou para uma evolução inflacionista dos preços que saiu de uma base de referência de 146,2 em finais de Junho do ano passado, para um valor de 176,5 em Junho de 2022.

Os operadores falam da escassez de materiais de construção no mercado porque grande parte dos fornecedores afastou-se de Angola na sequência da recessão e da crise no sector.

O INE indica no seu relatório sobre a evolução do mercado da construção civil que as vendas dos materiais de construção, no mês de Junho, registaram um aumento de 0,3% face ao mesmo mês do ano anterior. Em termos homólogos, entre os grupos de materiais de construção, a madeira e o contraplacado registaram o maior aumento nos preços com 27,8%, seguidos pelas vigas, vi gotas e ripas com 25,8% e o aço e alumínio com 23,2%.

Quanto ao peso no índice, os grupos que mais contribuíram na variação do IPMC do mês de Junho são o aço e areia com 0,1 pontos percentuais (pp).

Os industriais das empresas de materiais de construção indicam também que a maior procura que se regista no mercado tem impulsionado a marcha inflacionista dos materiais de construção.

Por outro lado, a implementação do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) parece ter animado o sector da construção. Os operadores reconhecem que também há cada vez mais exportações dos materiais de construção, mas reconhecem que o cepticismo vai baixando, antecipando uma conjuntura económica mais

positiva. No entanto, persiste a falta de novas encomendas ou carteiras de obras.

Nos últimos sete anos, a construção foi o sector que mais sofreu com a crise económica, obrigando muitas empresas a encerrar as portas, situação que ajudou a disparar o desemprego no País. O sector da construção, em Angola, antes de 2014, era um dos mais dinâmicos ao nível da criação de empregos devido ao 'boom' propiciado pelos investimentos públicos e pela ideia do "canteiro de obras" associada à reconstrução nacional depois do fim do conflito, em 2002.

Vinte anos depois, os empresários da construção garantem que apesar da ligeira recuperação, se no passado o problema era a falta de divisas para importar os materiais, hoje o problema reside na redução de fornecedores dos produtos de construção.

Mercado desequilibrado

Na avaliação da Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPA) e da Associação Industrial de Angola (AIA), o mercado está desequilibrado. Os poucos fornecedores que ainda sobrevivem estão a aproveitar o momento para aumentar os preços e as margens de lucro. Os aumentos registados, de acordo com as duas associações empresariais, reflectem a falta de controlo no mercado dos materiais de construção.

Também a produção de insumos para a construção registou uma grande quebra no ano passado e isso agravou a desaceleração da actividade no sector. A AECOPA avança que muitas fábricas fecharam, outras conseguiram aguentar-se mas com dificuldades.

Apesar da retoma de algumas obras, esta melhoria não é ainda suficiente para permitir que as indústrias aumentem a produção local, até porque algumas das grandes construtoras estão com problemas de funcionamento devido à pressão do sistema judicial sobre os accionistas. O sector da construção civil e obras públicas é um dos mais afectados também pelos constantes atrasos nos pagamentos devidos pelo Estado.

7. TERRA

7.1 Desapossamento de terras dos Camponeses em Angola

Jornal Expansão
8 De Julho de 2022

Ora, assevera o art. o 6 da Constituição da República de Angola que " O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade, devendo respeitar e fazer respeitar as leis ",

A verdade, porém, indiscutível, é que pouco ou muito pouco tem sido feito para se garantir a posse de terras de camponeses. Relatos de desapossamento de terras de camponeses por toda a Angola, fazem já parte do nosso quotidiano, sem que se conheça uma reacção enérgica por parte dos detentores dos meios de constrangimentos públicos, de modo a inibir os esbulhadores a lavrar neste tipo de actos que são reprováveis não apenas do ponto de vista ético, moral ou religioso, mas também legal, cuja gravidade merece sanção não apenas civil, mas também criminal.

A expressão popular " A terra é de quem trabalha", confere respaldo moral a posse dos camponeses na medida em que sendo a terra um bem, ela está, como os demais bens, ao serviço dos homens e das suas necessidades.

Assim, se o Estado respeita a propriedade privada, como se diz no art. o 14 da Constituição da República de Angola, deve também respeitar e fazer respeitar os mantimentos de toda espécie resultantes do processo produtivo dos camponeses, cuja actividade deve merecer por parte da comunidade, no seu todo, o mesmo respeito que se confere às outras actividades produtivas.

O campesinato enquanto actividade produtiva não deve ser vista como actividade de pequena monta, praticada por cidadãos de menor importância legal. Não pode!

O assenhoreamento de determinado lote de terra ou parcela de terreno, para fins agrícolas, ainda que despida de documento passado por entidades administrativas, deve merecer respeito por parte de todos.

Por outras palavras, sendo a posse um direito com consagração no nosso ordenamento jurídico, que se traduz no assenhoreamento de um determinada coisa imóvel, extraindo-se dela as devidas utilidades económicas, não é de se admitir que se confunda esse

direito, com outro também presente na nossa constituição, em que se afirma que a Terra é propriedade originária do Estado.

Ou seja, apesar da terra ser propriedade originária do Estado, apesar deste princípio merecer consagração constitucional, não se quer com isso dizer que qualquer administrador comunal ou municipal, que qualquer governador provincial tem legitimidade para desapossar um camponês de suas terras, com a leviandade que se tem visto nos nossos dias, com o argumento de que a terra é propriedade originária do Estado.

A posse é um direito real, absoluto, peremptório, impõem-se " erga omnes " obrigando todos os membros da comunidade a absterem-se da prática de qualquer acto que cerceie o exercício do direito possessório por parte do seu titular, ainda que se trate de um camponês.

A Lei de Terras e os diplomas que gravitam em torno dele prejudicam e de que maneira os direitos dos camponeses na medida em que não atribuem aos camponeses a possibilidade de recorrer a meios céleres para a efectivação da protecção dos seus direitos.

Tempos houve em que o desapossamento de terras de camponeses era equiparado à introdução em casa alheia, que, como se sabe, era crime- não sabemos se ainda é o que quer dizer que os camponeses podiam apresentar queixa- crime junto da "Polícia Judiciária", caso algum esbulhador tentasse se apossar de suas terras.

Atento a dificuldade que o Estado Angolano tem vivenciado para cadastrar os terrenos, quer nas zonas urbanas, periurbanas ou rurais, o aprofundamento de estudos em volta dessa figura jurídica, - a posse- por parte das diversas faculdades de direito existentes no nosso sistema de ensino, assim das instituições com interesses sobre essas matérias, como o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ministério da Administração do Território, Governos Provinciais e até mesmo da Procuradoria-Geral da República serviria de alento para a protecção dos interesses dessa importantíssima classe social a quem cabe a missão de produzir os bens alimentares de que nós cidadãos precisamos para a nossa subsistência.

7.2 Cinquenta jovens no Lucala recebem terras para o cultivo

Jornal de Angola

26 De Julho de 2022

Texto: André Brandão

Cinquenta jovens do município do Lucala, na província do Cuanza-Norte, beneficiaram de 29 hectares de terra destinados à produção agrícola, no quadro do Projecto Agro-Jovem, inserido no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2018-2022). Na aldeia do Coio, em cerca de dez hectares de terras já se deu início ao cultivo, enquanto na localidade de Mataba Dondo começou a desmatação de cerca de nove hectares.

Numa visita de constatação do arranque dos trabalhos na localidade de Mataba Dondo, a administradora municipal do Lucala, Maria Mafuta, afirmou que acções semelhantes estão a ser feitas na localidade da Kilessa, maior zona de produção agrícola no município, onde serão cultivados dez hectares de terra.

Assegurou que a Administração Municipal disponibilizou, igualmente, máquinas para o êxito dos objectivos do projecto, que passa pela promoção da empregabilidade e incentivar os jovens a envolverem-se mais nas actividades produtivas que geram renda, focando-se na prática da agricultura.

A administradora acrescentou que a lavoura na sua municipalidade tem sido o caminho para minimizar o problema do desemprego no seio juvenil, através de iniciativas empreendedoras e de redução da pobreza. "Existem muitos jovens envolvidos em cooperativas no município, que contam com o apoio da Administração Municipal na criação e legalização das cooperativas, cedência dos títulos de superfície, bem como no acesso às sementes, fertilizantes e meios mecânicos", avançou.

De acordo com o director do Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, Manuel Fernando Domingos, o Programa Agro-Jovem na província contempla cerca de 900 jovens, 90 para cada município, com 120 hectares de terras para cada zona de cultivo.

Acrescentou que o Agro-Jovem está destinado à produção agrícola, avicultura e piscicultura. Garantiu que o financiamento é da responsabilidade das administrações.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Luanda ainda vai esperar por mais três anos pela solução do défice de água potável

Novo Jornal

1 De Julho de 2022

Texto: Euclides Seia

A problemática de limitações no fornecimento de água potável na capital deverá estar resolvida apenas dentro de três anos, quando se der por concluída a construção das duas estações, cujas obras se devem iniciar ainda neste ano, revelou o porta-voz da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) ao reagir, em declarações ao Novo Jornal, ao facto de a capital do País, durante o mês de Junho, se ter visto fortemente limitada no fornecimento do líquido precioso, devido a uma avaria no sistema de distribuição do cassaque.

Vladimir Bernardo, que sublinha, entretanto, o facto de a avaria ter sido "prontamente superada no dia 24", garante que a materialização dos projectos Bitá, que irá produzir e distribuir 256 mil metros cúbicos de água por dia de água por dia, e do Quilonga Grande, que será capaz de bombear 500 mil metros cúbicos, permitirá corrigir o défice de água que Luanda vive hoje.

As referidas obras, que devem ter início ainda neste ano, embora o mês ainda não esteja efectivamente definido, terão a duração de 36 meses, ou seja, serão concluídas apenas em 2025.

"Para além de envolver processos de captação e tratamento, o projecto obriga também à construção de novos Centros de Distribuição (CD) de água e novas ligações domiciliárias", diz o responsável, adiantando que o plano do Bitá, por exemplo, irá cobrir a zona sul e sudeste, fundamentalmente os municípios de Belas, ao passo que o projecto do Quilonga Grande cobrirá a parte leste e norte de Luanda, designadamente os municípios do Icolo e Bengo, Cacuaco e Viana.

O porta-voz da EP AL garante que o financiamento para a execução destes projectos hidrográficos "está assegurado".

Contudo, diz Vladimir Bernardo, enquanto se espera por uma solução definitiva, para estancar o défice de produção e distribuição de água potável na capital, a EPAL minimiza a situação com a ampliação da fase 3 da Estação de Tratamento do Candelabro, no

Kifangondo, que passa a contar com mais 90 mil metros cúbicos de água por dia, elevando os actuais 120 para 210 mil metros cúbicos.

O homem de comunicação da Empresa Pública de Águas de Luanda diz que, actualmente, a estrutura tem capacidade de produção e distribuição que chegam aos 30 mil metros cúbicos de água por dia, quantidade que o próprio técnico admite não ser suficiente para responder à procura do chamado 'líquido precioso' na província. Luanda, apesar de contar com 14 Estações de Tratamento de Água (ETA) e 32 Centros de Distribuição (CD), precisa de mais de um milhão de metros cúbicos para estancar a escassez.

Falta de água em Luanda: uma escassez que ainda faz moossa

Em Junho, vários bairros de Luanda, da periferia aos distritos urbanos, viram-se privados do fornecimento normal de água, o que levou a capital a ser tomada por longas filas de bidões amarelos, motorizadas de tês rodas transportando pipas, assim como uma frenética procura por camiões cisternas

Aliás, embora o porta-voz da Empresa Pública de Águas de Luanda assegure que o problema foi ultrapassado a 24 de Junho, sexta-feira da semana passada, o Novo Jornal, nesta semana, ainda flagrou casos que comprovam o contrário

Por exemplo, no Camama, município de Talatona, em zonas onde normalmente corre água potável há cidadãos a gastar entre 20 e 30 mil kwanzas na compra de um camião-cisterna de 10 mil litros. Noutras zonas, como no distrito da Samba, o preço de um simples bidão de 20 litros disparou de 50 para até 200 Kz.

8.2 Construção de barragem é lançada hoje na Cahama

Jornal de Angola

6 De Julho de 2022

Texto: Elautério Silípuleni

As obras vão durar 24 meses e têm como empreiteiro a empresa Engevia, Engenharia e Construções. O orçamento é de 284,41 milhões de dólares, a serem financiados pela empresa GEMCORP.

O Ministério da Energia e Águas procede, hoje, na localidade da Cova do Leão, ao lançamento da primeira pedra para a construção da barragem com o mesmo nome, a partir do rio Caculvale, município da Cahama, província do Cunene, no âmbito dos

Projectos Estruturantes de Combate aos Efeitos da Seca (PCESSA), no Sul do país.

Segundo uma nota de imprensa do Ministério da Energia e Águas a que Jornal de Angola teve acesso, o projecto a ser construído na margem direita do rio Cunene, é uma iniciativa integrada no conjunto de acções prioritárias do Governo angolano, através do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos, sob gestão e monitorização do Gabinete para a Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai (GABHC).

Denominado Cunene 8, o projecto corresponde aos lotes 7, 8 e 9 e contará com um volume útil estimado em 25,2 milhões de metros cúbicos de água, 17 metros de altura do barramento, quatro metros de largura na crista e 844 metros de comprimento. Vai abastecer os municípios da Cahama e Curoca e estima-se atender perto de 240 mil pessoas e 30 mil cabeças de gado.

Estão igualmente previstas 17 mil ligações domiciliárias, mais de 250 chafarizes, irrigação de uma área de aproximadamente 75 hectares, nos municípios da Cahama e Curoca e garantir mais de 1.400 empregos.

Os trabalhos prevêem um conjunto de acções que vão desde a construção de um sistema de abastecimento de água às comunas sede da Cahama e de Otchinjau, assim como a reabilitação de nove represas.

No município do Curoca, está prevista a execução de um sistema de abastecimento de água em Oncôncua, baseado no aproveitamento de furos artesianos existentes, bem como a realização de novas captações subterrâneas.

De acordo com a nota, para além de levar água às comunidades, o projecto vai, também, permitir mitigar os graves problemas actuais decorrentes da seca extrema e, deste modo, inverter o ciclo crescente de êxodo populacional, o risco de insegurança alimentar, entre outros.

O documento conclui que, com esta iniciativa, o Executivo levará, não apenas água, mas também esperança para a população da margem direita do rio Cunene, nomeadamente dos municípios

8.3 Água potável chega a sete mil casas da periferia do Luena

Jornal de Angola

9 De Julho de 2022

Texto: Kapalo Manuel

Cerca de sete mil habitações de 19 bairros periféricos da cidade do Luena, província do Moxico, vão beneficiar de ligações de água potável, com a entrada em funcionamento de um sistema de distribuição.

O presidente do Conselho da Administração (PCA) da Empresa Pública de Água e Saneamento (EPAS), Eurico Jorge, explicou que o sistema faz parte do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA).

Neste momento, a cidade do Luena é suportada por dois subsistemas de captação, tratamento e distribuição de água, a partir dos rios Lumege e Luena, com uma capacidade instalada de 800 metros cúbicos por hora.

O PCA da EPAS/Moxico referiu que os bairros periféricos da cidade do Luena foram contemplados com chafarizes comunitários, mas, devido às acções de vandalismo, alguns desses equipamentos deixaram de funcionar.

"São projectos que se enquadram nas linhas de força do PNDSA, com o objectivo de estender todos os serviços do fornecimento de água à população", salientou Eurico Jorge.

Afirmou que estes projectos estão em curso, desde Setembro do ano passado, e previsão de duração das obras é de três anos. Neste momento, os trabalhos estão em 30 por cento de execução física.

O PCA explicou que os trabalhos, nesta segunda fase, incidem sobre ligações domiciliárias, colocação de contadores e elaboração dos contratos.

Em relação aos restantes municípios da província, Eurico Jorge afirmou existir um nível de investimento muito baixo, com alguns pequenos sistemas de distribuição que não satisfazem as necessidades da população destas localidades.

Para resolver tais dificuldades, o responsável garantiu que está em curso cinco projectos estruturantes a nível das sedes dos municípios de Camanongue, Léua, Cameia, Luau e Alto Zambeze.

"As obras já tinham iniciado, mas, por falta de financiamento, foram paralisadas, tendo em conta que o orçamento que devia atender estes projectos era bastante avultado", disse.

O responsável disse tratar-se de projectos convencionais e garantiu que, neste ano, os trabalhos vão ser retomados em, pelo menos, dois municípios e, posteriormente, dar-se sequência de cobertura a todas as sedes municipais.

Além destes sistemas de maior dimensão, Eurico Jorge assegurou que, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), existem outros projectos que estão a dar cobertura, através de pequenos sistemas de fornecimento de água para mitigar a situação actual.

"Pedimos a colaboração da população consumidora, porque a empresa tem uma gestão financeira autónoma para que os serviços sejam melhorados. É preciso que os munícipes cumpram com a sua obrigação contratual, sendo que a água não tem preço mas tem custos", rematou o PCA da Empresa de Águas e Saneamento.

8.4 Gestão de lixo é reforçada com novos aterros sanitários

Jornal de Angola

2 De Julho de 2022

Texto: Maria Cavela

A maneira de acondicionar o lixo nas cidades de Moçâmedes e Tômbwa, na província do Namibe, melhorou substancialmente com a construção de dois aterros sanitários, que possuem capacidade de armazenar 103 metros cúbicos de resíduos sólidos.

As obras, que duraram 12 meses, estão avaliadas em mais de dois mil milhões de kwanzas. Os aterros sanitários foram construídos no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com uma estimativa de gestão de 4 a 5 anos.

De acordo com o representante do encarregado das obras, o engenheiro Daniel Oliveira, "cumpre-se a primeira fase do projecto que permitiu a execução de duas células para cada aterro, sendo a de Moçâmedes com maior dimensão.

O governador provincial do Namibe, Archer Mangureira, disse, depois da inauguração dos aterros sanitários, que a concretização dos projectos resulta das constantes auscultações sobre a recolha e tratamento de lixo nos dois municípios.

Archer Mangureira sublinhou que as estruturas vão ajudar a melhorar o saneamento básico das duas cidades mais populosas da província e diminuir a aglomeração de lixo nas zonas urbanas e suburbanas.

"Os dois projectos estão associados ao Plano Lixo Zero, que tem como foco a eliminação de aglomerados de lixo, para tornar as cidades mais limpas, saudáveis e garantir o bem-estar às populações", frisou.

8.5 Plano Director de Saneamento vigora a partir do próximo ano

Jornal de Angola

10 De Julho de 2022

O Plano Director de Saneamento da Cidade do Luena vai ser implementado, a partir do próximo ano, para ajudar a transformar a imagem da capital da província do Moxico, garantiu o administrador municipal da circunscrição.

O administrador municipal do Moxico, Quintas Sempieca, explicou que a implementação do Plano Director do Saneamento vai resultar em ganhos significativos para a região e seus habitantes em vários sectores.

Com o referido projecto, disse que o sector da Saúde, com problemas transversais, vai merecer um tratamento especial, daí defender uma profunda conjugação de esforços, para que haja uma maior participação activa dos moradores.

O administrador municipal explicou que todos os bairros do Luena vão beneficiar do projecto, que será implementado em quatro fases, sendo um período para o estudo da situação actual, soluções alternativas, técnicas e avaliação de custos e das tarefas a serem executadas.

Quintas Sempieca teceu tais considerações durante a apresentação aos moradores do Plano Director de Saneamento da Cidade do Luena, num encontro promovido pela Administração Municipal do Moxico, em parceria com o Conselho de Administração da Empresa Provincial de Águas e Saneamento (EPAS).

Durante o encontro, avaliou-se a situação actual do referido plano, sua contextualização e enquadramento geral.

O PCA da EPAS, Eurico Jorge, realçou que este Plano Director também se enquadra no PDISA e conta com o financiamento do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento.

Tal acção, sublinhou o responsável, resulta de um contrato estabelecido com um consórcio português, que visa elaborar o plano de saneamento para as cidades, o que vai aumentar a capacidade no fornecimento de água potável e melhorar o saneamento e tratamento de resíduos sólidos.

8.6 Águas malcheirosas inundam Kilamba

Jornal de Angola

13 De Julho de 2022

Texto: Alberto Quiluta

Ruas dos blocos U, V, Y e X, na Cidade do Kilamba, em Luanda, estão a ser invadidas por águas pútridas, há mais de um mês, situação que preocupa os moradores.

Apesar do problema do saneamento básico precário se arrastar já faz tempo, principalmente, porque a água dos esgotos tomam conta das estradas e passeios, a Administração do Distrito do Kilamba não fez intervenções no sentido de inverter o quadro, segundo os moradores.

Enquanto isso, a força das águas malcheirosas invadem os apartamentos mais próximos dos sítios onde há corrimento, com grande incidência sobre os edifícios U-8, U-41, U42, V-22, V-23 e V-24.

Nos últimos dias, dada a quantidade de água na zona dos edifícios, os moradores estão a ser obrigados a pagar certos jovens, para estes fazerem pequenas intervenções e diminuir o impacto das águas.

A moradora Joelma Sílvia acredita que uma das causas da invasão das águas pútridas é a falta de manutenção dos esgotos. "A administração tem a responsabilidade de fazer a manutenção na rua principal, mas parece-nos tem precisado de chegarmos a este ponto para intervir e sempre tarde", desabafou.

Uamy Paulo, outro morador, com um semblante desconsolado, disse ter contactado a gestão do Distrito do Kilamba, mas sem sucesso. Por isso, apela para que haja uma intervenção da Administração Municipal do Belas.

Armando Miguel, morador do bloco A, que já vivenciou o drama dos colectores, pediu que a administração seja mais séria com a problemática do saneamento básico, um quadro que considera lastimável para uma cidade com apenas 11 anos de existência.

"O mau funcionamento dos semáforos e a segurança nas ruas são outros problemas que temos", realçou o morador. O Jornal de Angola tentou contactar a Administração do Distrito do Kilamba, para esclarecer as questões levantadas pelos moradores, mas sem sucesso.

8.7 Lixo nas ruas do Uíge com os dias contados

Jornal de Angola

13 De Julho de 2022

Texto: Valter Gomes

Os amontoados de lixo em ruas da cidade do Uíge têm os dias contados. Um concurso público para apurar as empresas operadoras que vão assegurar a recolha e tratamento de resíduos sólidos será aberto, dentro de dias, segundo a administradora municipal do Uíge.

Sónia Domingos, que falava durante um encontro com jovens de vários estratos sociais, promovido pelo Conselho Provincial da Juventude, em colaboração com o Governo Provincial, disse que estão criadas as condições para a realização de um concurso público, para a contratação de novos operadores com capacidade técnica aceitável para a recolha de lixo.

"Encontramos nos bairros periféricos da cidade do Uíge muitos amontoados de lixo, porque as cinco operadoras que recolhiam resíduos sólidos estão paralisadas, há oito meses, devido a problemas técnicos. O Governo criou condições para que esta situação seja superada o mais rápido possível", disse a administradora, que respondia as várias inquietações levantadas pela juventude sobre a deterioração do saneamento básico na cidade do Uíge.

Durante o encontro, a juventude apresentou várias sugestões e ideias que podem contribuir para a melhoria das imagens arquitectónica, saneamento e desenvolvimento social da cidade do Uíge. Entre as sugestões destacam-se a criação de uma cintura verde, arborização das ruas da cidade, melhoria da imagem das infra-estruturas e do saneamento básico.

A administradora disse ter acolhido com agrado as sugestões apresentadas pela juventude e, garantiu, as que são do domínio da Administração Municipal merecerão a pronta resposta e as outras, serão apresentadas ao Governo Provincial para a devida solução.

O encontro serviu para a juventude ouvir das autoridades tradicionais conselhos úteis.

O soba grande do Uíge, Miguel Vinco, apontou o imediatismo, uso excessivo de álcool, má alimentação, a ignorância de certas regras culturais, usos e costumes, como alguns factores que podem encurtar a vida de um cidadão. "A juventude deve abster-se de práticas negativas e acatar os ensinamentos dos mais velhos", disse a autoridade tradicional.

O soba da localidade do Tange, José Luís, aconselhou a juventude a conservar os princípios culturais e apostar na formação académica, técnica e profissional, uma vez que os jovens constituem a força motriz da sociedade.

8.8 Administração quer gestão de aterro sanitário de Ondjiva

Jornal De Angola

17 De Julho de 2022

Texto: Elautério Silipuleni

A Administração Municipal do Cuanhama pretende gerir o Aterro Sanitário de Ondjiva, nos próximos tempos, para dinamizar o funcionamento e melhorar o acondicionamento dos resíduos sólidos, disse o administrador adjunto para a Área Técnica

Cirilo Namolo realçou que a Administração de Cuanhama está à espera da resposta do Governo Provincial do Cunene, para gerir o espaço, em que se prevê a instalação de serviços de triagem e a valorização do lixo, através da reciclagem, venda dos reciclados, compostagem e incineração.

Neste momento, o aterro sanitário está a cargo do Gabinete do Ambiente e Resíduos Sólidos, mas a Administração Municipal do Cunhama acredita que tem capacidade para melhor gestão dos métodos de recolha e acondicionamento do lixo.

Cirilo Namolo realçou que a Administração do Cuanhama pretende criar um novo modelo para assegurar uma gestão eficaz do aterro, mediante o contrato de concessão, à semelhança do que acontece noutras províncias do país. O administrador adjunto considerou que a recolha do lixo na cidade de Ondjiva registou melhorias, fruto da aquisição de novos equipamentos, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Afirmou que, na medida em que a cidade cresce, a produção do lixo aumenta, o que vai exigir cada vez mais meios de recolha e acondicionamento de

resíduos sólidos. "Estamos a sensibilizar os municípios para colaborarem com a Administração, no sentido de depositarem o lixo em locais e horas apropriados, com vista a facilitar a sua recolha", disse o administrador adjunto.

O Aterro Sanitário está implantado numa área de 4,8 hectares e tem capacidade para 90 mil metros cúbicos de resíduos sólidos. O local contempla duas células, de 45 mil metros cúbicos cada, revestidas com polietileno, um elemento que serve para evitar a contaminação dos solos.

Orçado em 296 milhões de kwanzas, o aterro está sob gestão do Gabinete do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários, que carece de meios para execução eficaz, rematou Cirilo Namolo.

8.9 Elisal teve prejuízo financeiro de 273 milhões kz

Novo jornal

22 De Julho de 2022

Texto: Maurício Vieira Dias

Depois de, em 2020, ter registado lucros de quase nove mil milhões de kwanzas, a Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (ELISAL - E.P) encerrou o ano 2021 com um resultado líquido negativo de 273 milhões kz, correspondente a prejuízo de 635 mil dólares, à taxa de câmbio média do Banco Nacional de Angola' (BNA), verificou o Novo Jornal as demonstrações financeiras da entidade detida pelo Estado angolano.

Para além do prejuízo no resultado líquido, dentro das actividades operacionais, a ELISAL, que tem 'como presidente do Conselho de Administração Gonçalves Imperial, viu, em 2021, a sua dívida com fornecedores de serviços subir 466%, saindo de mais de 1,5 mil milhões kz (3,6 milhões USD), para os actuais 8,8 mil milhões (20,6 milhões USD).

Já a dívida da ELISAL com os trabalhadores quase duplicou no ano passado, estando avaliada, actualmente, em 5,7 mil milhões kz (13,3 milhões USD), contra os 2,9 mil milhões (6,9 milhões USD) de 2020.

Auditor externo coloca reservas nas contas

A Crowe, empresa que tratou da auditoria externa da ELISAL, colocou reservas nas contas da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda.

De acordo com os auditores, o sistema de controlo interno em vigor na ELISAL para garantir a

fiabilidade dos saldos indicados nas Contas a receber e a pagar "não é eficaz e não garante a validade dos saldos agregados às suas respectivas naturezas, por este motivo e porque não foram preparadas a conciliações bancárias com referência a 31 de Dezembro de 2021, não nos foi possível efectuar procedimentos alternativos de auditoria, razão pela qual não podemos concluir quanto aos saldos apresentados nas rubricas 'Contas a receber' (Activos) e 'Contas a pagar' (passivo)".

Quanto à garantia dada pela empresa no relatório de que tem disponibilidade financeira de 3,3 mil milhões kz na banca, a consultora diz que não conseguiu aferir, porque "não recebemos respostas de todos os bancos a quem foram enviados pedidos de confirmação".

Da análise da Crowe aos valores em dívida da ELISAL para com a Administração Geral Tributária (AGT), a firma concluiu que, embora a empresa tenha vindo a efectuar pagamentos, estão por pagar impostos relativos ao exercício de 2020, sendo que, segundo informações recebidas da AGT, datada de 31 de Janeiro de 2022, a responsabilidade pelos valores em mora para com esta instituição, a 31 de Dezembro de 2021, ascende a cerca de 14 mil milhões kz.

O auditor externo alerta, também, que, no decorrer do seu trabalho, constatou a existência de documentos de suporte das operações realizadas, que não cumpre com o regime jurídico das facturas e documentos equivalentes. "Não nos é possível quantificar o eventual impacto que estas situações, a verificar-se, teriam no resultado deste exercício e nos resultados de exercícios anteriores".

8.10 Luanda sem balneários públicos funcionais, munícipes urinam e defecam ao ar livre

Novo Jornal

22 De Julho de 2022

Texto: Euclides Seia

Um ano depois de a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda ter garantido que os balneários públicos passariam para gestão privada, as 34 estruturas montadas em diversos pontos da capital para acudir a população no que diz respeito às necessidades fisiológicas continuam inoperantes e abandonadas desde Maio de 2021.

Os equipamentos, que funcionaram por três meses apenas, após seis anos inactivos, hoje estão entregues ao abandono. De acordo com o semanário Expansão,

numa das edições publicadas em 2013, o Governo provincial, com um orçamento de sete milhões de dólares, previa construir 100 balneários públicos em vários municípios, mas o projecto não se efectivou. Dos equipamentos instalados, 15 funcionaram sob gestão da empresa Gente a Gente, que se afastou do projecto depois de três meses, justificando a saída com a falta de pagamento e de uma segurança jurídica contratualizada. Aquele semanário soube que, dos sete milhões de dólares, a empresa que geria o projecto das casas de banho públicas em Luanda só havia recebido 2,5 milhões de dólares.

O porta-voz da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Francisco Alexandre, numa declaração feita ao NJ, no ano passado, havia garantido que a situação seria resolvida com a entrega da gestão destes equipamentos a um ente privado. Entretanto, depois de Gente a Gente experimentar a gestão por pouco tempo, a problemática dos balneários continua a tirar o «sono» dos cidadãos que residem e circulam por Luanda.

No largo serpa Pinto, por exemplo, no distrito da Ingombota, dois urinóis públicos abandonados estão a tirar o sono de Elizabeth Malungo, que tem as janelas do seu apartamento voltadas para estes equipamentos degradados. A moradora diz que diariamente gasta, pelo menos, 1.500 kz para limpeza do urinol, cujo mau estado tem provocado paludismo e problemas respiratórios aos seus filhos.

Médico alerta que fezes e urina carregam milhões de bactérias

O médico Jeremias Agostinho explica que as fezes possuem um conjunto de parasitas que estão entre as principais causas de doenças e mortes em crianças. Mestre em Saúde pública, o especialista refere que as doenças mais frequentes pelo horror do saneamento básico são a diarreia, a febre tifóide, hepatite e a ascari, mais conhecida por lombriga, transmitidas por meio do contacto com as fezes e urina. Por outro lado, o médico avança que uma mosca que pousa, por exemplo, nas fezes e urina e depois pousa nos alimentos carrega cerca de 20 milhões de bactérias nas duas patas.

"Infelizmente, na periferia, a defecação ao ar livre é tida como um acta normal nos locais onde há amontoado de lixo", critica, antes de acrescentar que, com estes problemas básicos, "não faz sentido o Executivo construir tantos hospitais, porque não está a atacar a causa, mas sim o efeito".

"A falta de balneários também é problema de saneamento básico", recorda o médico.

8.11 Correções fiscais causam resultado negativo à Elisal, diz firma

Novo Jornal

29 De Julho de 2022

Texto: Maurício Vieira Dias

A Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (ELISAL-E.P), que encerrou 2021 com resultado líquido negativo de 273,4 milhões de kwanzas, justificou ao Novo Jornal que o desempenho negativo verificado nas demonstrações financeiras relativas ao ano passado e que o próprio auditor independente confirma está associado a aspectos fiscais, fruto das correções feitas no exercício.

De acordo com a explicação dada pela empresa de saneamento, para efeitos contabilísticos, em 2021 a ELISAL teria de pagar imposto na ordem dos 21,7 milhões kz, o que permitiria ter um resultado líquido positivo de pouco mais de 68,1 milhões kz, "mas, fruto das correções fiscais, o imposto passou a ser [perto de 360,3 milhões kz] ", o que, consequentemente, gerou o resultado negativo de 273,4 milhões kz. porém, "lembramos que só pagam imposto entidades com resultados positivos, e uma empresa com prejuízos não pagaria", reagiu a firma à notícia publicada, na passada semana, por este jornal, com o título 'ELISAL teve prejuízo financeiro de 273 milhões kz em 2021'.

Entre 2020 e 2021, a empresa registou, na verdade, uma redução de 31% nas suas contas a pagar, saindo de 39 mil milhões Kz para os actuais 27 mil milhões. "Isso, sim, é muito positivo", manifestou a ELISAL, acrescentando, posteriormente, que, "de uma forma geral, independentemente do [resultado] negativo no relatório, a empresa teve receitas positivas em 2021".

Auditor externo coloca duas reservas nas contas

A Crowe, empresa que tratou da auditoria externa da ELISAL, para além de no seu relatório confirmar que as contas da operadora ficaram no vermelho, colocou reservas nas demonstrações financeiras da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda.

De acordo com os auditores, o sistema de controlo em vigor na ELISAL para garantir fiabilidade dos saldos indicados nas contas a receber e a pagar "não é eficaz e não garante a validade dos saldos agregados às suas respectivas naturezas, por este motivo e porque não foram preparadas as conciliações bancárias com referência a 31 de Dezembro de 2021, não nos foi possível efectuar procedimentos alternativos de auditoria, razão pela qual não

podemos concluir quanto aos saldos apresentados nas rubricas 'Contas a receber' (Activos) e 'Contas a pagar' (Passivo) ".

Quanto à garantia dada pela empresa no relatório de que tem disponibilidade financeira de 3,3 mil milhões Kz na banca, a consultora diz que não conseguiu aferir, porque "não recebemos respostas de todos os bancos a quem foram enviadas pedidos de confirmação".

Da análise da Crowe aos valores em dívida que a ELISAL para com a Administração Geral Tributária (AGT), a firma concluiu que, embora a empresa tenha vindo a efectuar pagamentos, estão por pagar impostos relativos ao exercício de 2020, sendo que, segundo informações recebidas da AGT, datadas de 31 de Janeiro de 2022, a responsabilidade pelos valores em mora para com esta instituição a 31 de Dezembro de 2021 ascende a cerca de 14 mil milhões kz.

O auditor externo alerta, também, que, no decorrer do seu trabalho, constatou a existência de documentos de suporte das operações realizadas, que não cumpre com o regime jurídico das facturas e documentos equivalentes.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Crimes de abuso sexual a menores em Luanda chocam a sociedade

Jornal De Angola

22 De Julho de 2022

Texto: André da Costa

Numa tarde de um dia qualquer, no terraço de um edifício da Cidade do Kilamba, Patrícia (nome fictício), uma adolescente de estatura baixa e pele clara, era vista semi-nua, rodeada de cinco jovens, que a acariciavam em todas as partes do corpo.

Apenas de roupa interior, a menina, de 15 anos, estava no meio de indivíduos dos 18 aos 23 anos, que a tocavam nas partes íntimas, enquanto um deles exibia o órgão genital que tinha fora das calças.

Patrícia parece se mostrar disponível ao acto, mas com semblante meio inocente. Os abusadores partiram para cima da garota e filmavam a cena, alegres! E o episódio prosseguiu com actos sexuais.

O vídeo, que caiu nas redes sociais, não mostrou o fim do acto sexual, mas o psicólogo Fernando Manuel realçou que Patrícia pode acarretar, caso não for seguida por especialistas, transtornos de personalidade, uma das consequências desse tipo de actos.

Mas, a menina a que baptizamos de Patrícia não é a única vítima desses jovens. Eles aparecem noutros vídeos a manterem relações sexuais com outras vítimas, quase sempre em grupo.

Na rede social Whatsapp, uma das jovens abusadas pelos jovens explicou que tinha participado numa festa e, querendo ter relações sexuais apenas com um dos moços, viu-se forçada, no calor da embriagues, a estar com mais outros e a cena de sexo filmada.

Um dia depois, a cena caiu nas redes sociais. A jovem, ainda, tentou explicar o que se passou, a partir da sua conta de Facebook, mas a pressão social foi tanta, que ela tentou o suicídio, segundo uma fonte do Serviço de Investigação Criminal (SIC).

Quer este, quer outros vários casos têm envolvido pessoas que consumiram bebida alcoólica. Aliás, o uso desse produto é apontado como um dos factores catalisadores para a ocorrência de crimes diversos, em

particular de cariz sexual entre a juventude, de acordo com uma fonte da Polícia Nacional.

Dados da Polícia referem que, nesse final de semana, três jovens, com idades entre os 19 e 23 anos, foram detidos, no bairro Vitória é Certa, município de Kilamba Kiaxi, depois de terem violado sexualmente uma moça, a quem deram boleia, quando saíam de um bar.

INAC condena o acto

Depois de ter acesso às imagens que circulam nas redes sociais, o director-geral do Instituto Nacional da Criança (INAC), Paulo Kalesi, condenou o acto e apelou aos internautas para não mais partilharem o vídeo da criança abusada.

Paulo Kalesi instou, igualmente, a sociedade e as famílias a denunciarem os actos do género, por acabaram por colocar em causa o bem-estar da criança.

Em situações de abuso ou violação sexual a menores, reiterou que o INAC tem disponível a linha 15105, vulgo "SOS Criança" e a Polícia o número 111, para denúncias.

Campanha contra crimes sexuais

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Delegação do Ministério do Interior, em Luanda, intendente Hermenegildo de Brito, considerou reprovável a atitude dos jovens em abusarem sexualmente meninas, por incorrerem em crime.

No quadro das acções de combate a esses crimes, a Delegação do Interior está a realizar campanhas contra os crimes sexuais, por meio de palestras em escolas, mercados e outros locais públicos, também, no sentido de despertar os encarregados de educação sobre a existência do problema e a denunciarem os agressores.

"Defendemos que se protejam as vítimas, mas os julgamentos e as penas ditadas pelos tribunais aos prevaricadores devem merecer maior divulgação na imprensa, como forma de desencorajar a prática", realçou Hermenegildo de Brito.

"Trata-se de psicopatas sexuais"

Para Fernandes Manuel, especialista em Psicologia Forense, esses actos de abuso sexual são uma atitude repugnante, principalmente quando praticados por jovens em pleno juízo de suas faculdades mentais.

Por isso, defendeu a responsabilização criminal, tendo em conta o agravante dos mesmos jovens terem repetidas vezes a mesma prática. "As probabilidades de terem agido sob efeito de drogas não iliba a acusação do crime de agressão sexual", recordou.

Fernandes Manuel foi mais longe, ao considerar que a sociedade está diante de um caso de estudo de psicopatas de crimes de natureza sexual.

Salientou que existem várias causas para os jovens agirem dessa forma, entre as quais uma crise profunda no processo de educação. Por isso, fez referência à probabilidade de existir um deficit no controlo dos pais sobre os filhos e a ausência de princípios e valores cívicos e morais no seio familiar.

Os jovens agressores podem, também, ter agido devido à influência de alguns meios de comunicação, sobretudo, estrangeiros, com imagens audiovisuais negativas em plenas horas nobres, sendo que as consequências no futuro, são de natureza afectiva, social e psicológica.

Para as vítimas desses abusos, o psicólogo falou em possíveis traumas indelévels, que podem culminar, às vezes, em auto-destruição, em suicídios, numa tendência para cometimento de crimes e revolta de natureza sexual no futuro.

Por isso, Fernandes Manuel chamou a atenção dos pais para dialogarem mais com os filhos e evitarem a exposição de programas audiovisuais violentos.

Código Penal é claro na punição

O jurista Valdemar José explicou que, se a adolescente foi coagida a manter a relação sexual com o grupo de rapazes, os acusados deverão responder pelo crime de agressão sexual com ou sem penetração, nos termos dos artigos 182.º e 183.º, do Código Penal, puníveis com prisão de seis meses a quatro anos e de três a dez anos, respectivamente.

No caso da vítima de mais de 18 anos, se esta consentiu o acto sexual com os vários rapazes, para, eventualmente satisfazer o desejo sexual, os rapazes acusados não responderão por agressão sexual, mas pelo concurso de crimes de perturbação e devassa da vida privada.

Os jovens vão, ainda, responder pelo crime de gravações, fotografias e filmes ilícitos, nos termos dos artigos n.º 230º e 236º, ambos do Código Penal, que punem com prisão até 18 meses ou com multa até 180 dias e prisão até um ano ou com coima até 120 dias, respectivamente.

"Se for menor de 18 anos, como foi utilizada numa gravação de uma sessão pornográfica, difundida através de sistema de informação, os jovens deverão ser punidos com pena de prisão de dois a dez anos, referente ao crime de pornografia infantil, previsto no artigo 198º do Código Penal", disse.

Mas, Valdemar José alertou que, mesmo houvesse consentimento da ofendida, se ela for menor de 16 e maior de 14 anos, inexperiente e vítima de aproveitamento da sua ingenuidade, o grupo de jovens deverá responder pelo crime de abuso sexual de menor de 16 anos, estatuído no artigo n.º193 do Código Penal, punível com pena de prisão de um a cinco anos, se não houver penetração, e três a 8 anos, caso haja penetração.

"Se a vítima for menor de 14 anos e se o acto sexual foi realizado com ou sem consentimento da mesma, os jovens deverão ser responsabilizados pelo crime de abuso sexual de menor de 14 anos, em obediência ao estatuído no artigo 192.º do Código Penal, punível com pena de prisão de um a cinco anos, se não houver penetração, mas, se provar a penetração sexual, a pena é de prisão de três a 12 anos", explicou o jurista.

Valdemar José deixou claro que, se a vítima for menor de 12 anos, a pena de prisão vai dos cinco a 15 anos, se houver penetração. Ministério Público pode agir mesmo sem denúncia dos pais da vítima

Quanto aos acusados, o jurista explicou que os rapazes, se forem menores de 16 anos, não responderão criminalmente pelos crimes acima mencionados, ficando sujeitos à jurisdição dos tribunais de menores e, em relação a eles, só podem ser tomadas medidas de assistência, de educação ou de correcção previstas em legislação especial, ao abrigo do artigo 17.º do Código Penal.

Explicou que partes dos crimes hipoteticamente analisados são de natureza semi-pública. Por isso, os órgãos de Polícia Criminal ou a Procuradoria-Geral da República não podem desencadear o competente procedimento criminal contra aqueles indivíduos, enquanto a ofendida ou os titulares do direito de queixa não o exercerem, nos termos dos artigos 235.º, n.º 5 do artigo 236.º e 200.º, conjugados com os artigos 124º e seguintes, todos do Código Penal.

Contudo, existem algumas excepções em relação ao direito de queixa, não sendo exigível para a abertura do procedimento criminal quando o crime sexual for praticado contra menor de 16 anos, daí que o Ministério Público pode exercer a acção penal, independentemente de queixa, sempre que, no

interesse da vítima, se impuser esse exercício, nos termos do previsto no artigo 200º do Código Penal.

"Por outro lado, também não será exigível a apresentação de queixa, caso se comprove que os rapazes são maiores de 16 anos e participaram na constituição de associação, organização ou grupo constituídos por duas ou mais pessoas e agiram de forma concertada ou estruturada, para praticar os referidos crimes", explicou o jurista.

Valdemar José esclareceu, ainda, que, se os titulares do direito de queixa ou de acusação particular nada declararem ou não quiserem apresentar queixa, o Ministério Público promove o processo pelas infracções, cujo procedimento criminal tiver legitimidade.

O jurista salientou que os crimes que exijam a formalização da queixa da ofendida, para que haja procedimento criminal, a ofendida só poderá exercer esse direito se tiver já completado 16 anos.

"Caso contrário, tal direito só poderá ser exercido pelos pais ou responsáveis por ela, nos termos dos artigos nos termos dos artigos 235.º, nº 5 do artigo 236.º e 200.º, conjugados com os artigos 124.º e seguintes, todos do Código Penal", rematou.

9.2 Balanço do segundo trimestre do corrente ano: Acima de 400 crimes registados no Huambo

Jornal de Angola

18 De Junho de 2022

Texto: Adolfo Mundombe

O delegado do Ministério do Interior (MININT) e comandante provincial do Huambo da Polícia Nacional, Francisco Monteiro Ribas da Silva, disse, este domingo, que, durante o segundo trimestre do ano em curso, foram registados 443 crimes de diversa natureza

O comissário Francisco da Silva, que falava durante a apresentação do balanço da reunião ordinária da Polícia, considerou a melhoria da segurança e tranquilidade públicas na província fruto do empenho e dedicação dos efectivos. Acrescentou que, no período em análise, todos os crimes foram esclarecidos, tendo-se registado um decréscimo de 141.

As acções operativas, avançou, permitiram a apreensão e recuperação de diversos bens, com destaque para a retirada de 21 armas de fogo das mãos de marginais, a recuperação de meios antes

roubados ou furtados, como 11 viaturas, 40 motorizadas, bem como 50 milhões de kwanzas e dez dólares americanos falsos.

Segundo Francisco da Silva, foram, igualmente, apreendidas 12 pedras de diamante, 95 gramas de ouro, 14 garrafas de gás butano, 270 toros de eucalipto, 204 quilogramas de liamba e 150 plantas do mesmo produto, tendo sido detidos 553 indivíduos, dos quais 138 em sequências investigativas, que culminaram com o desmantelamento de 19 grupos de associações criminosas.

Explicou que foram ainda detidos 219 indivíduos que se dedicavam à prática de diversos crimes, com destaque para roubos e furtos de motorizadas, com recurso à arma de fogo.

"O Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), no quadro das suas actividades, registou mais de quatrocentas mil chamadas, sem carácter de emergência, o que fez com que 266 contactos fossem inseridos na lista negra," afirmou o comissário.

Acidentes de viação

Durante o segundo semestre do ano em curso foram registadas 26 mortes por acidentes de viação, além de vários casos de ofensas à integridade física, por alegados conflitos de natureza partidária, alguns deles ligados à retirada de bandeiras.

O delegado do Ministério do Interior e comandante provincial do Huambo da Polícia Nacional aconselha os automobilistas no sentido de respeitarem o Código de Estrada e evitar acidentes de viação, que têm causado muitas mortes e danos materiais incalculáveis.

Aos peões o conselho do comissário Francisco da Silva vai no sentido de prestarem mais atenção ao atravessar as estradas, de preferência nas passeadeiras ou passagens aéreas (pedonais).

9.3 Crimes de abuso sexual a menores em Luanda chocam a sociedade

Jornal De Angola

22 De Julho de 2022

Texto: André da Costa

Numa tarde de um dia qualquer, no terraço de um edifício da Cidade do Kilamba, Patrícia (nome fictício), uma adolescente de estatura baixa e pele clara, era vista semi-nua, rodeada de cinco jovens, que a acariciavam em todas as partes do corpo.

Apenas de roupa interior, a menina, de 15 anos, estava no meio de indivíduos dos 18 aos 23 anos, que a tocavam nas partes íntimas, enquanto um deles exibia o órgão genital que tinha fora das calças.

Patrícia parece se mostrar disponível ao acto, mas com semblante meio inocente. Os abusadores partiram para cima da garota e filmavam a cena, alegres! E o episódio prosseguiu com actos sexuais.

O vídeo, que caiu nas redes sociais, não mostrou o fim do acto sexual, mas o psicólogo Fernando Manuel realçou que Patrícia pode acarretar, caso não for seguida por especialistas, transtornos de personalidade, uma das consequências desse tipo de actos.

Mas, a menina a que baptizamos de Patrícia não é a única vítima desses jovens. Eles aparecem noutros vídeos a manterem relações sexuais com outras vítimas, quase sempre em grupo.

Na rede social Whatsapp, uma das jovens abusadas pelos jovens explicou que tinha participado numa festa e, querendo ter relações sexuais apenas com um dos moços, viu-se forçada, no calor da embriagues, a estar com mais outros e a cena de sexo filmada.

Um dia depois, a cena caiu nas redes sociais. A jovem, ainda, tentou explicar o que se passou, a partir da sua conta de Facebook, mas a pressão social foi tanta, que ela tentou o suicídio, segundo uma fonte do Serviço de Investigação Criminal (SIC).

Quer este, quer outros vários casos têm envolvido pessoas que consumiram bebida alcoólica. Aliás, o uso desse produto é apontado como um dos factores catalisadores para a ocorrência de crimes diversos, em particular de cariz sexual entre a juventude, de acordo com uma fonte da Polícia Nacional.

Dados da Polícia referem que, nesse final de semana, três jovens, com idades entre os 19 e 23 anos, foram detidos, no bairro Vitória é Certa, município de Kilamba Kixi, depois de terem violado sexualmente uma moça, a quem deram boleia, quando saíam de um bar.

INAC condena o acto

Depois de ter acesso às imagens que circulam nas redes sociais, o director-geral do Instituto Nacional da Criança (INAC), Paulo Kalesi, condenou o acto e apelou aos internautas para não mais partilharem o vídeo da criança abusada.

Paulo Kalesi instou, igualmente, a sociedade e as famílias a denunciarem os actos do género, por

acabaram por colocar em causa o bem-estar da criança.

Em situações de abuso ou violação sexual a menores, reiterou que o INAC tem disponível a linha 15105, vulgo "SOS Criança" e a Polícia o número 111, para denúncias.

Campanha contra crimes sexuais

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Delegação do Ministério do Interior, em Luanda, intendente Hermenegildo de Brito, considerou reprovável a atitude dos jovens em abusarem sexualmente meninas, por incorrerem em crime.

No quadro das acções de combate a esses crimes, a Delegação do Interior está a realizar campanhas contra os crimes sexuais, por meio de palestras em escolas, mercados e outros locais públicos, também, no sentido de despertar os encarregados de educação sobre a existência do problema e a denunciarem os agressores.

"Defendemos que se protejam as vítimas, mas os julgamentos e as penas ditadas pelos tribunais aos prevaricadores devem merecer maior divulgação na imprensa, como forma de desencorajar a prática", realçou Hermenegildo de Brito.

"Trata-se de psicopatas sexuais"

Para Fernandes Manuel, especialista em Psicologia Forense, esses actos de abuso sexual são uma atitude repugnante, principalmente quando praticados por jovens em pleno juízo de suas faculdades mentais.

Por isso, defendeu a responsabilização criminal, tendo em conta o agravante dos mesmos jovens terem repetidas vezes a mesma prática. "As probabilidades de terem agido sob efeito de drogas não iliba a acusação do crime de agressão sexual", recordou.

Fernandes Manuel foi mais longe, ao considerar que a sociedade está diante de um caso de estudo de psicopatas de crimes de natureza sexual.

Salientou que existem várias causas para os jovens agirem dessa forma, entre as quais uma crise profunda no processo de educação. Por isso, fez referência à probabilidade de existir um deficit no controlo dos pais sobre os filhos e a ausência de princípios e valores cívicos e morais no seio familiar.

Os jovens agressores podem, também, ter agido devido à influência de alguns meios de comunicação, sobretudo, estrangeiros, com imagens audiovisuais

negativas em plenas horas nobres, sendo que as consequências no futuro, são de natureza afectiva, social e psicológica.

Para as vítimas desses abusos, o psicólogo falou em possíveis traumas indeléveis, que podem culminar, às vezes, em auto-destruição, em suicídios, numa tendência para cometimento de crimes e revolta de natureza sexual no futuro.

Por isso, Fernandes Manuel chamou a atenção dos pais para dialogarem mais com os filhos e evitarem a exposição de programas audiovisuais violentos.

Código Penal é claro na punição

O jurista Valdemar José explicou que, se a adolescente foi coagida a manter a relação sexual com o grupo de rapazes, os acusados deverão responder pelo crime de agressão sexual com ou sem penetração, nos termos dos artigos 182.º e 183.º, do Código Penal, puníveis com prisão de seis meses a quatro anos e de três a dez anos, respectivamente.

No caso da vítima de mais de 18 anos, se esta consentiu o acto sexual com os vários rapazes, para, eventualmente satisfazer o desejo sexual, os rapazes acusados não responderão por agressão sexual, mas pelo concurso de crimes de perturbação e devassa da vida privada.

Os jovens vão, ainda, responder pelo crime de gravações, fotografias e filmes ilícitos, nos termos dos artigos n.º 230º e 236º, ambos do Código Penal, que punem com prisão até 18 meses ou com multa até 180 dias e prisão até um ano ou com coima até 120 dias, respectivamente.

"Se for menor de 18 anos, como foi utilizada numa gravação de uma sessão pornográfica, difundida através de sistema de informação, os jovens deverão ser punidos com pena de prisão de dois a dez anos, referente ao crime de pornografia infantil, previsto no artigo 198º do Código Penal", disse.

Mas, Valdemar José alertou que, mesmo houvesse consentimento da ofendida, se ela for menor de 16 e maior de 14 anos, inexperiente e vítima de aproveitamento da sua ingenuidade, o grupo de jovens deverá responder pelo crime de abuso sexual de menor de 16 anos, estatuído no artigo n.º193 do Código Penal, punível com pena de prisão de um a cinco anos, se não houver penetração, e três a 8 anos, caso haja penetração.

"Se a vítima for menor de 14 anos e se o acto sexual foi realizado com ou sem consentimento da mesma, os jovens deverão ser responsabilizados pelo crime de abuso sexual de menor de 14 anos, em obediência

ao estatuído no artigo 192.º do Código Penal, punível com pena de prisão de um a cinco anos, se não houver penetração, mas, se provar a penetração sexual, a pena é de prisão de três a 12 anos", explicou o jurista.

Valdemar José deixou claro que, se a vítima for menor de 12 anos, a pena de prisão vai dos cinco a 15 anos, se houver penetração. Ministério Público pode agir mesmo sem denúncia dos pais da vítima

Quanto aos acusados, o jurista explicou que os rapazes, se forem menores de 16 anos, não responderão criminalmente pelos crimes acima mencionados, ficando sujeitos à jurisdição dos tribunais de menores e, em relação a eles, só podem ser tomadas medidas de assistência, de educação ou de correcção previstas em legislação especial, ao abrigo do artigo 17.º do Código Penal.

Explicou que partes dos crimes hipoteticamente analisados são de natureza semi-pública. Por isso, os órgãos de Polícia Criminal ou a Procuradoria-Geral da República não podem desencadear o competente procedimento criminal contra aqueles indivíduos, enquanto a ofendida ou os titulares do direito de queixa não o exercerem, nos termos dos artigos 235.º, n.º 5 do artigo 236.º e 200.º, conjugados com os artigos 124º e seguintes, todos do Código Penal.

Contudo, existem algumas excepções em relação ao direito de queixa, não sendo exigível para a abertura do procedimento criminal quando o crime sexual for praticado contra menor de 16 anos, daí que o Ministério Público pode exercer a acção penal, independentemente de queixa, sempre que, no interesse da vítima, se impuser esse exercício, nos termos do previsto no artigo 200º do Código Penal.

"Por outro lado, também não será exigível a apresentação de queixa, caso se comprove que os rapazes são maiores de 16 anos e participaram na constituição de associação, organização ou grupo constituídos por duas ou mais pessoas e agiram de forma concertada ou estruturada, para praticar os referidos crimes", explicou o jurista.

Valdemar José esclareceu, ainda, que, se os titulares do direito de queixa ou de acusação particular nada declararem ou não quiserem apresentar queixa, o Ministério Público promove o processo pelas infracções, cujo procedimento criminal tiver legitimidade.

O jurista salientou que os crimes que exijam a formalização da queixa da ofendida, para que haja procedimento criminal, a ofendida só poderá exercer esse direito se tiver já completado 16 anos.

"Caso contrário, tal direito só poderá ser exercido pelos pais ou responsáveis por ela, nos termos dos artigos nos termos dos artigos 235.º, n.º 5 do artigo 236.º e 200.º, conjugados com os artigos 124.º e seguintes, todos do Código Penal", rematou.

10. AMBIENTE

10.1 Estados Unidos prometem apoiar inventariação florestal em Angola

Jornal Economia e Finanças
1 De Julho de 2022

Segundo Érica Tavares, os Estados Unidos deram início ao processo de coordenação nacional dos trabalhos, na perspectiva de providenciar o suporte técnico ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), a fim de estruturar um programa para a continuação da inventariação florestal de Angola.

Referiu que o seminário serviu para estabelecer a comunicação com diferentes sectores e actores florestais do país e, ao mesmo tempo, abordar os desafios da última inventariação florestal em Angola, iniciado em 2002, com objectivo de analisar, de forma conjunta, os próximos passos para a continuação do projecto.

A responsável falava no final do seminário de capacitação e recolha de ideias sobre a situação das florestas em Angola, decorrido de 28 a 29 deste mês, que contou com a participação de técnicos do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) das 18 provinciais do país, para além de ambientalistas e investigadores.

Sublinhou que Angola tem, na realidade, uma grande diversidade florestal, daí a razão de os Estados Unidos pretenderem prestar todo suporte técnico ao processo de inventariação florestal, para uma gestão sustentável das florestas e conservação da biodiversidade.

Érica Tavares acrescentou que a participação dos Estados Unidos estará focada, principalmente, na capacitação técnica dos quadros do IDF, das organizações. Não-governamentais e parcerias académicas.

Já o director nacional do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Simão Zau, lembrou que Angola iniciou a inventariação florestal em 2002, porém não chegou a concluir por falta de recursos financeiros.

Por esta razão, disse, o seminário serviu para analisar o que não foi concluído no inventário passado e, em função dos resultados, estudar quais os passos a serem dados, tão logo as condições técnicas, humanas e financeiras estejam reunidas para se anunciar a data do início do próximo inventário florestal.

Simão Zau disse que a presença dos técnicos do IDF, das universidades' organizações não-governamentais e do fórum ambiental, para além de parceiros internacionais, sediadas no país, serviu para colher contribuições que vão melhorar o próximo processo de inventariação do país, previsto para breve.

De recordar que, a primeira fase do primeiro Inventário Florestal Nacional, pós independência, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), foram recolhidas, entre 2008 e 2015, cerca de 199 unidades de amostragens de dados biofísicos, socioeconómicos e ambientais do território nacional durante a execução.

10.2 Construção de barragem é lançada hoje na Cahama

Jornal de Angola
6 De Julho de 2022
Texto: Elautério Silípuleni

As obras vão durar 24 meses e têm como empreiteiro a empresa Engevia, Engenharia e Construções. O orçamento é de 284,41 milhões de dólares, a serem financiados pela empresa GEMCORP.

O Ministério da Energia e Águas procede, hoje, na localidade da Cova do Leão, ao lançamento da primeira pedra para a construção da barragem com o mesmo nome, a partir do rio Caculvale, município da Cahama, província do Cunene, no âmbito dos Projectos Estruturantes de Combate aos Efeitos da Seca (PCESSA), no Sul do país.

Segundo uma nota de imprensa do Ministério da Energia e Águas a que Jornal de Angola teve acesso, o projecto a ser construído na margem direita do rio Cunene, é uma iniciativa integrada no conjunto de acções prioritárias do Governo angolano, através do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos, sob gestão e monitorização do Gabinete para a Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai (GABHC).

Denominado Cunene 8, o projecto corresponde aos lotes 7, 8 e 9 e contará com um volume útil estimado em 25,2 milhões de metros cúbicos de água, 17 metros de altura do barramento, quatro metros de largura na crista e 844 metros de comprimento. Vai abastecer os municípios da Cahama e Curoca e estima-se atender perto de 240 mil pessoas e 30 mil cabeças de gado.

Estão igualmente previstas 17 mil ligações domiciliárias, mais de 250 chafarizes, irrigação de uma área de aproximadamente 75 hectares, nos

municípios da Cahama e Curoca e garantir mais de 1.400 empregos.

Os trabalhos prevêem um conjunto de acções que vão desde a construção de um sistema de abastecimento de água às comunas sede da Cahama e de Otchinjau, assim como a reabilitação de nove represas.

No município do Curoca, está prevista a execução de um sistema de abastecimento de água em Oncôncua, baseado no aproveitamento de furos artesianos existentes, bem como a realização de novas captações subterrâneas.

De acordo com a nota, para além de levar água às comunidades, o projecto vai, também, permitir mitigar os graves problemas actuais decorrentes da seca extrema e, deste modo, inverter o ciclo crescente de êxodo populacional, o risco de insegurança alimentar, entre outros.

O documento conclui que, com esta iniciativa, o Executivo levará, não apenas água, mas também esperança para a população da margem direita do rio Cunene, nomeadamente dos municípios

10.3 Ecopontos surgem de forma tímida na capital

Jornal Expansão

15 De Julho de 2022

Texto: Mirene da Cruz

A Escola Ambrósio Lukoki, localizada no distrito urbano do Kalawenda, no município do Cazenga, foi a primeira escola na localidade a receber a instalação de ecopontos para a devida selecção dos resíduos sólidos. Com este passo, alunos e funcionários da instituição pública dão um avanço ao processo de educação ambiental, como defendeu o administrador distrital do Kalawenda, Cláudio Manuel, completando na prática os conceitos que lhes são passados nas aulas.

Segundo o administrador o projecto de colocar os ecopontos surgiu no sentido de levar a educação ambiental a nível das escolas na comunidade, de forma que as crianças cresçam com hábitos de selectividade de resíduos sólidos, para desde cedo perceberem a forma como deve ser separado e depois tratado o lixo, sendo também o canal para disseminar esta informação. Acrescentou também que quer que este projecto chegue a todas escolas do distrito e depois olhar a disseminação do projecto em alguns anos. "Precisamos de fazer outras paragens da capital.

Sendo um dos maiores problemas da capital, acumulação recolha de lixo, pretende-se mostrar às crianças e jovens, que devidamente separado e tratado os resíduos sólidos têm um valor económico que pode ser significativo para o rendimento das famílias

Eu Acredito

Esta acção resulta da parceria entre a administração de Kalawenda e o projecto "Eu Acredito", que é o responsável pela recolha e reutilização dos resíduos que são transformados em material reutilizável pelos formandos. Marques Lisboa, responsável pela sua implementação disse que este visa essencialmente transformar "o lixo em luxo". Do lixo recolhido surgem os vasos de garrafas pet, flores de papel, bases para a mesa e outros materiais decorativos para o lar e escritório

Administrador executivo para Área Administrativa da Agência Nacional de Resíduos, Flávio António disse que a gestão de resíduos tem sido implementada com base no plano nacional que orienta as tarefas da instituição. No entanto, "temos estado a implementar eixos estruturantes do plano e um deles prende-se com a formação e sensibilização de todos intervenientes", afirmou à margem de uma formação direccionadas para os jornalistas no CEFOJOR

Questionado sobre o número de ecopontos instalados em Luanda, Flávio António disse que, "é muito arriscado falar de números", apesar de o projecto estar a ser implementado há alguns anos "Precisamos de fazer uma visita para aferir os locais onde já foram colocados os ecopontos "referiu, ao continuar, que a sensibilização continua para as empresas e famílias aderirem ao processo, considerou.

Na verdade a própria Agência não quer comprometer – se com a quantidade de ecopontos espalhados pela capital, uma vez que se assistiram diversos roubos em locais onde foram colocados

Cuidar do ambiente

Marques Lisboa acrescentou ainda estar muito a vontade para trabalhar com o "lixo", porque é uma forma fácil de ganhar dinheiro fácil, ao mesmo tempo que se cuida do ambiente. "Não me vejo a fazer outra coisa que não seja cuidar do ambiente", disse.

No apoio a este processo de educação ambiental e sustentabilidade são realizadas palestras pelo engenheiro ambiental Hélder Bento, que explica aos moradores de cada uma das zonas qual é a importância de praticar cinco R's da Economia Verde: reduzir, reutilizar, reciclar, recusar e repensar.

Estamos a retomar as nossas actividades que ficaram encerradas devido a pandemia", referiu, ao reforçar que, "as pessoas já têm mais noção sobre a importância do ambiente".

Ainda recentemente em entrevista ao Expansão, o ambientalista Vladimir Russo confirmava que na cidade Luanda já existem grandes operadoras na área de reciclagem que estão os denominados catadores, que fazem esse trabalho de selecção

Neste conceito de economia circular, quanto mais se desenvolver a reciclagem maior será a preocupação de recolher e separar o lixo, ao mesmo tempo que se as populações perceberem do valor económico desta actividade, mais limpa será a cidade de Luanda.

10.4 Exploração de madeira

Jornal Angoleme

16 De Julho de 2022

Um volume total de 34.350 metros cúbicos de madeira foi licenciado, no ano passado, na província do Bengo, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IOF), para efeitos de exploração, informou a chefe do departamento provincial.

Francisca Mande disse que, devido a questões climáticas e avarias nos equipamentos, em 2021, os madeireiros exploraram apenas 5.429,195 metros cúbicos dos mais de 34 mil volumes de madeira disponível. Adiantou que os trabalhos de exploração de madeira estiveram a cargo de 29 empresas licenciadas pelo IDF, e uma outra dedicou-se à produção de carvão vegetal.

Do volume total de madeira licenciada e transportada, restaram 28 mil metros cúbicos, que vão ser usados com a licença de revalidação para este ano. Portanto, a revalidação é a percentagem de tudo aquilo que não foi explorado. Mas isso não implica dizer que a actividade de 2022 não será realizada", elucidou.

Segundo a responsável do IDF no Bengo, o licenciamento das empresas que actuam no ramo de exploração de madeira é feito anualmente, sendo que algumas acabam por desistir por a actividade ser muito dura, e a maquinaria é muito cara.

Quanto à exploração ilegal, Francisca Mande disse ser uma prática diária dos garimpeiros florestais, que são multados sempre que são apanhados a violar as regras. U As multas variam de acordo com o volume de cada espécie. Por exemplo. uma multa aplicada ao derrube da madeira serrada é diferente da do embondeiro. O que determina O' valor das multas

são as quantidades", aclarou. Acrescentou que, no Bengo, os municípios que registam intensa actividade florestal são os de Nambuangongo, Pango Aluquem e Bula Atumba, onde as madeiras mais exploradas são as do tipo moreira, dianuno, quibaba e tacula muito procuradas para O' fabrico mobiliário e para efeitos de exportação no mercado internacional

Com apenas 25 fiscais, o IDF no Bengo enfrenta inúmeras dificuldades para garantir a segurança das extensas áreas florestais abertas, onde para garantir a segurança das extensas áreas florestais, abertas onde os garimpeiros actuam á margem da lei. A instituição também necessita de transporte para melhorar a sua actuação nesta região do país.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 China é o maior exportador e importador de Angola

Jornal Economia e Finanças
1 De Julho de 2022

o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou recentemente um relatório sobre estatísticas da conjuntura económica referente ao primeiro trimestre de 2022, onde refere que a China sobressai-se nas exportações e importações angolanas.

De acordo com os dados, as máquinas com 19,3 por cento a par dos combustíveis (18,6) lideram a lista dos bens mais importados de Angola, seguidos pelos produtos agrícolas (14,9); os químicos (13,2), veículos e outros meios de transporte (7,8).

A China continua a ser o maior fornecedor de Angola com um peso de 13,4 por cento, seguido pela Bélgica (12,5), Portugal (11,7), Países Baixos (6,6) e Estados Unidos da América (5,4).

Relativamente à exportação, os combustíveis e diamantes mantêm-se entre os produtos mais exportados. No geral,

a China é que mais compra com um peso de 51 por cento, seguido pela Índia (12,3), França (6,6), Reino Unido (4,5) e Emirados Árabes Unidos (2,8).

13.2 Importações chinesas de petróleo russo

Jornal O país
1 De Julho de 2022
Texto: Miguel Gomes

Numa base de barris por dia, o volume representou uma recuperação do fluxo de petróleo face a uma baixa de 9 meses registada em Fevereiro (1,42 MBPD) - devido aos confinamentos obrigatórios em grandes cidades na China e ao seu impacto na economia e um salto de 24% em relação aos 1,6 MBPD importados em Abril.

No mesmo período, Angola posicionou-se como o sexto maior fornecedor de petróleo da China, tendo exportado cerca de 3,15 MT em Maio, um aumento de 33,2% em comparação ao mês de Abril e um declínio de 3,6% em relação ao mesmo período em 2021. De Janeiro a Maio, Angola exportou um total de 14.84 MT para a China, o que representa um declínio de 8,7% em relação ao período homólogo.

Até ao início de Junho, quando a União Europeia adoptou o sexto pacote de sanções à Rússia, não havia orientações explícitas que limitassem as exportações russas de petróleo para a Europa. Aquelas sanções definiram ainda a necessidade da UE reduzir em 90%, até ao final de 2022, as importações de petróleo da Rússia,

A decisão de também proibir a contratação de seguros e resseguros europeus nas cargas marítimas de petróleo russo aumentou ainda mais os custos para as empresas russas. Ao mesmo tempo, aumentaram os descontos concedidos aos compradores asiáticos devido ao risco de comprar petróleo bruto russo.

Desde a invasão à Ucrânia, o fornecimento de petróleo russo para a China subiu para cerca de 2 milhões de barris por dia, o equivalente a um crescimento anual de 55% em Maio, apesar do declínio na produção líquida russa na faixa de 1 milhão de barris por dia.

Ao longo deste período, a Índia foi a principal surpresa do mercado internacional de crude porque aumentou as suas compras de petróleo russo para cerca de 800.000 barris por dia em Maio. N aquele mês, a Rússia forneceu 18% das importações da Índia contra o 1% que fornecia regularmente antes da invasão.

A medida que as companhias chinesas se concentraram na compra de petróleo russo, o número de fornecedores de petróleo para a China caiu para 28 em Maio, quando há um ano antes situava-se nos 30.

Também se verifica a queda de importações de fornecedores importantes, como é o caso do Brasil. As importações chinesas a partir daquele fornecedor sul-americano caíram 19% em termos homólogos (para 2,21 MT) e 9,3% em relação ao mês de Abril, sendo que as refinarias independentes da China suspenderam as importações de petróleo brasileiro em Maio pela primeira vez desde Janeiro de 2016. Como resultado, a participação do Brasil no fornecimento à China caiu para 4,8%, quando valia 5,7% do total em Abril e 6,7%, em média, durante 2020. No global dos primeiros cinco meses do ano, a

Arábia Saudita continua a liderar com um acumulado de 38,22 MT, mais 4,5% que em 2021, a Rússia ocupa a segunda posição com 34,02 MT, mais 2,8%, seguida do Irão com 23,54 MT, mais 4,1 %. Angola ocupa a 7º posição neste ranking 2021, sendo ultrapassada pelo Koweit, uma vez que o ano passado estava no 6º posto.

13.3 China pretende desenvolver vários projectos económicos

Jornal de Angola

14 De Julho de 2022

Texto: André Brandão

O Governo da República da China vai formar, nos próximos tempos, nos ramos de engenharias e ciências electrónicas, alguns trabalhadores ligados à construção da barragem hidroeléctrica de Caculo Cabaça, comuna de São Pedro da Quilemba, município de Cambambe (Cuanza-Norte), assim como vai assumir as responsabilidades sociais para com as populações que vivem nas redondezas da barragem.

A afirmação é do embaixador chinês, Gong Tao, que falava nesta sexta - feira à imprensa, em Ndalatando, no final da audiência que manteve no palácio com o governador local, Adriano Mendes de Carvalho, no quadro de uma visita de dois dias ao Cuanza-Norte.

O embaixador disse que o objectivo principal da sua visita é de constatar in -loco o desempenho dos trabalhos que as empresas chinesas têm feito no Cuanza-Norte, bem como reforçar o intercâmbio de cooperação entre a China e o Governo local, não só nas áreas de construção civil e hidroeléctrico, mas também no desenvolvimento de projectos agrícolas.

Frisou que, o projecto de construção da barragem de Caculo Cabaça, é de importância estratégica para Angola, a ser construída por uma das maiores empresas chinesas nesta área. Dentro das suas responsabilidades sociais, Gong Tao disse que a empresa CGGC vai oferecer mais emprego aos jovens da província e não só, e poderá fazer parcerias com os habitantes dos bairros vizinhos da barragem, de modo a melhorar as suas condições de vida.

Pediu ao governador para continuar a encorajar os tirem na província nas áreas industrial e agrícola, face às condições favoráveis de recursos minerais e hídricos existentes nesta região.

Acrescentou que para investir na agricultura tem consigo uma lista de vários candidatos de nacionalidade chinesa que pretendem investir no

Cuanza- Norte, que dentro em breve poderão fazer visitas guiadas nos locais identificados para constatar as reais condições das terras locais.

No primeiro dia, o embaixador visitou o estaleiro da empresa de construção civil PAN-China, encarregue da edificação do projecto de captação, transporte, tratamento e distribuição de água para Ndalatando, a partir do rio Lucala no município com o mesmo nome.

Com cerca de 200 trabalhadores nacionais, o embaixador chinês contactou ainda o funcionamento da fábrica de reciclagem de plástico full Bliss Company, com mais de 300 funcionários angolanos localizada no Pólo Industrial do Lucala, que produz diariamente mais de 2.880 000 sacos plásticos de cinco quilogramas cada

A par disso, a unidade fabril, produz também, 2.200 mechas de postiço de um metro de comprimento, 119.880 pacotes de detergentes de 30 gramas, para além de centena de baldes de plásticos, pás, cestos, banheiras, pré - formas de garrafas plásticas, mangueiras de irrigação, gota- gota de 20 metros e 28 centímetros de diâmetro.

13.4 Negócios na Cidade da China empregam quatro mil angolanos

Jornal de Angola

14 De Julho de 2022

Texto: André da Costa

Local é uma plataforma de comércio, onde os cidadãos têm a oportunidade de procurar produtos diversos. As centenas de lojas do espaço vendem produtos diversos, desde o mobiliário de casa aos materiais de construção. Muitos destes produtos são feitos no país, os demais importados

Manhã fria de quarta-feira. O relógio marca oito horas. O movimento de trabalhadores e clientes no interior da Cidade da China é frenético. São mais de 800 pessoas que diariamente se deslocam ao local para comprar produtos diversos, numa das 300 lojas, como Catarina José, de 42 anos, que compra fardo para depois revender e m c a s a , no Calemba2, uma forma de ajudar nas despesas do lar.

Com um investimento de 200 milhões de dólares na construção de lojas, desde 2014, a Cidade da China, um complexo comercial de distribuição logística, garante empregos directos a quatro mil cidadãos angolanos, com idades entre os 18 e os 67 anos.

A secretária de administração da Cidade da China, Helena Xiang, disse que os angolanos trabalham em lojas de venda de produtos diversos, como electrodomésticos, telefones, computadores, roupa, plásticos, produtos de higiene e limpeza. “Outros angolanos dedicam-se à venda de almoços confeccionados em barracas organizadas, frequentadas por cidadãos de várias nacionalidades, incluindo chineses, que apreciam a gastronomia angolana”, adiantou.

A Cidade da China começou a funcionar em 2004 e para evitar roubos, os lojistas têm depositado os valores obtidos com as vendas nos bancos Yeto, BIC e Sol, localizados dentro do espaço. Helena Xiang explicou que os impostos, geralmente, são pagos numa agência da Administração Geral Tributária (AGT) no local.

Segurança

Uns dos maiores problemas dos usuários da Cidade da China são os assaltos feitos nos arredores do local. Helena João, 27 anos, já foi uma das vítimas. Um dia, depois de comprar um telefone, quando procurava subir no táxi, foi roubada.

Marinela Sebastião, vendedora de plásticos, numa das lojas do espaço, alegou que redobraram a vigilância nas proximidades, para evitar o furto de mercadorias sem pagar, por parte de clientes e alguns meliantes.

Para Helena Xiang, alguns meliantes aproveitam a distração dos funcionários para furtar e quando apanhados são entregues aos agentes da Polícia em serviço. Outra forma de evitar as reclamações de lojistas e clientes, vítimas destes roubos, tem sido, disse, os serviços de duas empresas privadas de segurança, com 100 efectivos, colocados em várias lojas.

Do lado de fora, como constatado pela equipa de reportagem, tem tido alguns agentes da Polícia Nacional. Porém, os assaltos continuam a acontecer. Para João Moisés, lotador de táxis, os ladrões aproveitam a distração, nas paragens, para furtarem os bens.

Como forma de evitar o crescente número de casos de roubo, Helena Xiang acrescentou que vão construir um Posto de Polícia, defronte à Cidade da China, para garantir a segurança de todos. Actualmente, revelou, uma das formas usadas pela administração do espaço, para evitar alguns furtos, tem sido o uso de “passes internos de identificação” e uniforme para os trabalhadores.

Às sextas-feiras têm sido os dias com o maior número de incidentes registados, inclusive em relação

ao aumento de casos de burla, através do envio de recibos de falsas transferências, com alegados depósitos de dinheiro para levar mercadorias. “Agora estamos mais atentos”, relatou.

Incêndios

Um número reduzido de incêndios de pequenas proporções foi já registado na

Cidade da China e apagado pelos funcionários, desde a abertura do espaço.

Para acautelar outros desastres, a administração pretende construir um posto de serviço para os bombeiros, de forma a existir rápida intervenção em casos de incêndio.

13.5 Negócios na Cidade da China empregam quatro mil angolanos

Jornal de Angola

14 De Julho de 2022

Texto: André da Costa

Manhã fria de quarta-feira. O relógio marca oito horas. O movimento de trabalhadores e clientes no interior da Cidade da China é frenético. São mais de 800 pessoas que dia riamente se deslocam ao local para comprar produtos diversos, numa das 300 lojas, como Catarina José, de 42 anos, que compra fardo para depois revender em casa, no Calemba2, uma forma de ajudar nas despesas do lar.

Com um investimento de 200 milhões de dólares na construção de lojas, desde 2014, a Cidade da China, um complexo comercial de distribuição logística, garante empregos directos a quatro mil cidadãos angolanos, com idades entre os 18 e os 67 anos.

A secretária de administração da Cidade da China, Helena Xiang, disse que os angolanos trabalham em lojas de venda de produtos diversos, como electrodomésticos, telefones, computadores, roupa, plásticos, produtos de higiene e limpeza. “Outros angolanos dedicam-se à venda de almoços confeccionados em barracas organizadas, frequentadas por cidadãos de várias nacionalidades, incluindo chineses, que apreciam a gastronomia angolana”, adiantou.

A Cidade da China começou a funcionar em 2004 e para evitar roubos, os lojistas têm depositado os valores obtidos com as vendas nos bancos Veto, BIC e Sol, localizados dentro do espaço. Helena Xiang explicou que os impostos, geralmente, são pagos numa agência da Administração Geral Tributária (AGT)

Segurança

Uns dos maiores problemas dos usuários da Cidade da China são os assaltos feitos nos arredores do local. Helena João, 27 anos, já foi uma das vítimas. Um dia, depois de comprar um telefone, quando procurava subir no táxi, foi roubada.

Marinela Sebastião, vendedora de plásticos, numa das lojas do espaço, alegou que redobraram a vigilância nas proximidades, para evitar o furto de mercadorias sem pagar, por parte de clientes e alguns meliantes.

Para Helena Xiang, alguns meliantes aproveitam a distração dos funcionários para furtar e quando apanhados são entregues aos agentes da Polícia em serviço. Outra forma de evitar as reclamações de lojistas e clientes, vítimas destes roubos, tem sido, disse, os serviços de duas empresas privadas de segurança, com 100 efectivos, colocados em várias lojas.

Do lado de fora, como constatado pela equipa de reportagem' tem tido alguns agentes da Polícia Nacional. Porém, os assaltos continuam a acontecer. Para João Moisés, lotador de táxis, os ladrões aproveitam a distração, nas paragens, para furtarem os bens.

Como forma de evitar o crescente número de casos de roubo, Helena Xiang acrescentou que vão construir um Posto de Polícia, defronte à Cidade da China, para garantir a segurança de todos. Actualmente, revelou, uma das formas usadas pela administração do espaço, para evitar alguns furtos, tem sido o uso de "passes internos de identificação" e uniforme para os trabalhadores.

Às sextas-feiras têm sido os dias com o maior número de incidentes registados, inclusive em relação ao aumento de casos de burla, através do envio de recibos de falsas transferências, com alegados depósitos de dinheiro para levar mercadorias. "Agora estamos mais atentos", relatou.

Incêndios

Um número reduzido de incêndios de pequenas proporções foi já registado na Cidade da China e apagado pelos funcionários, desde a abertura do espaço.

Os sócios da Cidade da China pretendem construir, em breve, informou Helena Xiang, o maior mercado de Luanda, com uma área de 150 hectares e a capacidade para acolher milhares de vendedoras ambulantes. A localização do espaço está em curso e vai permitir acolher um número considerável de vendedoras ambulantes e para acautelar outros

desastres, a administração pretende construir um posto de serviço outras que reclamam da falta de mercados na capital".

Doações

No quadro da responsabilidade social, a Administração da Cidade da China doou vários materiais para várias instituições, entre as quais orfanatos, governos provinciais e algumas administrações municipais. para os bombeiros, de forma a existir rápida intervenção em casos de incêndio.